

O CONCEITO DE CORONELISMO E A IMAGEM DO CORONEL: DE SÍMBOLO A SIMULACRO DO PODER LOCAL

MariaLucinete
Fortunato



Esta obra analisa a história do conceito de coronelismo e da imagem do coronel tendo como fontes de abordagem discursos de estudiosos do “poder local” (cientistas sociais, cientistas políticos, antropólogos e historiadores) e alguns discursos políticos e literários que tratam desta questão. Parte do princípio de que estes discursos são produções de poder e de saber que se expandem por toda a sociedade intervindo materialmente, criando acontecimentos, imagens e referenciais de comportamento. Nesta perspectiva, apreende os tipos de enunciados que permitiram a construção e o uso da imagem do coronel e do conceito de coronelismo com o objetivo de dar conta das relações de poder exercidas, sobretudo, durante a “Primeira República” e, também, a reelaboração sucessiva da imagem do coronel e de todo o imaginário relativo a essa forma de exercício da política que se denominou de coronelismo, após os anos trinta deste século. Atenta para a positividade do que foi efetivamente dito e dos enunciados que permitiram o surgimento e o funcionamento destes discursos, problematizando e ressaltando o estatuto de verdade que conseguem imprimir culturalmente.

ISBN 978-85-89674-33-1



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Maria Lucinete Fortunato

**O CONCEITO DE
CORONELISMO
E A IMAGEM
DO CORONEL:
de símbolo a
simulacro do
poder local**

1ª edição



Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande - PB
2008


**Editora da Universidade Federal
de Campina Grande**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE**

**Reitor
Thompson Fernandes Mariz
Vice-Reitor
José Edison Amorim**

EDUFCG

**Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de
Souza**

Diretor Administrativo

**Prof. Dr. Antonio Gomes da Silva
Diretor Comercial**

**Prof. Benedito Antonio Luciano – CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo –
CTRN**

**Profª Consuelo Padilha Vilar – CCBS
Prof. Joaquim Cavalcante Alencar – CCJS
(Souza)**

**Prof. José Helder Pinheiro – CH
Prof. José Wanderley Alves de Sousa – CFP
(Cajazeiras)**

**Prof. Onaldo Guedes Rodrigues – CSTR
(Patos)**

**Projeto gráfico, capa e editoração
eletrônica
Amanda Ramos**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca Central da UFCG**

F745c

Fortunato, Maria Lucinete.

**O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a
simulacro do poder local / Maria Lucinete Fortunato.- Campina Grande :
EDUFCG, 2008.**

231p.

ISBN 978-85-89674-33-1

1. Coronelismo. 2. Coronéis. I. Título.

CDU - 321.1

Direitos desta edição reservados à EDUFCG.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto n° 1.825, de 20 de setembro de 1907

EDUFCG

**Rua Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó - Caixa Postal: 10024
Campina Grande - Paraíba, CEP 58109-970
<http://www.ufcg.edu.br/~edufcg>**

**O CONCEITO DE
CORONELISMO
É A IMAGEM
DO CORONEL:
de símbolo a
simulacro do
poder local**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1.....	15
A construção do conceito de coronelismo na literatura acadêmica.....	17
1.1.As origens do coronelismo: divergências temporais.....	19
1.2.Os diferentes conceitos de coronelismo: fundamentos e características.....	28
1.3.As diversas concepções acerca do declínio do coronelismo.....	48
CAPÍTULO 2.....	69
Genealogia do coronelismo: mediação entre discurso político e discurso acadêmico.....	71
2.1 A organização política da “república dos coronéis”: críticas e propostas de reformulação.....	73
2.2. A Revolução de 1930 como marco para a construção do conceito de coronelismo.....	84
2.3. Implicações políticas e teóricas na construção do conceito de coronelismo.....	93
CAPÍTULO 3.....	115
O deslocamento do coronelismo do âmbito nacional para o regional: especificidades e continuidades.....	117
3.1. Um exemplo do coronelismo do sul: a relação coronel/partido/Estado.....	126

3.2. E coronelismo nos estados "mais atrasados": a relação coronel/ Estado sem intermediação partidária	133
3.2.1. O Coronelismo na Bahia: Dois Tipos de Coronelismo e Sete Tipos de Coronéis.....	134
3.2.2. O Coronelismo no Ceará: Violência e Persuasão.....	141
3.2.3. O Coronelismo na Paraíba: Um Exemplo da Perpetuação da Força do Parentesco na Política Nacional.....	145
CAPÍTULO 4.....	165
A imagem do coronel: de símbolo a simulacro do coronelismo.....	167
4.1. O coronel como símbolo do coronelismo.....	168
4.1.1. A construção da imagem do coronel como símbolo do poder local no "Romance de 1930 no Nordeste".....	171
a) José Lins do Rego.....	172
b) Jorge Amado.....	184
4.2. A imagem do coronel como simulacro do poder local nos textos literários de Dias Gomes.....	198
Considerações Finais.....	223

APRESENTAÇÃO

O conceito de coronelismo e a imagem do coronel foram construídos e reelaborados desde a década de 30 do século passado por uma vasta produção intelectual e literária, e vêm sendo utilizados para caracterizar os jogos da política, através de vários enunciados, durante toda a história do Brasil.

A necessidade de estudarmos as elaborações discursivas dos historiadores e cientistas sociais acerca do “poder local”, a fim de apreender sob que condições históricas se deram a construção e o uso da imagem do coronel e do conceito de coronelismo, bem como as reelaborações dessa imagem e desse conceito, partiu da constatação de que o conceito de coronelismo possui uma relação direta com a institucionalização da imagem do coronel como “dono do poder” local, e com a idéia do Estado, enquanto um eixo sob o qual se desenvolve e se exerce o poder. Essa concepção permite a institucionalização das práticas políticas, a partir da relação entre o “Estado” e as elites políticas; possibilita a criação de determinadas imagens - nesse caso, da imagem do coronel - que permitem pensar o poder a partir de um determinado lugar e da apropriação de determinados indivíduos; como também, visualizar a política apenas como um projeto das classes dominantes sobre a organização do poder.

Investigamos, por meio da análise de discursos acadêmicos, políticos e literários, os tipos de enunciados

que permitiram a construção e o uso da imagem do coronel e do conceito de coronelismo com o objetivo de dar conta das relações de poder que se exerceram, sobretudo, durante a Primeira República.

Além disso, analisamos como tais enunciados foram sendo reelaborados estrategicamente, possibilitando a perpetuação da idéia de “dominação política dos coronéis” durante toda a história do Brasil, legitimando a relação entre poder e Estado e definindo o “sistema político”, o “clientelismo” e/ou o “mandonismo”, ao longo da história do Brasil¹.

A construção da imagem do coronel, seus usos e redefinições, sob a égide do imaginário do coronelismo, são compreendidos, neste estudo, como uma construção imagético-discursiva que parte de uma concepção do poder pautada nas táticas de governamentalização do Estado, e produz um saber que permite a visibilidade do poder apenas de forma institucional e ritualística e não de maneira relacional.

Por isso, buscamos elucidar, com base nas práticas de análise historiográfica e nos vínculos desta com a política, a imagem do coronel e o imaginário do coronelismo, bem como seus usos e redefinições, como possibilidades históricas de construção de um conhecimento sobre o poder.

O nosso objetivo é o de trabalhar com os discursos que construíram o conceito de coronelismo e a imagem do coronel pondo a descoberto essa construção e suas conseqüências, atentando para a positividade do que foi efetivamente dito e dos enunciados que permitiram o surgimento e o funcionamento destes discursos, assumindo a importância que têm em nossas práticas culturais.

Neste sentido, abordamos a construção e a institucionalização da imagem do coronel e do conceito de coronelismo, considerando esse conceito, as imagens

e os enunciados sobre os quais ele se apóia. Analisamos também, a reelaboração sucessiva da imagem do coronel e de todo o imaginário relativo a essa forma de exercício da política que se denominou de coronelismo, após os anos trinta deste século.

Trata-se de analisar a história do conceito de coronelismo e da imagem do coronel tendo como fontes para esta abordagem os discursos dos estudiosos do poder local (cientistas sociais, cientistas políticos, antropólogos e historiadores) e alguns discursos literários que abordam esta questão, partindo do princípio de que estes discursos são produções de poder e de saber que se expandem por toda a sociedade intervindo materialmente, criando acontecimentos, imagens e referenciais de comportamento.

Não pretendemos, com este estudo, levantar alternativas frente aos discursos acadêmicos e literários que analisaremos, nem projetar alternativas futuras em relação aos seus efeitos de poder e de saber. Pretendemos, sim, problematizar e ressaltar o estatuto de verdade que estes discursos conseguem imprimir culturalmente.

Num primeiro momento, verificamos as estratégias discursivas que configuraram o coronel como um ícone do atraso, bem como, o coronelismo como uma forma não moderna de fazer política pautada em relações pessoais e clientelísticas.

Num segundo momento, observamos a reconstrução de um lugar para o coronel, bem como a explicação para a perpetuação do coronelismo nos discursos acadêmicos sobre as décadas de 1930 e seguintes, na medida em que foram ocorrendo mudanças na cena política com o advento da "modernidade" e o deslocamento das relações pessoais para as relações mediadas pelos meios de comunicação.

No primeiro capítulo abordamos a construção do

conceito de coronelismo na literatura acadêmica, e como este é definido nos diversos discursos que o elaboram, a fim de verificar quais os tipos de práticas políticas que foram transformadas, nesses discursos, em práticas que validam e recobrem uma visibilidade e uma dizibilidade sobre o poder, sob a égide desse conceito.

Interessa-nos nesse momento verificar quais são os tipos de adequação formulados entre os parâmetros teóricos do “coronelismo” e a análise dos jogos da política. E, também, como esse conceito recobre diferentes práticas políticas e se apresenta de forma diversa nos vários discursos, no que diz respeito a sua origem, suas características, seus fundamentos e o seu declínio.

No segundo capítulo analisamos a operacionalidade do conceito de coronelismo, por meio de uma genealogia da sua construção e da sua institucionalização como uma forma de poder específica, apontando as condições de possibilidade da emergência histórica do conceito de coronelismo, e apreendendo a sua ordenação como uma construção estratégica e como ação política; e não, como simples atualização de uma existência material, nem como explicação de uma realidade objetiva.

Compreendemos que as propostas políticas que se institucionalizaram como dominantes nas décadas de 1920 e de 1930 possibilitaram a criação e a legitimação do conceito de coronelismo. Por isso, primeiramente, desenvolvemos uma análise das fontes, das idéias políticas e dos enunciados sobre os quais se basearam os autores que elaboraram o referido conceito.

Em segundo lugar, verificamos, nesses discursos, que tipo de saber é legitimado como uma forma de ver e dizer o poder; até que ponto tal saber torna-se marco para se pensar como se processam e perpetuam as “relações de poder”, possibilitando que o conceito de coronelismo seja instituído como uma “verdade”, desclassificando outras possíveis formas de abordagem

das relações de poder que se exerceram no Brasil.

No terceiro capítulo analisamos como são conferidas uma legitimidade e uma continuidade à imagem do coronel e ao conceito de coronelismo nos discursos dos estudiosos que analisam as relações ditas coronelísticas, sob prismas "regionais", por meio de uma dada espacialidade. Para tanto, abordou-se alguns "estudos de caso" que fazem uso do conceito de coronelismo para caracterizar as relações de poder nos estados do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Ceará e da Paraíba.

Interessa-nos apreender o uso do conceito de coronelismo na literatura acadêmica, a partir da década de 1930, quando este conceito é deslocado do âmbito nacional para o regional, devido às mudanças que se operam na sociedade, na economia e na política brasileiras.

É com base nas análises sobre o exercício da política após 1930, que o uso do conceito de coronelismo passa a caracterizar a história do Nordeste como "locus" de perpetuação das práticas políticas ditas coronelistas. Consideramos que esse deslocamento se configura como uma tentativa de eternizar o uso do conceito de coronelismo, uma forma de legitimá-lo continuamente, e de desconsiderar as mudanças e novidades que se apresentam no jogo político.

Portanto, nesse momento, apontamos como foi possível que o conceito de coronelismo e a imagem do coronel - inventados para caracterizar e legitimar as relações de poder que se exercitaram no Brasil, sobretudo durante a Primeira República, também chamada de "República dos Coronéis" -, tenham passado por constantes reelaborações, tornando-se necessário que várias tipologias fossem construídas, a fim de dar conta, não apenas de um lugar para a perpetuação do coronelismo, mas também, de uma legitimidade para a

identidade dos coronéis.

No quarto capítulo, analisamos a construção da imagem do coronel na literatura de ficção, a fim de apreender como, e até que ponto, esta imagem continua se apresentando como símbolo e/ou simulacro do poder. Ressaltamos, neste momento, a forma como a figura do coronel é tematizada no "Romance de 1930" no Nordeste e em alguns textos literários de Dias Gomes.

Privilegiamos estes discursos porque eles, assim como os discursos acadêmicos, selecionam imagens de coronéis e elaboram perfis psicológicos destes, a partir de enunciados sociológicos que os apresentam como personagens típicos das "experiências coronelísticas". Ou seja, estes discursos ajudam a construir uma "identidade" para os "coronéis", configurando-os como um ethos, ou um "tipo ideal", que tende a se repetir, a se tornar crível e se constituir como "modelo".

Objetivamos desvendar os fatos, as experiências e as lembranças mapeados e repetidos nestes discursos, e considerados como formadores da identidade do "coronel". Uma identidade que, como vimos, sofre deslocamentos a cada discurso que a toma como objeto e, ao mesmo tempo, enuncia o coronel como um símbolo do poder local, como uma imagem que se impõe culturalmente, e operacionaliza uma leitura do poder, agencia a sua condição de simulacro, de um tipo que fascina, mas se dissolve nas próprias nuances que o constituem.

Portanto, este estudo se pautou, simultaneamente, ao nível das estratégias que produziram e mapearam o conceito de coronelismo e a imagem do coronel, a fim de mostrar a multiplicidade desse conceito e dessa imagem, bem como as mudanças que ocorreram, ao longo do século XX, nos discursos e nas relações de poder/saber que legitimaram o "coronelismo" e o "coronel".

NOTAS

¹ Os autores que estudam a história política do Brasil aproximam e, às vezes, até confundem o conceito de coronelismo com os conceitos de clientelismo e de mandonismo. Seguindo a compreensão de Victor Nunes Leal, José Murilo de Carvalho afirma que o coronelismo é um sistema político datado historicamente na Primeira República, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Já o mandonismo e o clientelismo, de algum modo perpassam toda a história política do país. Segundo Carvalho, o conceito de mandonismo, "talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. (...) Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. (...) Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo (...). Temos assim três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um suas especificidades além de apresentarem curvas diferentes de evolução. O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos tempos. (...)" Carvalho, José Murilo de. *"Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual"*. In. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, n.º. 2, 1997, p. 231-233.

Capítulo 1

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CORONELISMO NA LITERATURA ACADÊMICA

O conceito de *coronelismo* está presente num grande número de obras escritas por historiadores, juristas e cientistas sociais, entendido como forma de exercício do “poder local”, relacionado com outras instâncias do poder constituído, quais sejam: a estadual e a federal. Encarado como sistema político, clientelismo e/ou mandonismo local, o coronelismo teve como período de maior vitalidade, segundo os estudiosos dessa temática, o período que abrange a chamada Primeira República (1889-1930).¹

A construção do conceito de coronelismo na literatura especializada é bastante complexa. Considerando que o conceito de coronelismo continua sendo utilizado, investigaremos as abordagens de alguns estudiosos do *poder local*, a fim de apreendermos como nos seus discursos tem sido tematizada a relação entre “poder” e “Estado”, e a utilização que fazem do enunciado do coronelismo para definir o “sistema político”, o “clientelismo” ou o “mandonismo”, ao longo da História do “Brasil República”.²

Interessa-nos, neste momento, verificar como o conceito de coronelismo tem sido trabalhado na literatura acadêmica especializada; quais são os tipos de adequação formulados entre os parâmetros teóricos do coronelismo e a análise dos jogos da política; como o “fenômeno do coronelismo” recobre diferentes práticas políticas e é,

ao mesmo tempo, operacional (possui validade). Enfim, cabe o questionamento: como foi possível que as relações de poder fossem recobertas de tal forma pelo enunciado do coronelismo, dando-lhe uma validade discursiva, uma validade operacional? É esta a questão que valida a importância da análise das abordagens acadêmicas sobre o tema coronelismo.

Um primeiro ponto a considerar é que a vasta bibliografia a respeito do coronelismo engloba obras de caráter *geral*, isto é, o enunciado do coronelismo tem sido interpretado de maneira ampla, englobando todo o país; e obras de caráter *local*, sobretudo as mais recentes, analisando-o sob o prisma *regional*. Contudo, os autores que trabalham com o coronelismo enquanto um mando pessoal exercido por determinados “coronéis”, num lugar específico, também elaboram sua definição conceitual.

Objetivamos, pois, observar as definições conceituais do coronelismo com base em autores que analisam esta temática - sem considerar se a abordagem é de caráter geral ou regional -, destacando na construção do citado conceito a faceta descritiva que dá visibilidade à figura do coronel veiculada nesses discursos, sobretudo no que diz respeito à origem do coronelismo, suas características, seus fundamentos, sua conceituação e seu declínio.

Neste sentido, analisaremos diferentes textos e imagens produzidos sobre o coronelismo e sobre o coronel. Em que medida eles aparecem como uma homogeneidade, alcançam um nível consensual e se tornam “grandes verdades”, com características identitárias que legitimam e perpetuam as relações de poder que as instituíram, visto que em cada discurso aparece um diagnóstico a respeito das causas, das características e das reelaborações do *coronelismo*. Até

que ponto existe certos deslocamentos nestes discursos que podem fazê-los surgir como múltiplos?

1.1. AS ORIGENS DO CORONELISMO: DIVERGÊNCIAS TEMPORAIS

Uma preocupação se apresenta nos textos que elaboram o conceito de coronelismo, como prática política: a *origem* desse fenômeno. Podemos perceber formulações divergentes quanto a este aspecto, pois cada autor, de acordo com a sua postura teórico-metodológica, define um marco temporal diferenciado para a origem do coronelismo, na tentativa de revelar a sua identidade e as suas raízes.

A idéia de Leal (1978), por exemplo, é a de que, na Primeira República, houve uma ruptura do poder privado que possibilitou o desenvolvimento das relações coronelísticas. Ele aponta o coronelismo como um compromisso que se desenvolveu neste período, entre as esferas de poder Federal, Estadual e Local.

Para Leal, o Coronelismo seria o próprio sistema político da "Primeira República" instituído segundo as normas do pacto implícito entre o decadente poder privado dos coronéis e um poder público cada vez mais fortalecido.

Faoro (1977), e Queiroz (1977), afirmam que o coronelismo existiu desde o Império, mas só se legitimou na República.

Segundo Faoro,

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central

do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe do regimento municipal investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado, prosperou o "coronel tradicional", também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida da sua posição. O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política.³

A compreensão de Faoro é a de que, com a proclamação da República, a correlação de forças entre o coronel e o governo estadual será inversamente proporcional à decadência do poder municipal. Mas a força decisiva será sempre a do governo federal.⁴

Carone (1978) defende, igualmente, que o "fenômeno do coronelismo" se constituiu, desde o Império, pelo desenvolvimento e autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos Estados, resultando da fragilidade dos poderes centrais (estadual e federal) que determinará a emergência dos coronéis como verdadeiros chefes de clãs⁵, cujo controle é total em seu município ou zona.

Janotti (1989) também afirma que as raízes do coronelismo só foram sedimentadas no Império, através do autoritarismo local e da força eleitoral que os coronéis possuíam devido à fraqueza da estrutura administrativa do Estado - que usava o exército e a força das milícias particulares - no caso a Guarda Nacional - para manter a ordem escravocrata e a identidade territorial.

De acordo com essa posição, com a República, o que se verifica é uma ampliação do papel do coronel na nova estrutura política, porque,

(...) permanecendo o Brasil como um país essencialmente agrário, a centralização existente no Regime Monárquico continuou sob nova roupagem, agora estadualista, dirigida pela burguesia rural e financeira. A República, assim, atendeu a uma nova repartição do poder, onde permaneceram as antigas oligarquias e se introduziram as novas, representadas, em São Paulo, pela composição entre os antigos proprietários de terra, banqueiros e comissários de café.⁶

Nesse sentido, Janotti concorda com Faoro quando faz menção à “coloração estadualista” assumida pelo “coronelismo” na Primeira República e defende a tese de que o poder privado do coronel continuou a ser “desmesurado”, pois o Estado, em busca da centralização, viu-se obrigado a ceder mais uma vez ao poder local. Defende, ainda, que aos coronéis, são atribuídos novos encargos e, com a extensão do voto, estes eram obrigados a submeter o poder que haviam herdado das estruturas do mandonismo aos poderes superiores dos chefes da política estadual.

Há, também, em alguns textos, a afirmação de que o coronelismo se inicia na colônia, e não na Primeira República, como aponta Leal, ou no Império, como localizam Faoro, Queiroz, Carone e Janotti, entre outros. Para Bursztyń (1985), por exemplo, na colônia, quando se opera uma transferência das prerrogativas do Estado para o poder local, em troca do reconhecimento da soberania da coroa, manifesta no pagamento de impostos, verifica-se a presença de relações coronelísticas.

Durante o Império, o poder local também colabora no projeto de unidade/unificação do país e, em troca, o Estado transfere para ele os poderes militares e subsídios indiretos. Na Primeira República, o Estado se omite diante da supremacia do coronel; já a partir do governo Vargas, a intervenção estatal é intensificada, muito embora se dê através da intermediação da figura do coronel.⁷

Pang (1979), assim como Bursztyn, pensando a “raiz” ou “origem primária” do coronelismo brasileiro, afirma que esta se encontra no período colonial, e que o termo coronel advém de um posto militar das milícias coloniais. Entretanto, defende que essa forma de poder político foi instituída entre 1850 e 1950, tendo como período de amadurecimento a Primeira República.

Para Pang, o coronelismo não tem relação com o papel dos comandantes da Guarda Nacional, mas com os aspectos sócio-políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes Monárquico e Republicano no Brasil.

Pang encontra as origens do coronelismo na base patriarcal da sociedade brasileira e na estrutura econômica dos engenhos de açúcar e das fazendas de gado do séc. XVI, quando se verificou a transformação do poder privado em poder público. Segundo este autor, o sistema de supremacia política de um só homem, cujo poder se baseava no status social e econômico privilegiado, é o antecedente colonial do coronelismo nos séculos XIX e XX.

Já Robinson Cavalcanti (1984), estudando a relação entre força armada regular e poder local e procurando descobrir as origens do coronelismo, afirma que o coronelismo seria uma

manifestação particular do poder local,

principalmente durante a Primeira República, [que] permanece ainda com muitos aspectos a serem explorados, notadamente suas origens, inclusive em sua dimensão institucional.⁸

Segundo Cavalcanti,

(...) desde o clássico trabalho de Leal, ao mais recente de Queiroz, passando pelo do próprio Faoro, a linha de estudo não tem deixado muito clara a relação entre a Guarda e o Coronelismo. Ou se atém, quase que exclusivamente ao poder local em si, ou tem-se a impressão, no que se refere à guarda, de ter sido ela sempre, e apenas, um conjunto de anacrônicos "coronéis". Falta possivelmente a alguns autores, uma melhor compreensão de uma periodização da guarda e do papel por ela desempenhado no jogo das elites de um Estado patrimonial em formação.⁹

Cavalcanti afirma que o coronelismo é imposto, ao longo da história do Brasil, como uma forma de "resistência transmigrada ou metamorfoseada". Para ele, a sociedade brasileira é originariamente patriarcal, o Estado brasileiro é patrimonial-estamental, e as origens não só do coronelismo como também do próprio Estado Patrimonial Brasileiro se encontram, sobretudo, na Guarda Nacional¹⁰ (ator político e militar), e não nas milícias coloniais, como defende Pang.

Assim, o "fenômeno do coronelismo" é apontado por Cavalcanti como "peculiar expressão do poder local com reflexos regionais e nacionais" que se manifesta no período final da existência da Guarda Nacional, enquanto expressão do poder local ultrapassando os limites formais da vida legal da Guarda. É neste momento que, segundo esse autor, começam a aparecer os coronéis *de fato* e não *de jure* auto proclamados ou aclamados pela

comunidade, permanecendo por um vasto período na nossa vida republicana, principalmente na Primeira República.

Em outras palavras, Cavalcanti afirma que a Guarda Nacional teria desempenhado um papel de elo institucional para o surgimento do fenômeno do coronelismo, que surgiu porque já existiam as condições estruturais para tal mandonismo. E os coronéis, por sua vez, sobreviveram à própria morte da Guarda Nacional, ultrapassando seus limites à medida que se constituíram como coronéis "de fato".

Portanto, além da origem de ordem institucional - que seria o oficialato da Guarda Nacional -, Cavalcanti aponta uma outra origem para o coronelismo, que seria de ordem estrutural: as condições preexistentes para o mandonismo local, advindas do modelo patrimonial-estamental do Estado Brasileiro que permitiu a convivência do poder institucional com o poder personalizado, da legitimidade legal ou racional com a legitimidade tradicional e a carismática, e do burocrático com o patrimonial. Nesse sentido ele corrobora as idéias de Faoro e Pang, afirmando que o estudo do poder local se coloca no cerne da "participação da periferia dependente nos rumos do modelo político brasileiro".

A busca das *origens* do coronel na colonização brasileira também está presente na análise de Gualberto (1985). Este autor sustenta a tese de que o coronel é um dos principais personagens da história política brasileira, e que foi através dele que o nosso sistema político foi construído.

Gualberto (1985) afirma que o comportamento do colonizador marcou fortemente a sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito à mestiçagem biológica, à falta de interação inter-racial em nível social, ao

sincretismo religioso e à idéia do trabalho como obrigação dolorosa ou algo a ser evitado.¹¹ No entanto, acredita que o nascimento de uma verdadeira vida social no Brasil só pode ser pensado se considerarmos os eixos em torno dos quais a vida econômica e social se estruturou no mundo colonial: a estrutura agrária baseada em grandes latifúndios, totalmente ligada à escravidão e à economia mercantil européia; o sincretismo cultural e religioso; a mestiçagem; a ausência de limites entre o público e o privado; e o papel central do “pai” na cultura portuguesa e no Brasil Colônia.¹²

Segundo Gualberto, o coronelismo surge a partir do momento em que o Brasil começa a ser colonizado, e não após a “morte” da Guarda Nacional, como afirma Cavalcanti. Gualberto não desconsidera a importância da Guarda Nacional durante o Império:

Durante o Império, a Guarda Nacional estruturou o poder local, ampliando o poder dos latifundiários, (...) nos processos eleitorais seus oficiais eram eleitos para os cargos mais importantes. (...) Uma vez consolidado como núcleo central do poder o coronel iria ainda mais longe. Ele se transformaria na própria representação do poder, e não mais no intermediário da corte ou do imperador. Isto se daria com o fim do Império e a proclamação da República.¹³

O latifundiário, “pai simbólico do coronel republicano” era, pois, para Gualberto, o personagem central engendrado por esse processo histórico “**contínuo**”, no qual a privatização da autoridade pública agrega solidariedades que se ampliam do nível local para o nível nacional, e o poder privado se configura como “a própria representação do poder”.

Dessa forma, o coronelismo seria um elemento

da construção do Estado Brasileiro, a qual se daria no jogo de constituição da “Nação” através de um pacto elitista que não permite a participação popular, nem tampouco uma vida verdadeiramente democrática. Em outras palavras:

A história brasileira construiu o coronel como uma instituição de dominação, o que foi aceito pela maioria dos dominados, em função de um conjunto de fatores, em parte reais: interesses econômicos, proteção, violência, e em parte imaginários: dilatação do imaginário da família, das relações de clientela. Os fatores reais e imaginários e sua articulação foram construídos durante séculos.¹⁴

De acordo com esta concepção, o coronelismo pode ser considerado como base dos nossos usos e costumes políticos através da articulação de fatores “reais” e “imaginários” construídos durante séculos.

Se para Gualberto o coronelismo surge a partir da colonização e as práticas coronelísticas acompanham toda a História do Brasil, Leal nos lembra que a ascensão do coronelismo, no final do Império e início da República, coincide com a decadência econômica dos coronéis. Por isso, o pacto implícito de “apoio nacional x autonomia local” se dá de acordo com a dependência dos coronéis em relação aos poderes regional e central. Assim, a idéia do coronelismo parece ser construída, ora a partir da própria decadência dos “coronéis”, ora como algo que sempre esteve presente na “vida política brasileira”.

Como vimos, cada texto define um momento de origem para o coronelismo. Ora ele surge na Colônia, ora no Império, ora com a Proclamação da República. Em todos estes discursos, porém, percebe-se que o

objetivo é pensar o coronelismo e a imagem do coronel em suas dimensões estruturais, como elementos que definem a economia e a política do país, tendo como perspectiva uma explicação do processo de desenvolvimento deste fenômeno e as suas reelaborações ao longo da história do Brasil, sobretudo durante a chamada "República Velha".

Esses discursos, embora divergentes quanto à localização temporal da origem do "fenômeno coronelismo", possibilitam que este conceito seja remetido a uma realidade que possui características genéricas essenciais. Ao mesmo tempo, organizam um modo de inteligibilidade dessa "realidade" que se pretende fechado, objetivando instituir uma forma linear e contínua de ver e dizer as relações de poder e tendendo a valorizar a hierarquia social e escamotear as diferenças.

Acreditamos que a criação do conceito de coronelismo está imbuída do compromisso político de produzir uma realidade e criar um olhar que leve a sociedade a ver as relações de dominação como sendo naturalmente dadas pela riqueza. Nesse caso, as lutas políticas são apontadas como lutas que só se processam entre os segmentos sociais "dominantes" e o Estado, colaborando, assim, com a perpetuação das relações de dominação. O conceito, contudo, possui limites e dispersões que nos permitem visualizar tanto as condições que possibilitaram a sua invenção, quanto o seu próprio desgaste.

Nossa hipótese é, portanto, a de que o conceito de coronelismo foi elaborado com o objetivo legítimar as relações sociais e políticas como relações institucionais e hierárquicas, e como fenômenos sucessivos e idênticos que se pretendiam dominantes, ainda que decadentes,

conferindo-lhes homogeneidade e importância temporal¹⁵. Mas, nos textos que analisamos acima, embora o coronelismo se apresente como uma realidade e seja investigado como prática política, não se configura de forma homogênea. Isso também pode ser vislumbrado na própria caracterização e fundamentação do coronelismo, como veremos a seguir.

1.2. OS DIFERENTES CONCEITOS DE CORONELISMO: FUNDAMENTOS E CARACTERÍSTICAS

Ao analisarmos como as origens do coronelismo se apresentam na literatura especializada, percebemos divergências, sobretudo no que diz respeito à periodização. Tais divergências apontam à pertinência da investigação de como e até que ponto os elementos que caracterizam e fundamentam as relações ditas coronelísticas e que estão no cerne da tecitura do conceito de coronelismo apresentam especificidades e/ou diversidades.

Considerando que o coronelismo é um conceito proposto para definir de forma unívoca as relações entre as esferas de poder local, estadual e federal na história do Brasil, mas que se multiplica em divergentes (re)formulações, suscitando imagens e discursos diferenciados, verificaremos também as várias formas de conceituação do coronelismo presentes nos discursos que estamos analisando.

Para Leal (1978), a relação de interesses entre o “poder público” em fortalecimento e a decadente influência social dos “senhores de terra” se configura como um momento de ruptura nas relações destes com o Estado,

A essência (...) do compromisso

coronelista - salvo situações especiais que não constituem regra - consiste no seguinte: da parte dos chefes locais governistas, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.¹⁶

Esse sistema, cuja base se encontraria na propriedade fundiária, na falta de autonomia municipal e na função eleitoral do coronel, delegaria poder aos "coronéis" através dos serviços e benfeitorias prestados ao nível local, os quais poderiam abranger desde os favores particulares até as obras de cunho assistencialista e a dominação social e cultural de uma clientela pobre, dependente e ignorante.

Apesar de caracterizar o coronelismo a partir da idéia de uma interdependência entre as três esferas de poder - a local, a estadual e a federal, Leal, no seu discurso, faz uma exaltação indireta ao *Estado* enquanto eixo do poder. A posição de quem ocupa o "poder local" deve estar sempre ligada a quem "domina" nas outras duas esferas. Além disso, defende que a falta de autonomia municipal age de maneira ambígua: se por um lado enfraquece o papel do poder público e permite a hipertrofia do poder privado - ao ponto de os ditos coronéis exercerem funções que correspondem ao Estado, tais como: justiça, assistência e proteção - por outro, é também um mecanismo de subordinação do coronel ao governo.

Temos, aí, uma versão globalizante e estrutural do fenômeno coronelismo, cujo mecanismo - eixo aparece

como sendo o sistema de reciprocidade, fundamentado na necessidade de reconhecimento mútuo entre o coronel e os governos estadual e federal das suas respectivas lideranças políticas.

Um outro fundamento do coronelismo é buscado na idéia de patrimonialismo do Estado brasileiro, defendida por Faoro, entre outros.

Fora da ordem feudal, os estamentos cresceram e se tornaram visíveis, sem a quebra - o que espantaria Max Weber - da ordem patrimonial. A consolidação de benefícios econômicos e de cargos tornou menos dependentes certos setores, que, ao mesmo tempo em que recebiam delegações do poder público, procuravam influenciá-lo e dirigi-lo. Um bando do estamento, o bando conservador, derivava seu poder do Estado, traficando com valores móveis. O outro bando, o liberal, murava-se, quando podia, na fazenda agrícola, capaz de dar a sonhada independência a seu titular. Há subordinada ao estamento não uma classe, mas uma situação de classe incapaz de se expandir. Todos os gatos se tornam pardos, apesar das distinções, com a ascensão do poder político. Fora do poder, o conservador namora a ideologia liberal. No poder, o liberal manifesta-se com a abalável fê dos convertidos.¹⁷

A presença do patrimonialismo pode ser provada, segundo Faoro, pela história, uma história que começa em Portugal e ainda está em curso e que redefine a visão do Estado patrimonialista presente nos escritos de Max Weber sobre o poder, na qual o liberalismo e a burocratização não seriam características do tipo patrimonialista.¹⁸ Ao caracterizar os "donos do poder",

Faoro remonta à história da formação do Estado brasileiro - muito embora localize o surgimento do sistema coronelista no Império - e afirma que o "coronelismo" presidiu o deslocamento do eixo político decisório do "Centro" para os "Estados", legitimando-se, na "Primeira República" (1889-1930), através da política dos governadores. Assim, o coronelismo surge como uma ramificação do poder central, eixo em torno do qual giram as relações de poder.

De acordo com Faoro,

As formações sociais são, para a estrutura patrimonial estamental pontos de apoio móveis, valorizados aqueles que mais a sustentam, sobretudo capazes de fornecer-lhes os recursos financeiros para a expansão - daí que entre as classes, se alie às de caráter especulativo, lucrativo e não proprietário. O predomínio dos interesses estatais, capazes de conduzir e deformar a sociedade - realidade desconhecida na evolução anglo-americana - condiciona o funcionamento das constituições, em regra escritos semânticos ou nominais sem correspondência com o mundo que rege. O conteúdo do Estado molda a fisionomia do chefe de governo, gerado e limitado pelo quadro que o cerca.¹⁹

Esse discurso organiza e encerra certo modo de inteligibilidade das relações e do exercício de poder que se institui hierarquicamente. Dessa forma, o coronelismo além de se apresentar como peça-chave de um jogo de poder que legitima, em última instância, o *aparelho de Estado*, se institui de acordo com os interesses privados de uma elite política que se apropria do poder. Nesse sentido, Faoro defende que, mesmo com a presença das

idéias liberais no Brasil, a burocratização do Estado passou pela tutoria do poder privado dos coronéis. A interdependência entre o poder público e o poder privado se fez sentir, inclusive, com o planejamento racional e burocrático que se operou após a década de 1930.

Para Faoro, nas relações de poder, o “coronel” seria um elemento eminentemente eleitoral, cuja liderança política se exercitava em decorrência da sua liderança econômica; e o argumento para que o seu poder se legitimasse estaria no aliciamento de eleitores e no preparo das eleições. Todavia, ao nível local, o coronel seria um organizador do seu mundo, inseparável da sociedade agrária, protetor do “camponês”, e articulador da sociedade local ao sistema político, econômico e social. Dessa forma, o poder do coronel derivaria mais do seu prestígio e da sua honra sociais, tradicionalmente reconhecidos, do que da sua situação econômica. E as relações de poder, por sua vez, só se configurariam como relações institucionais.

Cavalcanti, assim como Faoro, desenvolve uma abordagem weberiana para o fenômeno do coronelismo e defende que,

No Brasil teríamos tido um pacto entre o estamento político - com seus setores burocrático, tecnocrático e militar - situado privilegiadamente na cúpula do aparelho de estado, e as lideranças das unidades periféricas dependentes e dos municípios da zona rural (...). Nesse pacto a modernização pode levar a divergências entre seus componentes, mas a necessidade de ordem poderá mantê-los unidos, e o desafio dos oponentes poderá evitar uma ruptura.²⁰

Segundo o discurso de Cavalcanti, o poder do coronel é um poder de caráter delegado - embora o papel

político dos “coronéis” fosse importante, o seu poder não residiria em si mesmo, lhe seria delegado pelo poder estadual -, e sua presença no jogo político dar-se-ia a partir de uma relativa debilidade e não de uma posição de força. Por outro lado, Cavalcanti afirma que os “débeis” coronéis resistem até ao fim do coronelismo.

Priorizando a “estrutura de clientela política” como base para a estrutura coronelista, Queiroz (1977) não concorda com as afirmações de Cavalcanti quanto ao mando político do coronel que, para ela, advém, sobretudo, do seu carisma, embora resulte também de sua posição econômica que lhe possibilita fazer favores e exercer o poder. Contudo, Queiroz considera que o fator econômico não tem importância fundamental, pois a preservação da riqueza seria possível por herança e casamento, enquanto a preservação do “mando” por parte dos coronéis dependia do carisma.

Com base na idéia de dominação carismática de Weber²¹, Queiroz, em sua perspectiva sociológica, afirma que o papel fundamental do coronel, que em última instância é chefe de uma parentela, é arrebanhar eleitores, visto que o voto é o mecanismo essencial de constituição do seu poder e assume conotação de posse; já o carisma é a condição *sine qua non* de sua existência.

O coronelismo é caracterizado por esse discurso como uma estrutura de clientela política, como mandonismo; e a barganha, o carisma e a parentela são apontados como seus principais elementos. Esses elementos são importantes para se entender o jogo político porque possibilitam uma visualização da rede de reciprocidades, de deveres e de direitos que, nesse contexto, se institucionalizam. Neste sentido, afirma que:

A liderança coronelista que era sempre

uma liderança econômica e uma liderança de parentela assumia além de tudo um aspecto nitidamente carismático (...) o chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis (...) aquela inexplicável qualidade que despertava a adesão afetiva e entusiástica dos homens, levando-os espontaneamente à obediência.²²

Assim, Queiroz relativiza a importância da propriedade fundiária e assevera que o coronelismo tem como base o poder político do coronel que advém das relações de solidariedade vertical e horizontal no seio da parentela.²³ Segundo essa autora, é na parentela, como grupo, que se apresentam interligados o aspecto político, o econômico e o de parentesco, e que se desenvolve a reciprocidade que se estenderá ao setor político. No seio desse sistema de parentela, a solidariedade interna é reforçada à medida que ocorrem as oposições e as disputas entre parentelas, pois solidariedade e conflito surgem, na sociedade brasileira coronelística, como duas faces da mesma moeda, sobretudo durante a República.

Não obstante, Queiroz interpreta o carisma, a barganha e a parentela a partir de significados e valores dominantes que também se apresentam de forma institucional e hierárquica. Neste sentido, as parentelas se baseariam, em última instância, no poder aquisitivo dos chefes e na sua força eleitoral; a barganha se constituiria, por sua vez, como elemento da relação entre os coronéis e os poderes estadual e federal, e não como um elemento exercitado nas múltiplas relações de poder exercidas social e culturalmente; e o carisma se apresentaria como uma "inexplicável" qualidade natural dos chefes políticos, capaz de despertar "nos homens"

uma obediência espontânea. De acordo com Queiroz, os afilhados de um determinado coronel também assumiam os aliados ou inimigos deste, e os homens do coronelismo passaram a se definir em termos de posse em relação uns aos outros.

Portanto, Queiroz, buscando no jogo político determinados elementos que possam dar uma existência objetiva ao chamado coronelismo, exclui, desses elementos, possíveis divergências de explicação: a própria barganha é apontada como possibilidade política devido ao carisma do coronel e não como resultado de um embate na composição das forças socio-políticas; também são eliminados do engendramento das práticas coronelísticas possíveis acontecimentos e/ou certas idéias surgidas no processo de lutas políticas.

De acordo com os discursos de Faoro e Queiroz, a legitimidade do coronelismo é vista como uma questão de status ou de honra social. Um outro exemplo dessa linha de abordagem é o estudo de Pang, para quem,

(...) o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante um período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial. Os anos limites desta fase são 1850-1950.²⁴

Desse modo, a principal função do coronelismo seria a hábil utilização do poder privado acumulado pelo patriarca de um clã ou de uma família extensa, visto ser a formação política brasileira essencialmente patrimonialista.

Pang, como Queiroz, parte do pressuposto de que o fundamento da política brasileira é o sistema familiar e, embora reconhecendo que o coronel é, acima de tudo, um político individualista, autônomo, rico e às vezes bem protegido de interferências externas, também não considera a propriedade fundiária como elemento primordial do poder coronelista.

Com a finalidade de construir uma tipologia “simples” e “descritiva” das oligarquias no Brasil, Pang introduz, ainda, o termo “familiocracia”, significando a predominância de uma família na política local ou municipal. Numa análise “mais alongada” ele afirma que as oligarquias brasileiras podem ser divididas em quatro grupos básicos: familiocráticas, tribais, colegiadas e personalistas²⁵, de acordo com as alianças viabilizadas pelos “chefes dos clãs” entre si e em relação aos “poderes centrais”.

Diferentemente do que pensa Leal, Pang considera que o poder coronelista era constituído pela ausência da autoridade formal do Estado, o isolamento da sociedade local e a estrutura patrimonial da história política brasileira. Pang cita o comércio, a indústria e o carisma como a base do poder de certos coronéis.

De acordo com o discurso de Pang, à medida que se verificava a ausência da autoridade formal do Estado, o coronelismo representava, simultaneamente, a antítese e o complemento desta autoridade, pois, embora o coronel, como oligarca local, tivesse o seu sucesso garantido basicamente por sua habilidade individual em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos, o resultado das eleições deveria legitimar o poder central.

Pelo exposto até o momento, a grande propriedade da terra, segundo Pang, Cavalcanti, Faoro e Queiroz, não é suficiente para explicar o coronelismo. O elemento

imprescindível a esta explicação seria, para os três primeiros autores, o Estado Patrimonialista Brasileiro, e para Queiroz, fundamentalmente, o carisma²⁶. Contudo, em todos esses discursos encontramos a afirmação de que é preciso que exista, associado ao carisma ou ao patrimonialismo estatal, um sistema eleitoral e uma troca de favores entre as três esferas do poder para que as “relações coronelísticas” sejam viabilizadas.

Carone²⁷ também analisa o coronelismo a partir do papel político do coronel. Para este autor, o papel político do coronel também se manifesta pelo domínio de votos que ele é capaz de manipular, uma vez que o voto é o termômetro da sua afirmação. Essa posição, já defendida também por Leal e pelos demais autores que ora analisamos, reforça a idéia de que a liderança do coronel significa domínio, e o desrespeito à regra de colocar-se a serviço do governo através dessa manipulação de votos pode levar, também, à quebra do seu status e prestígio. Nesse caso, é importante que o coronel seja situacionista, pois o Estado é uma das poucas fontes de privilégio, a única capaz de conceder aos coronéis uma autonomia extra-legal.

Carone, além de considerar o “prestígio” ou a honra social dos coronéis como elementos de grande importância para a análise do poder local, vincula os conceitos “coronelismo” e “oligarquia”, apontando as diferenças existentes entre os dois e atribuindo ao primeiro um caráter mais particular e ao segundo um caráter mais geral. Apesar de diferenciar o exercício do poder do coronel e do oligarca, afirma que o último é um coronel como outro qualquer - ou um representante dele - que se mantém pela liderança, pelo autoritarismo e pelos favores que concede a seus aliados. Favores que

não procedem somente dos seus bens pessoais, mas também do uso das rendas e poder do Estado, para uma política individual. Neste sentido, as características identificadoras do coronelismo estão, sobretudo, na autonomia municipal que permite às câmaras o controle total das rendas e verbas, a nomeação dos chefes de polícia e o domínio dos cargos judiciários.

Assim, o coronelismo é visto como legitimação da autonomia de grupos políticos e sociais nos Estados, em decorrência da fraqueza dos poderes centrais. Quanto às oligarquias, Carone afirma que, no Brasil, juntou-se ao sentido primitivo da palavra oligarquia - governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas - um conceito mais específico: o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal. Para ele, a origem das oligarquias advém, em parte, do Império, e estas, como o coronelismo, adquirem maior estabilidade na Primeira República.

No que diz respeito aos conflitos entre coronéis e o governo, o coronel se afirma, segundo Carone, como entidade jurídica autônoma, pois ele é quem estabelece leis, nomina delegados, juizes, etc. Para este autor, os conflitos entre coronéis e governo estadual são importantes porque envolvem o poder de decisão do governo federal. Já os conflitos entre coronéis são considerados apenas como disputas pelo predomínio pessoal, sem maiores conseqüências.

Portanto, podemos afirmar que Carone também utiliza como elementos explicativos do "sistema político oligárquico-coronelista" a ausência do Estado, no que diz respeito ao exercício do poder, sobretudo ao nível local, e o atraso sócio-econômico no contexto de um processo centralizador. Dessa forma, mantém-se na mesma linha interpretativa de Faoro e identifica

“coronelismo” e “oligarquias” como problemas do federalismo, situando-os como uma das conseqüências fundamentais do desequilíbrio entre centralismo e federalismo.

Um certo reforço a esse esquema de análise das práticas políticas chamadas coronelistas pode ser vislumbrado, ainda, no estudo de Bursztyn (1985) que identifica a lógica atual da ação do Estado na região Nordeste através da evolução histórica das relações entre o poder local e o poder central, e afirma haver uma legitimação recíproca entre os níveis local e central do poder, de forma que o coronel aparece como um mediador entre o Estado e o povo; mediação essa, que vai passando cada vez mais às mãos dos funcionários do Estado, transformando o exercício da política em profissão - “forma de sobrevivência dos coronéis”.

Para Bursztyn,

Apesar da crescente importância da centralização, onde alguns poucos se tornaram realmente, donos do poder, ainda persiste o peso político representado localmente pelo poder dos donos.²⁸

De acordo com esse discurso, a centralização suposta na “modernização conservadora” é possível devido à apropriação do poder político pelos que possuem o poder econômico. Notadamente, a concepção de Bursztyn é a de que, se antes de 1930, o Estado era autoritário por omissão, após esse período, tornou-se autoritário ativo; mesmo assim, não implementou uma transformação das suas relações com os grupos locais.

Embora Bursztyn não descarte a importância da estrutura fundiária como base do coronelismo, a explicação do coronelismo elaborada por ele se situa no âmbito da ação do Estado, posto que o paternalismo estatal é considerado por este autor como

um mecanismo ideológico e social fundamental para contrabalançar o autoritarismo tanto do Estado quanto do patriarca local. No caso da sociedade local, o paternalismo funciona como instrumento essencial para o esquema de legitimação dos coronéis.²⁹

A idéia de continuidade das relações coronelísticas durante toda a história do Brasil se faz sentir claramente no discurso de Bursztyn, pois, segundo ele, a “modernização conservadora” viabilizada pelo Estado não é incompatível com o fortalecimento do poder local. Portanto, o “povo” é considerado, por esse autor, vítima impotente das maquinações estatais ou de grupos dominantes, visto que o Estado brasileiro sempre buscou sua legitimação no caráter paternalista, traço de união do binômio Estado/Nação e de legitimação do coronel.

Saes (1994), também defende que,

Só a análise política do Estado nos permite definir quem (isto é, que fração da classe dominante) é hegemônico no seio da classe dominante (...) o coronelismo é um fenômeno político somente verificado no quadro de um Estado burguês democrático (...) é uma força preservadora, na medida em que o coronel, em geral, apóia eleitoralmente as forças eleitorais que compõem o Estado. (...). Em qualquer caso, sua vitalidade depende, de um lado, da persistência de relações de produção pré-capitalistas no campo; de outro, do significado das instituições democráticas representativas para as classes trabalhadoras e da importância do processo eleitoral como lugar de resolução das disputas internas ao bloco no poder.³⁰

Percebe-se que Saes pensa a formação social

brasileira de maneira dualista. Diante dessa assertiva, o coronelismo já se instituíra sob o comando de um “Estado burguês democrático”, que aparece como expressão hegemônica de uma fração da classe dominante e funciona a partir da lógica da acumulação capitalista e das instituições democráticas, muito embora seja produto de relações de produção pré-capitalistas que ainda se exercem no Brasil.

Entendemos que há uma contradição nesse discurso: se por um lado o coronelismo é apontado como produto da lógica da acumulação capitalista, por outro lado é apontado como produto de relações pré-capitalistas. Nesse caso, cabe as indagações: a imagem do coronel se apresentaria como resquício de um passado pré-capitalista e, simultaneamente, como produto da sociedade burguesa? E o coronelismo? Seria fruto de um Estado burguês numa economia não capitalista? Deveríamos afirmá-lo como um resquício de um passado marcado pelo “atraso” ou como um produto da “modernidade”?

Na visão marxista de análise da sociedade proposta por Dantas (1986), o coronelismo teria uma tripla fundamentação: a) sócio-econômica, advinda da grande propriedade fundiária, cujas relações de produção não capitalistas irão engendrar um determinado tipo de dominação pessoal camufladora das desigualdades e da exploração, o que atrela as “massas camponesas” aos proprietários de terra; b) política, na qual o coronel tem o papel de intermediário entre o campesinato e a sociedade política estadual, inclusive no controle das informações; e, por fim, c) ideológica, em que ocorre, como consequência das situações anteriores, o predomínio ideológico de um conjunto de idéias e representações que determinam normas e práticas de

submissão cuja idéia central está na diade lealdade e proteção.

Ao formular que o coronelismo se fundamenta a partir da sua historicidade, Dantas define quatro fases distintas para as relações coronelísticas desenvolvidas no Brasil: na primeira fase, que se estende de 1900 a 1930, o coronel assegura seu poder devido à capacidade de controlar e impor a coerção através da propriedade da terra e do uso das milícias particulares; na segunda fase, que vai de 1930 a 1945, o processo de centralização autoritária e burocratização da sociedade política - desencadeado com a Revolução de 1930 - considera e reconhece a "honra" do coronel que, a partir de então, tem como fundamento do seu poder o prestígio social - e aqui o autor se posiciona da mesma forma que Faoro. A terceira fase ocorre a partir de 1945 e vai até o golpe de 1964, estando marcada pela mercantilização do voto advinda da ampliação dos direitos políticos e civis e pela influência das massas urbanas no jogo político. Nesse período, os coronéis são revalorizados através de seus colégios e cabos eleitorais, embora nas regiões mais industrializadas suas bases tendam ao enfraquecimento e à erosão; com o golpe de 1964 há uma recuperação, ainda que parcial, do poder dos coronéis, devido à própria necessidade de legitimação do Estado autoritário, que é feita exatamente pelo voto dos "currais eleitorais". Subsiste, portanto, através de diferentes táticas, o clientelismo e a manipulação da assistência social do Estado por parte do coronel em troca do controle do eleitorado.³¹

Embora afirme que a complexidade do coronelismo só pode ser apreendida através da recuperação de sua historicidade, a qual engloba elementos particulares (econômicos, políticos e ideológicos) e se constitui

culturalmente, Dantas apresenta uma conceituação para o “fenômeno do coronelismo”:

Uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, ao tempo em que se impõem como intermediários entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação.³²

De acordo com essa concepção, o coronelismo é entendido como um conjunto de práticas de dominação política que se institui como resultado das lutas estabelecidas entre as “classes sociais”, e que se marca por fases sucessivas caracterizadas por elementos constantes e por traços mutáveis nas suas relações com o Estado. No entanto, as lutas entre as “classes sociais” não são enfocadas por este autor. Dessas lutas ele considera apenas o “resultado”, ou seja, a “dominação política” exercida pelos ditos coronéis e a relação destes com o Estado. Assim, o “coronelismo” é visto como um tipo de poder dominante que ao mesmo em tempo em que molda o Estado aos seus interesses, também se adapta às suas transformações.

Percebe-se, então, que o poder é visto, também nesse discurso, sobretudo nessa última fase, como algo que, apesar de se constituir como dominação privada, se encontra centralizado e localizado no Estado. Dessa forma, reduz-se à política, e se apresenta como estrutura e não como relação, como tradição e não como um fluxo permanente de luta no qual as forças envolvidas não obedecem a uma destinação ou a uma mecânica, mas ao acaso da própria luta.

Janotti, ao tratar o coronelismo como uma política de compromissos, não foge à regra no que diz respeito

ao entendimento das práticas coronelísticas como práticas que se encontram estruturadas no sistema eleitoral. Para ela, o coronelismo também se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influências em que se concatena uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal.

Janotti busca, como Leal, demonstrar a importância do município na trama política da Primeira República, não no que diz respeito à autonomia municipal, mas no que diz respeito à legitimação política das oligarquias estaduais. Tal legitimação seria conseguida através do controle do eleitorado municipal por parte dos "coronéis", com o chamado "voto de porteira fechada" ou "voto de cabresto", pois era este controle que possibilitava o reconhecimento da autoridade política dos coronéis sobre os municípios por parte do poder estadual.

Resgatando, também, as posições de Queiroz, Janotti acrescenta, ainda, que para o estudo do coronelismo é necessário que se apreenda a importância das inúmeras implicações presentes no processo histórico de formação da sociedade brasileira, e não apenas os aspectos políticos da dominação de classe.

No entanto, diferentemente de Queiroz, Janotti não coloca na parentela e no carisma os fundamentos do coronelismo. Para ela,

Os coronéis podem ser vistos como representantes da oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e manter seus privilégios.³³

Portanto, a autora aponta que as determinações do fenômeno do coronelismo se dão no âmbito da economia, justificando que o poder pessoal sobre o qual

se assenta o coronelismo é uma herança colonial, pois, desde essa época, a economia estava centrada no sistema mercantilista e na lavoura de exportação e o poder pessoal se expressava como representante e não opositor do poder do Estado. Neste sentido, ela diverge de Leal, aproximando-se de autores que, como Gualberto, vêem o coronelismo como uma herança da nossa colonização.

O estudo de Gualberto (1995), seguindo uma linha de abordagem ligada às posições teóricas de Cornélius Castoriadis, considera o coronelismo como base dos nossos usos e costumes políticos. Para Gualberto, a instituição imaginária do coronelismo se apresenta como uma das instituições centrais da sociedade brasileira. Ele define o coronelismo como:

A instituição imaginária que permitiu durante um longo tempo a existência histórica dos mais diversos personagens políticos dotando-os de significação. A sobrevivência do coronelismo até hoje é devida à profunda impregnação das práticas sócio-políticas brasileiras pelo imaginário do coronel. (...) Os coronéis são de fato criadores de códigos de comportamento social bem brasileiros, numa sociedade fechada à cidadania e centrada nas grandes famílias oligárquicas.³⁴

Ao afirmar que a nossa sociedade é fechada à cidadania, Gualberto acaba caindo na própria armadilha do imaginário afirmando-o como realidade e não como um imaginário constituído. Se, como ele próprio defende, o imaginário cria o real imaginariamente, a imagem do coronel e a idéia de que a nossa sociedade é fechada à cidadania e centrada nas grandes famílias oligárquicas não podem ser consideradas como uma realidade

objetiva.

Concordamos com Gualberto quando considera que o coronelismo é uma construção imaginária, baseada no que se processa socialmente, que também constrói o social. Não obstante, cremos que o autor não se contrapõe ao fato de que só valem, nessa construção, as relações institucionais entre as três esferas do poder, hierarquicamente constituídas.

Para Gualberto, a base do coronelismo poderia ser encontrada no pacto elitista entre o poder local, o poder estadual e o poder central (conforme afirma Leal), e a essência da ação do coronel, além dos mecanismos formais e legais de controle político, era a violência, a vingança, a solidariedade dentro da parentela, a política de favores e de punições, a corrupção eleitoral e a apropriação privada do Estado (como afirma, por exemplo, Queiroz).

De acordo com a concepção de Gualberto, o coronelismo é o sistema político que antecede e torna possível o surgimento do populismo e da tecnoburocracia. Essas três formas de “poder” são apontadas por este autor como elementos construtores do nosso imaginário político, num terreno feito de desigualdades e autoritarismo que não possibilitou “a inclusão autônoma das massas na política”, a não ser sob a tutela do paternalismo herdado do período colonial.

Entendemos que ao pensar as relações de poder - bem como a própria história - enquanto uma “construção imaginária” que se tornou dominante, Gualberto, como os demais autores que abordamos, parece não dar importância aos elementos da trama histórica e/ou do jogo político que foram desqualificados ou desconsiderados para dar vida a essa possibilidade³⁵; elementos estes que apontam para novas possibilidades

históricas, para a dispersão e complexidade presentes na história, e que são desconsiderados em favor de outros elementos que se pretendem “verdadeiros” e se tornam dominantes como “representantes” de uma pretensa “realidade concreta”.

Conclui-se, daí, que os discursos acadêmicos que têm como proposta definir o conceito de coronelismo se configuram como práticas discursivas sobre o passado. Práticas estas imbuídas de um saber que seleciona como elementos privilegiados para desvendar “os fatos” ou o “real” as relações hierárquicas e institucionais exercidas entre as elites sociais e entre estas e o Estado.

Só assim, o coronelismo, conceito elaborado numa dada época, recobre e significa práticas e personagens que se manifestam durante toda a história do Brasil, inclusive nos dias atuais.

Nesses discursos, o coronelismo é visto, pois, ora como um produto da concentração da terra, considerando-se uma vinculação entre o econômico e o político, ora como um fenômeno que ocorre muito mais no plano político, sem uma vinculação estrutural com o latifúndio como prioridade para a sua existência.

Portanto, o coronelismo é apresentado como justaposição entre formas velhas e novas de estruturação econômica e/ou política. No entanto, é possível apontar a existência de divergências também no que diz respeito à explicação dos elementos fundamentais do fenômeno coronelista e à base do poder do coronel, sobretudo quando se trata da elaboração do conceito.

Vejam os como a análise do “poder local” elaborada nesses discursos fala, simultaneamente, tanto das suas mudanças quanto das suas redefinições, sob a égide de um mesmo conceito: o de coronelismo, legitimando-o como as próprias práticas políticas que ele tenta

caracterizar.

1.3. AS DIVERSAS CONCEPÇÕES ACERCA DO DECLÍNIO DO CORONELISMO

De acordo com a abordagem de Leal, só uma transformação radical da estrutura agrária extirparia definitivamente as práticas políticas coronelísticas da vida do país.

Para Leal, embora o coronelismo, enquanto sistema político tenha morrido em 1930 - com a produção industrial, a crise do café, o aumento da população e do eleitorado urbano, e com a expansão dos meios de comunicação e transporte - sobreviveram, a ele, os coronéis e a prática do mandonismo. Outros fatores de superação do coronelismo apontados pelo autor são: o aperfeiçoamento dos meios eleitorais e a vitalização do município presentes na Constituição de 1946, bem como o desenvolvimento industrial do país.

Faoro defende que só a presença do Estado institucionalizando as relações sociais teria a capacidade de dissolver a personificação do poder do coronel, pois o coronelismo não é, senão, um mecanismo de legitimação do Estado republicano no sistema eleitoral.

Essa visão, como demonstramos acima, parte da idéia de que a sociedade se constitui da universalidade das vontades e de que o poder se localiza no *aparelho de Estado*, gerando efeitos centralizadores ligados às instituições e fortalecendo os dotes e qualidades pessoais que, no caso dos coronéis, expandem as relações de compadrio.

Queiroz, apesar de trabalhar a fundamentação e as características do coronelismo de acordo com

concepção de Faoro, muda a sua linha de abordagem quando investiga a decadência do coronelismo, e não mais considera como prioritários os aspectos mais internos à sociedade local. Para ela, o que vai contribuir para um desdobramento e diluição do poder coronelista são os processos globais da sociedade, tais como: crescimento demográfico, industrialização, urbanização e maior divisão social do trabalho, pois são estes processos que geram o enfraquecimento da solidariedade. Neste sentido, ela explica parte da supremacia e decadência da estrutura coronelística pelos aspectos econômicos, e afirma que o desaparecimento do coronelismo na sociedade brasileira não se apresenta apenas progressivo, mas, também, irregular.

Carone, por sua vez, aponta como fatores de declínio do coronelismo, o enfraquecimento dos “poderosos locais”, a expansão urbana, a tendência centralizadora e a política regional, que não acontecem de maneira homogênea em todo o país.

Segundo Dantas, do início do século XX até os anos 1960, o coronelismo, mesmo passando por redefinições, com o surgimento de novos elementos, conseguiu se perenizar. O autor utiliza sempre os momentos de transição econômica e/ou política para reafirmar o coronelismo. Assim, as próprias mudanças no setor econômico e/ou nas instituições aparecem reproduzindo o mesmo, recriando modos antigos de dominação política de forma contínua.

Essa compreensão desconsidera que onde há mudanças históricas surgem situações diversificadas que não devem ser descritas a partir de um mesmo conceito sem comprometer a validade deste. O discurso de Dantas desconsidera, ainda, o fato de que, quando um conceito é criado e se institui como “verdade”, esse conceito

paralisa determinados elementos da trama histórica para apontá-los como realidade, homogeneidade e/ou totalidade histórica, criando uma visibilidade e uma dizibilidade que produzem efeitos de saber e de poder.³⁶

As redefinições do coronelismo também são entendidas por Bursztyn através da análise das mudanças implementadas pelo Estado, que se orientaria ora pelos imperativos de legitimidade, ora pela acumulação, assumindo um caráter simultaneamente modernizador e conservador. De acordo com essa concepção, é o Estado que vai incorporar, em suas práticas, os elementos coronelistas: o clientelismo e o paternalismo autoritário.

A idéia central de Bursztyn é a de que, mesmo o Estado tentando uma modernização via processo de desenvolvimento urbano-industrial planejado - o que condenaria o coronelismo dito tradicional à morte em longo prazo -, os coronéis permanecem sobrevivendo individualmente. Dar-se-ia, então, um período de transição para uma situação de coronéis sem coronelismo, visto que a burocracia representada pelo funcionalismo estaria ligada à estrutura local.

De acordo com essa lógica, a idéia de atraso dos coronéis vai perdendo consistência, pois o processo de acumulação é viabilizado pelo Estado, muito embora a sua legitimação política seja garantida pelos setores ditos tradicionais, no caso, os coronéis. Estes são, aparentemente, antagônicos à lógica da acumulação capitalista, mas acabam por favorecê-la, à medida que legitimam o Estado que viabiliza tal processo de acumulação.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Pang afirma que a modificação e não o declínio do coronelismo deveria ser o tema da história política depois de 1930, ou seja, ele admite que a Revolução de 1930 teve um papel

modernizador no sistema coronelista, integrando-o na política nacional. Entretanto, defende que se as transformações econômicas e sociais das décadas de 1930 e 1940 acrescentaram uma nova dimensão ao coronelismo, depois de 1945 o poder do coronel foi minado progressivamente com o sistema do voto secreto, a proliferação dos partidos políticos, a conseqüente multiplicação do faccionismo e o poder de expansão dos governos estaduais e federal.

Não obstante, Pang ainda afirma que “novos coronéis” continuam na cena política da segunda e terceira geração posteriores aos “coronéis tradicionais” da Primeira República - em seu maior número, funcionários públicos e/ou profissionais liberais. Na concepção deste autor, o coronelismo chegou ao ocaso, mas não desapareceu de todo, embora pareça caminhar para o fim. O “novo” coronelismo só se configura claramente na década de 1970 quando o planejamento estatal atinge o setor rural e os “novos coronéis” são transmutados em objeto de ação estratégica do Estado.

A descrição do “novo coronelismo” se desloca, mais uma vez, das relações de produção para o âmbito da ação do Estado:

Em certa época a violência e os favores políticos serviam aos coronéis como meios complementares de expandirem seu poder e obterem votos. O Estado, e às vezes o governo federal, recorriam a táticas igualmente nefandas para controlar os coronéis, mas esse tempo acabou. O Estado adotou uma tática mais sofisticada para dominar o interior, principalmente o Nordeste: o desenvolvimento econômico através das instituições regidas pelo Estado, tais como a SUDENE (Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste), e investidores privados de São Paulo e de países estrangeiros.³⁷

Portanto, a tese de Pang é a de que só com o desenvolvimento e a modernização é que uma nova elite social emergirá; e os “coronéis”, assim como os “cangaceiros” e os “fanáticos”, passarão à história como “reliquias da Primeira República”.

Essa posição não é aceita por Janotti, pois esta autora afirma que,

Autores insistiram no ocaso do coronelismo, talvez por não terem se detido na observação dos seus novos compromissos. Após a Revolução de Trinta modificações são registradas nas relações coronelísticas, mas não a ponto de determinar sua extinção. Não há dúvida que Getúlio Vargas se valeu dos coronéis do sertão, dos estancieiros gaúchos e mesmo dos fazendeiros paulistas para tomar o poder e nele se manter. O mesmo poder-se-ia dizer de todos os governos da República, até hoje. O coronelismo demonstra, portanto ter uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos.³⁸

Janotti defende que, com a Revolução de 1930, ocorre apenas um novo pacto social em que as oligarquias não estão ausentes; e mesmo depois, no Estado Novo, o poder local não se enfraquece, ele se mantém sob nova roupagem. De acordo com esse discurso, é a própria estrutura do coronelismo que é “plástica”.

Para Janotti, após 1945 o crescimento da classe média e do proletariado urbano, o desenvolvimento da industrialização, as conquistas trabalhistas, e a proliferação partidária, entre outros, criam novos

comportamentos políticos e exigem novas “acomodações”. Mesmo que haja um certo traço de paralelismo entre a figura do coronel e os chefes populistas “ambos utilizam na conquista do eleitorado o empreguismo, o favoritismo, a barganha eleitoral, o compadrio e a violência”.³⁹

Ela advoga que é bastante discutível falar em fim do coronelismo ainda que seja em um Estado de economia capitalista, mesmo nos dias atuais, pois podemos encontrar, ainda hoje, nos noticiários da imprensa, por exemplo, diversas manifestações da violência coronelística. Esta é, no nosso ponto de vista, a principal tese do estudo de Janotti: o fato de que o coronelismo tem demonstrado, ao longo dos séculos, e até hoje, a sua afirmação na história da sociedade brasileira, por possuir uma estrutura “bastante plástica”, capaz de adaptar-se a diferentes momentos históricos. De acordo com esse discurso, mesmo quando as práticas políticas se alteram, elas perenizam a imagem do coronel, num movimento continuista, sem rupturas.

Essa concepção nos permite demarcar o funcionamento do discurso acadêmico como um exercício de poder permeado por técnicas e estratégias que possuem efeitos produtivos. É a partir do entendimento de que as relações coronelísticas perpassam toda a história do Brasil que o conceito de coronelismo influencia as práticas políticas e culturais exercidas quotidianamente. Como afirma Foucault, “(...) o exercício do poder, produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que se originam dele só podem ter se originado nessa produção”.⁴⁰

Questionamos, então, se ao invés desta plasticidade na “estrutura do coronelismo” não é o conceito de coronelismo com os seus desdobramentos e

deslocamentos - elaborados sobretudo pelos discursos acadêmicos - que tem sido adaptado a qualquer mudança de estrutura, com objetivos bem definidos e previamente elaborados?

O fato de não se abrir mão de um conceito e, conseqüentemente, a tentativa de legitimá-lo sempre, insistindo-se na sua conservação, apesar das mudanças históricas, não estaria ajudando na legitimação da dominação da cena política por parte de determinados segmentos sociais em aliança com o "Estado"? Não se estaria com isso tentando permanentemente naturalizar a idéia de que no teatro das relações de poder são sempre os mesmos personagens que roubam a cena?

Essa compreensão, ao que parece, só é possível na medida em que, como já afirmamos anteriormente, situações novas, diversificadas e/ou plurais são abordadas com um mesmo conceito. Só assim, torna-se necessário que se vá criando sempre desdobramentos ou tipologias para um "velho" conceito, tendo como tentativa tática modificá-lo, sem ultrapassá-lo, a partir da sua adjetivação constante. É assim que as tradições⁴¹ são inventadas e perpetuadas.

Cavalcanti, num determinado momento de sua abordagem, considera que o coronelismo, que para muitos estaria morto, parece resistir "transmigrado" ou como "metamorfoseado" e o afirma como um "fantasma" a atemorizar os políticos ou como "tema a fascinar os estudiosos da vida política". Porém, esse mesmo autor afirma, contraditoriamente, que os coronéis, e não a imagem que foi construída para caracterizá-los e nomeá-los, sobreviveram à morte do coronelismo. Ele fundamenta esta posição questionando:

É possível se manter um regime com predominância dos setores rurais sobre

os urbanos, do tradicional sobre o moderno, em uma super-representação das regiões periféricas e, concomitantemente, uma sub-representação das regiões centrais? Ou, ainda, um regime em que a titularidade estivesse com setores conservadores do centro com a base de sustentação na periferia?⁴²

E afirma que sim, pois,

No Brasil teríamos tido um pacto entre o estamento político - com seus setores burocrático, tecnocrático e militar - situado privilegiadamente na cúpula do aparelho de Estado, e as lideranças das unidades periféricas dependentes e dos municípios da zona rural. (...) Nesse pacto a modernização pode levar a divergências entre seus componentes, mas a necessidade da ordem poderá mantê-los unidos, e o desafio dos oponentes poderá evitar uma ruptura.⁴³

Acreditamos que pensar dessa forma é defender a história de maneira historicista, buscando sempre as raízes e/ou uma causalidade unilinear que legitime a continuidade e a universalidade histórica; é não compreender que se apresentam rupturas e especificidades nas relações de poder, que não devem ser encaradas de maneira hierárquica e institucional.

Mas, a idéia do coronel como simulacro ou como um "fantasma" é interessante, pois nos permite perceber que o percurso seguido pelo conceito de coronelismo - quer seja desde a colônia, desde o Império, ou desde a Primeira República e até 1930, 1950, 1945, 1964 ou até os dias atuais - pode não corresponder às relações quotidianas de poder por não conseguir dar conta das mesmas.

Com base na observação de Queiroz de que as transformações do coronelismo sempre se fizeram através de acomodações que foram incorporando as novidades, Maria Antonia Alonso de Andrade (1985) reafirma a idéia do desaparecimento progressivo e irregular do coronelismo, de acordo com as regiões, estados e municípios. Neste sentido, ela postula que,

Em 1930 o coronelismo é liquidado como sistema de poder e governo, porém não acaba o poder dos coronéis, nem desaparecem as oligarquias que permaneceram como classes dominantes nas suas áreas de influência.(...) Os coronéis e oligarquias, sobreviventes a extinção do sistema coronelista, têm conseguido se acomodar a estes agentes da decadência [refere-se aos processos de urbanização e industrialização e as conseqüentes polarização do trabalhador rural, a facilidade de acesso aos meios de comunicação e ao voto secreto], que minam o seu poder nas próprias áreas de influência, seja no âmbito local, estadual ou regional.⁴⁴

Portanto, a presença dos coronéis na vida política do país, com a preservação do mandonismo local, é apontada por Andrade como reflexo das relações sócio-econômicas da Região - nesse caso ela se refere à Região Nordeste - onde a estrutura agrária baseada na grande propriedade permanece intocada. É a partir dessa concepção que o Nordeste vai surgindo como *locus* privilegiado para a perpetuação da idéia e do uso do conceito de coronelismo.

Baseada na teoria gramsciana, Andrade faz uma análise comparativa dos vários conceitos de "coronelismo"

encontrados na historiografia. Depois de analisar os textos já citados nesse trabalho - como os estudos de Leal, Queiroz, Faoro, Pang, Bursztyń, etc. -, ela constrói o conceito de neo-coronelismo correspondente ao surgimento de um novo e determinado relacionamento Estado - Região, decorrente de sucessivas mudanças históricas.

Andrade concorda com Leal quando define o coronelismo como o sistema político típico da Primeira República, dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. Ela entende que a característica essencial do coronelismo seria a fusão do público com o privado, dentro de uma determinada correlação de forças, em que o poder privado dos coronéis entraria de forma subalterna, porém imprescindível no sistema político. Entretanto, também considera que o coronelismo nos Estados Nordestinos, e na Paraíba em particular, possui estruturas de poder oligárquicas do tipo familístico, que ultrapassam essa periodização.

Andrade, assim como Faoro e Dantas, afirma que no pós-1930, durante o Estado Novo, quando os coronéis perderam seu poderio militar, eles foram mantidos no "bloco de poder" devido ao seu prestígio social. A importância qualitativa e quantitativa do voto cresceria, sobretudo, com a normalização político-institucional, após 1945, por meio da instauração do voto secreto e da justiça eleitoral. Para ela, até o presente momento, as elites políticas têm sido habilidosas em manipular e reverter em seu favor todos os instrumentos financeiros que o Estado pós-64 implantou.⁴⁵ É com base nessas prerrogativas que a citada autora presentifica o neo-coronel:

O novo neo-coronel é um misto de

moderno empresário e de coronel. Como empresário modernizou-se ou soube fazer uso dos instrumentos creditícios e financeiros oferecidos pelo governo. Conservou porém velhos traços do antigo coronel no que se refere às suas práticas políticas (...) O neo-coronel é uma espécie política resistente, porque depurada. Usufriui não raramente de uma velha tradição política familiar e, através de uma bem montada rede de composições políticas, elege representantes de seus interesses nos níveis municipal, estadual e federal.⁴⁶

Por essa citação se percebe que a figura do neo-coronel é uma figura ambivalente: por um lado, temos no neo-coronel um moderno empresário que sabe utilizar os instrumentos creditícios e financeiros oferecidos pelo governo e, por outro lado, a capacidade desse neo-coronel de manter os velhos traços do antigo coronel no que se refere às suas práticas políticas, levam-nos a crer que as relações de poder permanecem imutáveis apesar de assimilarem novos elementos. Portanto, também há, nessa concepção, uma elasticidade do conceito de coronel, e porque não do próprio coronelismo? Pois, o neo-coronelismo, segundo a autora, é também tipicamente governista:

As eleições de 1982 no Nordeste evidenciaram as características do novo pacto elitista que chamamos de neo-coronelismo, típico do período pós-64 e caracterizado pela interdependência entre o bloco regional nordestino e o poder central. O neo-coronelismo, como o velho coronelismo, também é tipicamente governista. A questão é saber se o pacto será renovado na Nova República.⁴⁷

É evidente que o discurso de Andrade também é um discurso universalizante e, por isso, passível de desconsiderar as inovações que se apresentam na trama histórica, e no próprio jogo político, como uma ruptura e/ou transformação das relações de poder. Esse tipo de discurso também desqualifica as práticas políticas que poderiam comprometer a validade do conceito em questão, possibilitando que essas práticas permaneçam ligadas ao “tradicional”, ao institucional, enfim, aos enunciados básicos do conceito de coronelismo.

Estas reelaborações em torno do conceito de coronelismo e da imagem do coronel possibilitam a perpetuação do seu uso como elemento prioritário na análise das práticas políticas exercitadas no Brasil, posto que a identidade elaborada para o coronelismo, nesses discursos, é cuidadosamente recolhida em si mesma, e a sua forma é, “originariamente”, imóvel e anterior a tudo que possa ser externo, acidental e sucessivo. Dessa forma, o conceito de coronelismo e a respectiva imagem do coronel vão sendo mantidos, mesmo quando não servem como elementos para abordar o poder nas relações entre as diversas instâncias institucionais ou se configurar como “sistema político” que abrange todo o país.

A figura do “neo-coronel”, segundo esta autora, emerge das adaptações do “velho coronel” às mudanças que se processaram nas primeiras décadas deste século, com o deslocamento do eixo econômico brasileiro do Nordeste para o Centro Sul. O Nordeste passa a se configurar como centro do atraso econômico, político e cultural do país e o Centro Sul como a parte que se “modernizou”.

Este argumento também é defendido por Gualberto, ao afirmar que o Brasil arcaico não é a simples

sobrevivência de uma outra era, mas a continuidade de um princípio fundamental para um novo Brasil. Notadamente, Gualberto, quando fala da separação entre o “arcaico” e o “moderno”, não está tratando o coronelismo simplesmente como uma construção imaginária, mas está afirmando a existência de um Brasil arcaico e de um coronelismo que o representa. Apesar de reconhecer que nas primeiras décadas do séc. XX já encontramos líderes operários nas maiores cidades brasileiras, ele insiste na importância da estrutura familiar e na dimensão política da família brasileira sobre o coronelismo.

Para Gualberto a base do surgimento das idéias que visavam a modernização da sociedade brasileira foi o imaginário social do coronel, por isso, os desejos de modernização das elites renovadas não vislumbravam uma democracia conduzida pela maioria da população e sim um projeto autoritário construído em torno do Estado, cujo papel se centrava na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, bem como na construção de uma “identidade nacional”.

Nesse sentido, a idéia da face paternalista como um atraso do Estado é crucial. De acordo com essa concepção, o Estado iria continuar tutorando as relações de poder e se apresentar sempre com uma face paternalista devido ao fato de que a modernização nele implementada seria sempre parcial.

A valorização do papel do Estado na busca do desenvolvimento e da justiça social, segundo Gualberto, possibilitou um elo de ligação entre a “direita” e a “esquerda”. Elo que acabou conduzindo à formação de uma tecnocracia muito presente entre nós. No entanto, ele defende que as raízes do populismo, assim como da tecnocracia, já estavam plantadas no imaginário social

brasileiro, no qual "a presença do coronelismo emprenhou os novos personagens, permitindo uma modernização sempre parcial. Um presente preso ao passado e uma enorme incapacidade de provocar rupturas".⁴⁸

Portanto, as análises da questão do "poder local" versam, simultaneamente, tanto sobre mudanças quanto redefinições, retirando destas as especificidades que acabam aparecendo no mesmo campo institucional e servindo para perpetuar determinadas formas de dominação, e para criar um lugar a partir do qual a história deve ser vista e dita.

Evidentemente, nesses discursos, mesmo quando é demonstrado que as práticas coronelísticas se alteram, o coronel continua possuindo uma certa perenidade.⁴⁹ Nos conceitos mais elásticos, centrados no controle de votos, podemos verificar reconceituações e/ou diferentes versões do coronelismo que são imutáveis no que é essencial, embora se apresentem como novas nos aspectos formais ou secundários.

Diante do exposto, podemos afirmar que nos discursos que priorizam a propriedade da terra e as relações de trabalho não assalariadas como base do fenômeno coronelismo, este não deixaria de existir na ausência de eleições, pois o controle sobre o voto seria apenas uma consequência não essencial do mesmo. Nem se extinguiria sem que o país atingisse, de todo, o capitalismo - o que estaria ainda por acontecer devido a nossa formação histórico-social, tradicionalista e conservadora.

Já para os que situam as bases do poder coronelístico não apenas na propriedade da terra, mas na propriedade de quaisquer outros bens de fortuna ou de prestígio que possibilitem o controle de votos, há uma maior flexibilidade na compreensão do fenômeno, com a

idéia de sua perpetuação de forma indefinida através da posse e controle dos “currais eleitorais”.

Em todos estes discursos, a hierarquia social é abordada como um marco para a organização do poder e o conceito de coronelismo como um exercício de dominação que perpassa as práticas políticas e culturais.

Assim, este conceito, ora é legitimado como uma forma de exercício personalizado do poder, que assumiria uma face pejorativa e se apresentaria como apropriação dos coronéis. Ora, como relações que se estabelecem entre os políticos locais das “regiões” consideradas “mais atrasadas” e o Estado. Neste último caso, o poder se configuraria como relação institucional, pois o Estado assumiria o papel de tutor no processo de modernização daquelas “regiões”.

Ao que parece, o conceito de coronelismo, construído por meio desses diversos discursos, com toda a ordenação estratégica posterior que acabamos de apontar, instituiu-se como ação política e não como simples atualização de uma existência material, ou como explicação de uma assim denominada “realidade objetiva”.

Compreendemos que o conceito de coronelismo e a imagem do coronel são investidos de efeitos produtivos, de um poder que se mantém e é aceito, porque permeia as relações sócio-culturais, forma saber e também produz discursos.

Consideramos, pois, que uma série de práticas políticas foram validadas pela elaboração do conceito de coronelismo e pela imagem do coronel, e que, este conceito e esta imagem, apesar de se configurarem como produto de uma multiplicidade discursiva, instituem e perpetuam culturalmente uma forma de ver e dizer as relações de poder, ao tempo em que produzem

subjetividades.

NOTAS:

¹ É consenso entre os autores que abordam o “fenômeno do Coronelismo” a idéia de que o maior fortalecimento e a institucionalização do coronelismo se deu no período que compreende a chamada “Primeira República”, “República Velha” e/ou “República dos Coronéis” (1889-1930).

² Autores como Victor Nunes Leal: “*Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*”. 4ª ed. São Paulo: Alfa - Ômega, 1978. © 1948; Raymundo Faoro: “*Os Donos do Poder*”. Porto Alegre: ed. Globo, 1977; Maria Isaura P. Queiroz: “*O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*”. In. História Geral da Civilização Brasileira, Tono III, o Brasil Republicano Livro 1 - Estrutura de Poder e Economia (1898 - 1930). FAUSTO (Org.) S. Paulo: DIFEL, 1977; e Ibarê Dantas: “*As Mutações do Coronelismo*”. In. “Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências”. Fortaleza: UFC/NEPS, 1986; entre outros, referem-se ao coronelismo como fenômeno típico da chamada “República Velha” brasileira, porém todos admitem que o coronelismo sobreviveu de alguma forma a essa “Primeira República”. No *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. (v. 2 . Rio De Janeiro: FGV, 1983.), p. 932 essa tese é claramente defendida nos seguintes termos: “Visto como a evolução do mandonismo, o estudo do coronelismo passa a ser a história da formação da cidadania. Não há nada de errado nisto e é uma história que pode ser feita. Mas fica-se na impossibilidade de precisar as fases do processo, e mesmo o seu ponto final, de vez que algum tipo de clientelismo, de controle eleitoral através da distribuição de bens públicos ou privados, dificilmente deixará de existir em um país que se caracteriza pela pobreza da população e pela escassez de empregos” (p. 932).

³ FAORO, 1979, p. 622.

⁴ Idem, Ibidem, p. 622.

⁵ É importante observarmos que há, nessa construção discursiva, a elaboração do conceito de coronelismo vinculado a um conceito de clã que, segundo Carone, engloba não apenas os laços consanguíneos de parentesco, mas também, os laços de dependência material e moral. Sobre o conceito de Clã para a sociedade brasileira ver também: Maria Isaura P. Queiroz: “*O mandonismo local na vida política brasileira*”, S. Paulo: Alfa e Ômega, 1976, p. 18; Francisco José de Oliveira Viana: “*Instituições Políticas*

Brasileiras", 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974 (2 vol.); Eul-Soo Pang: "*Coronelismo e oligarquias (1889-1943): A Bahia na Primeira República Brasileira*". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 23-24; e, Linda Lewin: "*Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*". Tradução de André Villalobos. - Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 11.

Cavalcanti aponta quatro fases distintas para a atuação da guarda nacional: de 1831 a 1850 teríamos a primeira fase que seria de organização e de caráter descentralizado e, até certo ponto, representativo; de 1850 a 1873 teríamos a segunda fase que foi caracterizada por uma excessiva centralização e pelo desvio do aspecto primordialmente militar da Guarda para um mais abertamente político. A terceira fase, que vai de 1873 a 1889 começa com a Lei de 10 de setembro de 1873 que desmobiliza a Guarda e possibilita sua progressiva decadência até a Proclamação da República. A quarta fase seria de 1889 a 1918 quando se daria a transição completa da Guarda Nacional como instituição para o coronelismo como fenômeno sociológico e político de expressão do poder local (...). Idem. Ibidem. p. 84-85.

⁶ JANOTTI, 1989, p. 33.

⁷ BURSZTYN, 1985, p. 17-21.

⁸ CAVALCANTI, 1984, p. 18.

⁹ Idem, Ibidem, p. 41.

¹⁰ Cavalcanti aponta quatro fases distintas para a atuação da guarda nacional: de 1831 a 1850 teríamos a primeira fase que seria de organização e de caráter descentralizado e, até certo ponto, representativo; de 1850 a 1873 teríamos a segunda fase que foi caracterizada por uma excessiva centralização e pelo desvio do aspecto primordialmente militar da Guarda para um mais abertamente político. A terceira fase, que vai de 1873 a 1889 começa com a Lei de 10 de setembro de 1873 que desmobiliza a Guarda e possibilita sua progressiva decadência até a Proclamação da República. A quarta fase seria de 1889 a 1918 quando se daria a transição completa da Guarda Nacional como instituição para o coronelismo como fenômeno sociológico e político de expressão do poder local (...). Idem. Ibidem. p. 84-85.

¹¹ João Gualberto faz essa afirmação com base no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda em "*Raízes do Brasil*".(1984), onde este autor afirma que a ociosidade digna era excelente para um bom português ou espanhol. Sinônimo de felicidade.

¹² Cf. João Gualberto. op. CET. p. 31. Essa posição também é defendida por Caio Prado Jr.: "*História Econômica do Brasil*" São Paulo: Brasiliense, 1986; e por Gilberto Freyre. "*Casa Grande e*

Senzala". (1933).

¹³ GUALBERTO, 1985, p.50.

¹⁴ Idem. Ibidem, p.82.

¹⁵ E como afirma Eric Hobsbawn: "Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial (...) tentativa de desestruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social.(...).HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (org.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.35

¹⁶ LEAL, 1978, p. 49-50.

¹⁷ FAORO, 1977, p. 26.

¹⁸ Cf. Raymundo Faoro. "*A Aventura Liberal numa ordem patrimonialista*". In Revista da USP, p. 25.

¹⁹ FAORO, 1979, p. 739.

²⁰ CAVALCANTI, 1984, p. 16-17.

²¹ Sobre a idéia de "carisma" e/ou "dominação carismática" cf. Max Weber. "*Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*". Trad. De Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª ed., Brasília DF: ed. UNB, 1994. P. 158 a167.

²² QUEIROZ, 1977, p. 177-178.

²³ Por parentela brasileira, Queiroz entende "um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes (...) Além de grupo econômico, era também a parentela um grupo político, cuja solidariedade interna garantia a solidariedade dos membros para com os chefes(...) Como grupo, apresentava pois a parentela três aspectos interligados - o político, o econômico e o de parentesco (...)". Cf. Queiroz, op. cit. 1977. p. 165 e 167.

²⁴ PANG, 1979, p. 20.

²⁵ Para Pang a Oligarquia Familiocrática é caracteristicamente organizada pelo chefe de uma única família, ou clã. Ele inclui neste tipo de oligarquia a família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento e às vezes, o povo dependente do ponto de vista sócio-econômico. Na oligarquia familiocrática se situa, segundo Pang, a maioria dos coronéis brasileiros; e sua esfera de influência situa-se dentro de um município. A metamorfose deste tipo de oligarquia só aconteceu quando o Brasil conseguiu um Estado centralizado com autoridade suficiente para substituir esse sistema. No que diz respeito à

Oligarquia Tribal, Pang a define como uma confederação de grupos de famílias e clãs segmentários, cujo chefe, um bacharel ou coronel, era o padrinho influente que distribuía favores e recompensas, principalmente os favores do governo estadual e federal. Esse tipo de oligarquia se desenvolveu, segundo Pang, nos Estados do Norte e do Centro-Oeste, e nas regiões interestaduais dominadas por um único partido - SP, MG, RS. Para Pang, a unidade e coesão da oligarquia tribal era frequentemente destruída pela imposição de exigências arbitrárias ou ditatoriais por parte do chefe tribal. Já a Oligarquia Colegiada era entendida pelo referido autor como uma combinação dos dois tipos familiocrático e/ou tribal, interesses de grupos econômicos urbanos e até mesmo apoiadores individuais vindos de várias profissões. Esse tipo de domínio oligárquico, de um modo geral organizava-se, segundo Pang, como partido, sobretudo nos Estados mais desenvolvidos. Portanto, na oligarquia colegiada, como na oligarquia tribal, havia uma descentralização, mas o sistema de oligarquia colegiada promovia uma liderança coletiva, permitindo uma centralização democrática na cúpula. Quanto à Oligarquia Personalista, Pang a aponta como a categoria mais próxima, conceitualmente, da liderança carismática de Max Weber, pois é um tipo caracteristicamente tradicional e transitório que podia evoluir tanto para a oligarquia tribal como para a colegiada, ou até mesmo deixar de existir. Nesta categoria, o fator que mantinha unidos conglomerados familiares, clãs, e às vezes seguidores individuais, era o carisma pessoal dos líderes. Assim, o voto de fidelidade era armado numa base pessoal entre o líder e seus seguidores. Segundo Pang, tendo se desenvolvido quando a sociedade ainda não havia desenvolvido interesses de grupos sociais e econômicos coerentemente estruturados, a utilidade da oligarquia personalista desapareceu quando os interesses de classe regional tornaram-se bem definidos. (Cf. Eul Soo-Pang op. cit. 1979, pp. 39-40).

²⁶ A dominação carismática é compreendida por Max Weber, como um entre "os três tipos puros de dominação legítima", e é fundamentada, segundo este autor, na "devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, relações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extra cotidiano, o inaudito e o arrebatamento que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o "líder". O tipo que obedece é o "apóstolo". Obedece-se

exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude da sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsiste". (Cf. Gabriel Cohn e Florestan Fernandes. "*Weber*". Coleção Grandes Cientistas Sociais n°. 13. 2ª. edição, São Paulo: Ática, 1982).

²⁷ Edgard Carone afirma que "o termo coronel origina-se da patente da Guarda Nacional concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais locais, espalhando-se a instituição praticamente por todos os municípios. O uniforme e as insígnias tornam-se símbolos representativos de privilégios legais. O significado hierárquico define o mandonismo político, reflexo natural das estruturas existentes". Cf. Carone. op. cit. 1978, p. 252-253.

²⁸ BURSZTYN, 1985, p. 20.

²⁹ Idem. Ibidem, p. 20.

³⁰ SAES, 1994, p. 87-119.

³¹ Cf. DANTAS, 1986, p. 377-378.

³² Idem. Ibidem, p. 310-321.

³³ JANOTI, 1989, p. 11.

³⁴ GUALBERTO, 1995, p. 15.

³⁵ Exemplos da desqualificação de práticas e propostas políticas por parte dos discursos acadêmicos que versam sobre a organização da política no Brasil podem ser encontrados nos estudos sobre a "Revolução de 1930" de Edgar S. de Decca - "*1930: O silêncio dos Vencidos*". 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992 - e Carlos Alberto Vesentini - "*A teia do fato*". São Paulo HUCITEC. História Social/ USP, 1997. Nestes estudos, De Decca e Vesentini apontam a anulação e a exclusão das propostas específicas do BOC, do PD e dos Tenentes no movimento de constituição da memória do vencedor acerca da "Revolução de 1930", e a conseqüente perda do conjunto do processo político ocorrido naquele contexto, impedindo a completa percepção do movimento político. Cf. também o texto desses dois autores "*A Revolução do vencedor*" In. Ciência e cultura - SBPC, Vol. 29, n°. 01, Janeiro de 1997. P. 25 a 32.

³⁶ Sobre os conceitos de visibilidade e dizibilidade ver, DELEUZE, Gilles - "*Foucault*". São Paulo: Brasiliense, 1988; e, FOUCAULT, Michel - "*A Arqueologia do saber*", Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 3ª ed.

³⁷ PANG, 1979, p. 235.

³⁸ JANOTI, 1997, p. 10.

³⁹ Idem, Ibidem, p. 82.

⁴⁰ FOUCAULT, 1977, p. 172.

⁴¹ Utilizamos a noção de tradição de acordo com a concepção de Michel Foucault quando ele afirma que essa noção "autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas num fundo de permanência e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos". (Cf. Michel Foucault. *"A Arqueologia do Saber"*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 23).

⁴² CAVALCANTI, 1984, p. 16.

⁴³ Idem, Ibidem, p. 16-17.

⁴⁴ ANDRADE, 1985, p. 15.

⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 15.

⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 16-17.

⁴⁷ Idem, Ibidem, p. 17.

⁴⁸ GUALBERTO, 1995, p. 98.

⁴⁹ Esse entendimento pode ser exemplificado pelo citado texto de Maria Antonia A. Andrade (1985).

capitulo 2

GENEALOGIA DO CORONELISMO: MEDIAÇÃO ENTRE DISCURSO POLÍTICO E DISCURSO ACADÊMICO

O coronelismo se configura, nos discursos acadêmicos analisados, como uma forma de poder específica, historicamente institucionalizada no Brasil. Devemos compreender que este conceito se constitui como produto de uma multiplicidade discursiva. Não é um conceito claro e unívoco, tendo sido definido de várias formas.

Devido ao caráter conceitual deste termo não podemos, pois, afirmá-lo apenas como “realidade concreta”, ou mesmo como um enunciado que dá conta das relações de poder a nível local. Se assim o fosse, não haveria divergências quanto à sua periodização, suas características, seus fundamentos, e quanto à sua conceituação.

Chama-nos atenção o fato de que o “sistema coronelístico” seja considerado, por alguns autores, a exemplo de Leal, como resultado da decadência do poder econômico dos senhores de terras ou como algo que surge de uma crise e/ou ruptura do poder privado. Outro fator a ser considerado é que a construção desse conceito se baseia exatamente nos discursos dos políticos que, a partir da segunda metade da década de 1920, criticam a organização política da Primeira República. Os textos que tratam do “coronelismo” de forma sistemática começam a aparecer com o estudo de Victor Nunes Leal, no final da década de 1940, e abordam as “relações

coronelísticas” como relações que se estabeleceram devido à decadência dos “coronéis” e/ou a fragilidade do Estado que transfere para estes as suas prerrogativas.

Neste sentido, podemos afirmar que o conceito de coronelismo e a imagem do coronel são construídos, de maneira ambígua, na medida em que, de acordo com esses textos, essa construção, nos discursos dos políticos, ocorre num momento de decadência econômica e de crise política dos ditos “coronéis” e da chamada prática coronelística; e, nos textos acadêmicos, ocorre num momento posterior, quando já são revistas as práticas políticas que se exerceram após a chamada Revolução de 1930.

Entendemos que a operacionalidade deste conceito poderá ser melhor compreendida se acompanharmos a sua construção a partir do próprio movimento de mediação entre discurso político e discurso acadêmico. Interessamos, aqui, investigar as condições de possibilidade da emergência histórica do conceito de coronelismo e da imagem do coronel, a partir da análise das fontes nas quais se basearam os autores abordados até agora, para construir o conceito em debate.

O nosso objetivo é o de apreender a história das formas de funcionamento político do conceito de coronelismo, investigando a partir de que posições políticas este conceito tem sido trabalhado na literatura acadêmica. Tomaremos o conceito, as imagens e enunciados nos quais ele se apóia como uma tentativa de construção de certa visibilidade e dizibilidade das relações de poder, pois a construção desse conceito é, também, a produção de um saber que se encontra recoberta por relações de poder.

Portanto, queremos chegar às idéias políticas que se encontravam em ascensão no momento histórico em

que foram construídos o conceito de coronelismo e uma imagem para o coronel, pois acreditamos que aí vamos encontrar toda a força da operacionalidade desse conceito enquanto um marco para se pensar como se processam e se perpetuam as relações de poder no Brasil. Entendemos que as propostas políticas que se institucionalizaram como dominantes no final da década de 1920 e durante a década de 1930 possibilitaram a criação e instituição do conceito de coronelismo de uma certa forma, desclassificando outras possíveis formas de abordagem das relações de poder exercidas na “Primeira República”.

2.1. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA “REPÚBLICA DOS CORONÉIS”: CRÍTICAS E PROPOSTAS DE REFORMULAÇÃO

Considerando-se que o conceito de coronelismo foi construído a partir das idéias e críticas em relação às práticas políticas da Primeira República, bem como a partir da construção da imagem do coronel, julgamos necessário investigar como os estudiosos contemporâneos desse “Regime” elaboraram idéias e críticas em relação aos seus fundamentos.

O primeiro ponto a considerar é que, de forma quase consensual, os intelectuais das três primeiras décadas do século XX consideravam que o federalismo, o presidencialismo e a ampliação do sistema representativo, os três grandes eixos da Primeira República, serviram apenas como álibi para justificar as desigualdades sociais e organizar o poder de acordo com os interesses privados das “oligarquias”, sob a máscara da democracia.

Por mais diversificadas que fossem as propostas de organização política para o país, nas três primeiras décadas deste século, as críticas ao “regime federalista, liberal e oligárquico” instaurado na Primeira República, e os debates em torno de temas como nação, industrialização, revolução, entre outros, tomaram forma nos discursos dos intelectuais e políticos brasileiros, sobretudo a partir da década de 1910.

No curso da primeira década do século XX, Alberto Torres, por exemplo, analisou o Brasil como um país desorganizado, sem consciência nacional, que sob um liberalismo simplista se caracterizava pela delimitação de poderes excessivos às unidades regionais, por um composto de oligarquias e por uma multiplicidade de “Estados no Estado”.

Ao analisar a organização política da primeira República Torres afirma que

A base de nossas organizações partidárias é a politiquice local. Sobre a influência dos corrinhos eleitorais das aldeias ergue-se a pirâmide das coligações transitórias de interesses políticos - mais fracos na representação dos Estados, dependentes dos estreitos interesses políticos locais; ténues no governo da União, subordinado ao arbítrio e capricho dos governadores. (...) Constitucionalmente, os Estados são muito mais fortes do que a nação; e quando o governo da União intervém na política estadual, ou exerce pressão sobre os Estados, não significa isto senão que, reconhecendo essa supremacia, o poder federal procura conquistar a força do poder local. (...) Sociedade, nação e pátria são idéias elegantes, abstrações de luxo intelectual no meio dos governantes e da burguesia letrada e econômica; o povo só

tem realidade efetiva na retórica dos discursos políticos e no uso material de um direito de voto que os dominantes dirigem com a pressão da influência e do dinheiro. (...) A política precisa reconquistar a sua força e o seu prestígio, fazendo reconhecer-se como órgão central de todas as funções sociais, destinado a coordená-las e harmonizá-las - a regê-las - estendendo a sua ação sobre todas as esferas da atividade, como instrumento de proteção, de equilíbrio e de cultura.¹

Torres pensa uma continuidade ou persistência da “politiquice local” e demarca uma distância entre o “povo” e a “política”. Quando ele afirma que a política precisa conquistar a sua força e o seu prestígio, está se referindo à administração pública, que na sua compreensão, deve ser bem gerenciada para bem prover a todos, e não apenas às camadas governantes.

De acordo com Torres, no Brasil, a organização da política se encontra separada da vida social, os estados possuem mais autonomia do que precisariam e o governo não considera os fatos e os homens, se preocupa apenas com divergências e enredos pessoais.

Para ele, a vida mental do Brasil gira em torno de dois centros, o mundo intelectual e o mundo dos governantes, e não passa de uma pálida imitação cênica dos povos avançados; por sua vez, a política não passa de um cenário de fatos alheios à realidade social. Assim, ele evidencia que a organização política e jurídica do país encobrem a realidade de uma profunda desorganização econômica e social.

Para Torres, o Estado brasileiro não possuía uma nacionalidade, o país não era uma sociedade, e os indivíduos não formavam um povo, portanto, os homens

não eram cidadãos; e seria preciso conscientizar o “povo-massa” do seu papel político na sociedade, pois a autonomia de um povo nasce de sua consciência.

A concepção de Torres é a de que a filosofia, a arte e a política são sistemas de abstrações e conceitos que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não se vitalizam, como elementos motores da vida real. Por isso ele defende que a política deve ser encarada como o conjunto dos meios e processos de ação material e social, destinados a promover o *progresso* e realizar a *civilização*. É nesta perspectiva que ele defende a construção de um Estado forte, que seja a expressão mais “carismática” e mais “alta” do poder, tendo por base uma reforma do regime constitucional que restrinja a autonomia dos estados e dos municípios, acabe com o domínio dos “mandões” ou “coronéis” e planeje de forma racional e integrada, o progresso do país.

Torres encontra a solução para a sua proposta na racionalidade da política, no sentido de que esta seja “fiel” à experiência. Contudo, a ação política é vista, nesse discurso, como atividade de ordem intelectual, e seria na objetividade do conhecimento científico, e na opinião de uma “elite intelectual esclarecida” que, segundo este autor, a nação se fortaleceria e uma “verdadeira” democracia seria fundada no país.²

A partir da década de 1920, o descontentamento com as instituições republicanas se acentua. Albuquerque jr. descreve a produção intelectual desse período afirmando que

As décadas de 1920 e 1930 assistem à publicação de um grande número de obras que se propõem a interpretar o Brasil e cujo paradigma é a história, é a compreensão de sua formação como Nação. Exemplo: Paulo Prado - Retrato do

Brasil, Oliveira Viana - Evolução do Povo Brasileiro, Gilberto Freire - Casa Grande e Senzala, Sérgio Buarque de Holanda - Raízes do Brasil, Caio Prado Júnior - Evolução Política do Brasil, etc. Essas obras nascem da imposição do dispositivo das nacionalidades, de tentar explicar o país através de seu passado. Ao mesmo tempo em que significam uma tomada de posição em relação a este momento em que são escritas e visualizam um futuro para o país. (...) A história é vista como o grande processo unificador que opera através da decifração de sinais, de restos, de vestígios do passado, que seriam assinalações visíveis de uma unidade mais profunda, de uma essência, de uma semelhança primeira. O historiador seria o decifrador de sinais (de restos de vestígios) que a formação nacional foi deixando ao longo do tempo.³

Mais do que isso, essas tentativas de explicar o país buscando a significação das nossas origens, ou seja, pelo passado, viabilizou uma abordagem linear e evolucionista da história, onde só havia prioridade para a hierarquia, o elitismo e o autoritarismo.

Entre os autores citados acima, Oliveira Viana, buscando no nosso passado origens que explicassem o nosso presente, defendeu que a sociedade brasileira possui uma estrutura clânica que advém das características de ocupação do seu território, a grande propriedade fundiária e sua auto-suficiência. Para Viana, os clãs se formavam por laços de parentesco e dependência, em decorrência da manifesta disparidade entre a expansão colonizadora e a expansão do poder público, desde a época da colonização.

De acordo com esse autor, a sociedade brasileira

seria uma sociedade marcada pelo patriarcalismo, e o fundamento do espírito patriarcal advinha, portanto, da formação “rural” brasileira. Nesse sentido, ele afirma que

O nosso clã rural não possui a forte organização, o possante enquadramento do clã europeu atual, ou do céltico na Antigüidade. O seu caráter é mais patriarcal que guerreiro, mais defensivo que agressivo, e a sua estrutura menos estável, menos coesa, menos definida e perfeita e mais fluida; mas pela sua origem, pela sua composição, pelo seu espírito, êle está dentro das leis constitucionais dêsse tipo de organização social tão escrupulosamente estruturado pelos modernos sociólogos e historiadores. Toda a nossa história política tem nele a sua força motriz, a causa primeira de sua dinâmica e evolução. (...) O regime de clã, como base da nossa organização social, é um fato inevitável entre nós, como se vê, dada a inexistência ou a insuficiência, de instituições tutelares e extrema miserabilidade das nossas classes inferiores.⁴

A partir desse raciocínio, Oliveira Viana conclui que a política no Brasil é organizada de forma personalista e não partidária, pois sob o sistema de clã, os homens costumam apoiar homens e não programas, pessoas e não idéias, e os partidos políticos não passam de uma “ficção ridícula”.⁵

Oliveira Viana estudou as orientações do pensamento investigador da política e do direito público brasileiros de forma sistemática, ao longo de sua produção acadêmica, e demarcou três orientações entre

os intelectuais brasileiros. Para ele, havia os pensadores que, como Rui Barbosa, tomaram o caminho exclusivo da norma e praticavam uma “metodologia dialética” baseada em postulados e princípios apriorísticos. Estes acreditavam em tipos universais de Estado e desdenhavam a sociedade. Havia outros pensadores que, como Alberto Torres, consideravam a estrutura política apenas como uma forma de adaptação social, subordinada às realidades da estrutura da “massa”. Estes defendiam uma constituição para cada povo, de acordo com a sua estrutura social. E, por fim, havia os que, como ele próprio, não acreditavam na universalidade de tipos constitucionais e políticos, nem na onipotência reestruturadora do Estado.

De acordo com Oliveira Viana, os que pensavam como ele “acreditam e reconhecem a capacidade do “povo-massa” e aceitam essas criações como “fatos naturais” da sua vida social e orgânica”.⁶

Em seus estudos, Oliveira Viana defende, ainda, que os fundamentos da Primeira República podem ser encontrados nas idéias de Rui Barbosa e dos seus adeptos do federalismo americano e se baseiam na visão do poder central como inimigo das liberdades. Para Oliveira Viana, no entanto, esse entendimento seria historicamente correto na Europa, mas não no Brasil. Ele compreende que aqui o inimigo das liberdades sempre foi o poder local.

Quanto às posições de Alberto Torres, a que nos referimos acima, Oliveira Viana afirma concordar e se aproximar da sua concepção do Estado brasileiro enquadrado dentro do Brasil. Segundo ele,

Torres, portanto, reacordou o sentido nacionalista da nossa existência e, com a sua doutrina, restaurou - para a vida

política do país, para suas elites dirigentes, nas suas expressões mais representativas - a consciência da nacionalidade, o sentimento dominante da Pátria comum. Eis porque ele é um dos grandes mestres do pensamento nacionalista do Brasil.⁷

Este pensamento nacionalista, colocado por Viana, baseia-se na idéia de quebra dos interesses regionalistas que, segundo ele, dispersam, ao invés de congregar; e no sentimento de unidade que possibilita a construção de uma consciência coletiva de interesses.

No que diz respeito à idéia de que seria um seguidor de Torres, Viana reage com as seguintes palavras:

No fundo, pelos métodos empregados estávamos em oposição: Torres partia do alto para baixo; eu de baixo para cima. Torres partia da humanidade para chegar, descendo, até ao povo brasileiro, considerado na sua totalidade; eu, partia dos nódulos de formação das primeiras feitorias, dos primeiros rebanhos povoadores, dos grandes domínios do interior, das "fazendas", dos "engenhos reais", dos clãs patriarcais - para chegar subindo, de escala em escala, à concepção do nosso povo, também como uma totalidade.⁸

Portanto, Viana diferencia seu método do de Torres afirmando que este parte de um conceito abstrato de humanidade, da idéia de que todos os povos do mundo têm uma mesma origem, enquanto ele, (Viana), parte da idéia de que há uma origem diferenciada para cada povo e de que, no caso específico do Brasil, nós não temos um "povo brasileiro", temos "nódulos ganglionários".

É neste ponto do discurso de Oliveira Viana que poderemos compreender bem o tratamento dado às

questões políticas da “Primeira República” pelos analistas políticos críticos do período. E, ainda, a proposta política autoritária que por meio desses discursos será viabilizada com o intuito de “formar a nação a partir de um conglomerado heterogêneo de classes sociais e raças”. Essa valorização da União em detrimento do federalismo vai se configurar como a base da estrutura estatal a partir de 1930.

O ponto consensual entre estes analistas políticos está exatamente na elaboração de uma interpretação organicista do Brasil, que vai se marcar, sobretudo por um recorte “regionalista” que registra não apenas as características peculiares e diferenciadoras do país em relação a outras “nações”, mas, também, as diferenças regionais no interior da “nação” Brasil, heterogênea em suas diversas “raças” e “regiões”. É afirmando a necessidade de uma análise que parta das especificidades de cada região e de “dados muito concretos” que o pensamento autoritário julga fazer a construção do que seja a “realidade brasileira”.

Os críticos do federalismo e do liberalismo no Brasil, a exemplo de Oliveira Viana, reconhecendo, pois, o erro de se colocar o problema político acima do problema administrativo, e procurar a solução deste na Federação, defendem que o erro do federalismo está na sua uniformidade, que acaba por legitimar o domínio das “oligarquias” e o mando das “elites dominantes”.

Assim, é com base na idéia de que a vida política na Primeira República brasileira foi menos serviço público do que meio de vida privada, e, portanto, foi marcada pelo “mandonismo” que vão ser construídos, posteriormente, uma imagem para o “coronel” e a derivação dessa imagem para o conceito de “coronelismo”.

Oliveira Viana demonstra isso claramente quando, seguindo o mesmo raciocínio presente nos seus estudos das décadas de 1920 e 1930, escreve, na década de 1940, sobre as “Instituições Políticas Brasileiras” e critica o federalismo da Primeira República afirmando que,

Esta para o Brasil é a forma menos aconselhável de descentralização - e isto porque - pela nossa desmedida extensão territorial, pela nossa disseminação e dispersão demográfica pela peculiaridade da nossa colonização “por saltos”, pela estruturação clânica dos nossos partidos, como acentuei nos capítulos V e XII dos fundamentos sociais do Estado - a descentralização política terá que resultar fatalmente em mandonismo, em coronelismo, em regulismo, em satrapismo, em dissociacionismo, em separatismo. E tem sido assim desde o período colonial.⁹

A proposta de uma reformulação das nossas instituições políticas e de uma compatibilidade entre “direito escrito” e “direito costumeiro” como base para a construção da “nacionalidade” brasileira, evidenciava, portanto, a partir dessa visão elitista e evolucionista da história, a necessidade de acabar com a privatização ou personalização do poder instituída com a Primeira República. Nesse sentido, Oliveira Viana observou, ainda, que,

Nem federação, nem descentralização municipalista, nem desconcentração, nada disto, destes expedientes e técnicas administrativas ditas liberais, darão resultado algum, enquanto persistirmos nesse preconceito de igualdade a todo transe e tratarmos as nossas diversas unidades regionais e administrativas

(municípios ou Estados) sob um mesmo padrão teórico: - como se todas elas tivessem a mesma cultura política ou a mesma estrutura social.¹⁰

A incompatibilidade da “democracia de tipo federativo” de modelo americano com a nossa realidade nacional, e a crítica às instituições de molde “liberal”, segundo tais analistas políticos, tinham por base, como vemos, a afirmação do caráter de exotividade no que diz respeito ao Brasil e o seu anacronismo em relação às questões políticas da “atualidade” mundial.

A orientação teórica desses estudiosos, no entanto, se pressupunha baseada numa presente “neutralidade científica” e “objetividade dos fatos”. Maria Stella Martins Bresciani, analisando o discurso do próprio Oliveira Viana, afirma que ele

Aceita com este procedimento a universalidade dos métodos de análise formulados a partir de questões diversas daquelas às quais vão ser aplicados; rejeita, entretanto, a universalidade do sujeito de direito das sociedades regidas por sistemas representativos de governo. Dá lugar portanto à uma questão que à primeira vista se impõe como um paradoxo: importar idéias políticas e modelos institucionais de outros países, constitui para eles um erro político primário, fazer porém uso de modelos de análise da sociedade e de teorias sociológicas, de ampla utilização nos países europeus e Estados Unidos, significa partilhar com a comunidade internacional de cientistas o campo de conhecimentos obtidos a partir dos sólidos e neutros princípios da ciência. Em suma, estimulam uma ruptura radical entre política “nacionalista” e ciência

“universalista”.¹¹

Assim, foi possível, a partir da “análise objetiva” da “Ciência” e dos estudos das “realidades peculiares à vida de cada coletividade humana”, a construção da via do “Estado Autoritário” e seus métodos de formar e assegurar a unidade nacional forjando uma identidade nacional e uma alteridade entre o Brasil e outros países. E essa compreensão deu margem à ruptura da Primeira República pela chamada Revolução de 1930, e aos recortes das práticas políticas desse período como práticas “coronelistas”.

Foi com base na compreensão da Revolução de 1930 como um fato histórico que consolidou a queda das oligarquias e mudou a cara do país, concorrendo para o desenvolvimento industrial, para a consolidação do mercado interno e para o fortalecimento da União, que as “práticas coronelistas” ganharam o estatuto de temática imprescindível no tratamento das relações de poder exercitadas na Primeira República, como veremos adiante.

2.2. A REVOLUÇÃO DE 1930 COMO MARCO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CORONELISMO

De acordo com as considerações anteriores, Vavy Pacheco Borges¹², faz uma ampla análise dos textos acadêmicos que procuram dar conta da Primeira República e afirma que, na década de 1930, a história política do Brasil e a historiografia brasileira destacam de forma preponderante a idéia de uma ruptura com o Estado Liberal, oligárquico e federativo, baseado na economia de exportação, que acaba por construir uma “história oficial”. E, ainda que tenha havido, em

oposição à essa idéia a defesa de uma continuidade, sobretudo por parte dos “políticos tradicionais”, prevalece a compreensão de que deveria ser construído, no Brasil, um Estado Autoritário, centralizado e voltado para o mercado interno.

Este argumento acompanha a tese defendida por Edgar Salvadori de Decca, que no seu estudo sobre a “Revolução de 1930”, afirma:

O conjunto das propostas políticas em 1928 se definia a partir de várias estratégias de revolução. Além disso, havia ainda um lugar em que todas essas propostas políticas se encontravam: a luta contra o fantasma da oligarquia. Nesse sentido, o caráter universalizante dessas propostas situou-se exatamente no lugar onde se podia definir um inimigo comum a todas elas e a liquidação desse passava necessariamente pelo registro da revolução.¹³

Apesar da efervescência política desse momento e da multiplicidade de propostas de mudança sócio-política e cultural para o Brasil, a Revolução de 1930 vai se apresentar, segundo Decca, como um corpo de representação que precisa ser preenchido e definido em seus elementos constitutivos. É com esse objetivo que temas como, revolução, industrialização, democracia, etc., vão ser enunciados e transformados em eixos substantivos de análise para a superação da política oligárquica.

O debate político da época, sobre o caráter da “Revolução de 1930”, se apresentava como um duelo entre duas facções: os políticos situacionistas, que combatiam as propostas da Aliança Liberal, consideravam que os *aliancistas* eram *liberais oportunistas* que não se diferenciavam deles senão por serem contrários ao

governo, por questões *pessoais e/ou regionais*. Os que defendiam a *revolução* a afirmavam como uma contraposição ao sistema político da República Velha, que embora tivesse sido liderada pela coligação de apenas três estados *liberais* - Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais -, não possuía conotações regionalistas.

Exemplo desse debate, no que diz respeito à contraposição ao regime vigente na Primeira República, está na própria "plataforma do presidente Getúlio Vargas" - manifesto lido por Getúlio Vargas na convenção de 20/09/1929 -, onde ele afirma que,

quarenta anos de Regime Republicano radicaram, com efeito, em muitas localidades e não apenas dos sertões, a fraude systematizada, em nome da qual falam os representantes da nação, que recebem do centro a força e apoio indispensáveis à sua permanência nas posições, do mesmo passo que emprestam ao centro a solidariedade absoluta que o mesmo não pode prescindir. A troca recíproca de favores que constitui o caciquismo, o monopólio das posições políticas: a permuta de ardilosos auxílios, que calafetam todas as frestas por onde passar um sopro salutar de renovação - eis o regime vigorante frondosamente no Brasil. Existem, é certo, auspiciosas exceções, cuja enumeração se torna desnecessária, tão evidentes são ellas. (...) só com o voto secreto alcançaremos o saneamento das nossas praxes políticas e a restauração das normas da democracia.¹⁴

Quanto à defesa de que a luta dos *revolucionários de 1930* era uma luta pela nacionalização do Brasil e não possuía conotações regionais, o discurso do então

presidente da Paraíba e candidato à vice presidência da República, João Pessoa, é bastante enfático. Quando da passagem da caravana da Aliança Liberal pela Paraíba (28/01/1931), João Pessoa, definindo os políticos de Minas Gerais, Rio grande do Sul e Paraíba que ali se encontravam como *caravaneiros da Liberdade*, bradava ao povo paraibano:

Recebei-os, misturae, aos delles, os
nossos preciosos esforços e o vosso ardor
cívico, e lhes declarae, ainda, que, aqui,
não há mais filhos do norte ou filhos do
sul. Aqui, nesta hora, só existem
brasileiros que se querem e se estimam
muito e se batem sob a mesma bandeira,
aquecida pelo mesmo calor patriótico, sob
o mesmo sol da liberdade, por um ideal
comum de nossa grande e querida
pátria.¹⁵

Nesses discursos, o passado é memorizado, pois, como *domínio das oligarquias*, e se define pela ausência de um Estado forte que constitua no país uma verdadeira Nação. Por isso, é preciso que a pátria seja despertada para essa necessidade.

Dessa forma, os “vencedores” da chamada Revolução de 1930, apoiados na idéia de construção de uma “verdadeira democracia” e da “nacionalização” do Brasil através da institucionalização de um “Estado Autoritário” que, respeitando as desigualdades sociais, visasse o “bem-estar coletivo” por meio da igualdade de oportunidades, construíram, para si, uma imagem apoiada no fato de que seriam o contraponto das oligarquias e dos coronéis, considerados o “cancro” do sistema representativo até então desenvolvido pelo Regime Republicano instaurado em 1889.

Abriu-se, a partir dessa compreensão, o caminho

para novas interpretações historiográficas, pois os intelectuais, ao apreenderem a idéia de quebra do “pacto oligárquico” - que havia vigorado durante toda a chamada “República dos Coronéis” - pela “Revolução de 1930”, passaram a escrever suas interpretações do passado e do presente à luz das oposições criadas por esse discurso de poder, de modo a influir na construção de um futuro para o país, com base naquele momento considerado de “ruptura política e social”.

Portanto, a chamada Revolução de 1930, que teve como alicerce as idéias demonstradas acima, tem sido vislumbrada, pelos historiadores e cientistas políticos, como momento de ruptura com os “coronéis” e as “oligarquias”, passando a se apresentar como um marco capaz de referenciar um mundo de questões que, apesar de conter em si um universo de práticas e reflexões, assumem um caráter unitário; e, à medida que cresce como idéia, como significação, cresce como fato, transparecendo precisamente como a representação nele envolvida.¹⁶

Numa demonstração de como se constrói um fato através dessa “transubstanciação” Carlos Alberto Vesentini afirma que

A transubstanciação cria no tempo, algumas ações, e ações coletivas, com certas idéias, criando o fato - e neste lugar a política. No entanto, em segundo momento outra operação parece tomar forma, pela qual o fato perde boa parte do conjunto de significados, à vista imediata, assumindo essa expressão concreta, despida, como a pedir, quase a implorar, uma interpretação. Na hora do balanço, procurar o pessoal no coletivo, ou mediante o primeiro mostrar o último, enriquecem-no e dão-lhe alcance todo

especial. Enfocar o fato de fora, procurando reproduzir o trabalho do historiador, complementa a postura, além de ser um direito pleno. E a junção da memória viva, do rememorar, com a análise, pode apresentar possibilidades refinadas.¹⁷

A partir desse discurso, poderemos compreender, então, como a Revolução de 1930, ao se constituir como fato, abriu espaço para o debate de projetos políticos e permitiu que os ideólogos do “Estado Novo” - considerado como continuidade e consequência inevitável daquela - pudessem apresentar as propostas advindas dos críticos da “Primeira República”, que se traduziram na ação governamental de Getúlio Vargas. E compreender também que os discursos acadêmicos que teorizam sobre o “coronelismo” não são, senão, tentativas de caracterização das práticas políticas exercidas durante a “República dos Coronéis”, com o objetivo de, através de recortes, criticá-las e superá-las, por isso só poderiam ser construídos posteriormente, ou seja, quando tais práticas já se encontravam em um estágio de declínio.

Na tentativa de junção da “memória viva”, do “rememorar”, com a análise, no debate político e acadêmico da década de 1930, confrontavam-se diferentes projetos, mas num universo de temas comuns ao pensamento da época. Assim, têm sido apontados como os três grandes eixos que marcaram o pensamento dos anos 1930 e se fizeram igualmente presentes na “doutrina do Estado Novo”, o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo.¹⁸

Os discursos dos intelectuais da década de 1930, tomando por base os enunciados presentes nos discursos dos políticos ligados à “Aliança Liberal” para caracterizar as práticas políticas exercidas pela elite política e

econômica da Primeira República, elegeram, pois, uma série de elementos com os quais construíram um discurso acadêmico que legitimasse tais posições.

Assim, os ideólogos do “Estado Novo”, considerados a elite pensante do país, os únicos capazes de dar uma versão “científica” aos rumos que o Brasil deveria tomar em busca da construção do “Estado Nacional”, elaboraram um saber que definia toda uma forma de ver e dizer as práticas políticas exercidas nos 40 anos em que vigorou a “República dos Coronéis”, recortando apenas o que seria viável para auxiliar na institucionalização do “Estado-Nação brasileiro”.

Nesse sentido, Albuquerque Jr. afirma que o Estado pós-30

será um Estado quase sempre preocupado em conciliar formas modernas com conteúdos tradicionais. Ele apoiará principalmente aquela produção centrada nas questões do nacional e do popular, que possuísse menor radicalidade, que contribuísse para a gestação de uma linguagem e de uma imagem para o país que não só rompesse com a antiga subserviência a padrões estéticos europeus, como também ajudasse a incorporar a linguagem e a imagem do “povo” a dizibilidade e a visibilidade nacional, acabando com a sua exclusão, mas o incluindo de forma a não questionar o próprio dispositivo de poder que sustentava este Estado. O Estado Novo tenta dar ao poder público o papel de centro de elaboração de linguagens para coordenar a realidade do país.¹⁹

Se partirmos da idéia da necessidade que a sociedade tem de construir uma imagem de si própria através da criação de “fatos”, que se impõem como a

própria “realidade” e se convertem numa crença, poderemos compreender as implicações políticas que se encontram entrelaçadas à construção acadêmica do conceito de coronelismo. Cada autor analisa aspectos específicos e desenvolve de forma particular as questões comuns formuladas a partir dos recortes que eles fazem das relações de poder.

Considerando os autores com os quais temos trabalhado, verificamos que, na trama de significados e valores utilizados para construir o conceito de coronelismo, faz-se presente uma multiplicidade de orientações teóricas que se constituem como formas diferenciadas de ver e dizer o que eles pretendem definir como “homogêneo” e “verdadeiro”.

Entretanto, essa compreensão só foi possível a partir da memorização do passado como domínio das oligarquias. Ou seja, o passado, encarado dessa forma, passa a ser considerado como o lugar a partir do qual a história deve ser lida, definida e periodizada, em busca de um futuro “revolucionário” que empreenda o fortalecimento da nação como unidade política e cultural numa sociedade heterogênea. Um projeto unificador que se orienta por uma “razão de Estado”.

A figura do coronel como uma figura de mando foi elaborada, a partir dessa compreensão, para dar visibilidade, tornar palpável, reconhecível e aceitável a noção genérico/abstrata de oligarquia.

O Estado passou a ser encarado, então, como o eixo sob o qual devem se desenvolver todas as questões de ordem econômica, social, política e cultural, pois ele seria o “tutor” dessa sociedade “clânica” que, para progredir, deveria pensar nos interesses *coletivos*, acima dos interesses *individuais*.

Portanto, se a elaboração do conceito de

coronelismo começa a ser possibilitada a partir da década de 1910, quando a luta contra as “oligarquias” torna-se um slogan obrigatório para os que discordam do liberalismo e do federalismo, tal como aplicados no Brasil, é a partir dos discursos dos políticos ligados a Aliança Liberal no final da década de 1920, e da idéia da “Revolução de 1930”, como marco divisor na história política e econômica do país, que os coronéis vão tendo a sua imagem delineada no cenário político. Quanto ao conceito de coronelismo, só no final da década de 1940, mais precisamente em 1948, é que encontramos um trabalho sistemático de definição do mesmo, com Leal.²⁰

A partir de então, os discursos que vislumbam o coronelismo como “um fenômeno típico da Primeira República” vão estar presentes, como pudemos observar, praticamente em todas as análises sobre a política brasileira. Porém, se investigarmos a literatura referente à chamada Primeira República, inclusive a imprensa, não encontraremos o conceito de coronelismo - pelo menos até o final dos anos 1920.²¹

Seguidos do estudo de Leal, são considerados como clássicos no tratamento do coronelismo, por terem se institucionalizado como fontes imprescindíveis aos estudos sobre o poder local - seja como ponto de apoio ou como ponto de críticas - os trabalhos já citados de Blondel (1957), Faoro (1958), e Queiroz (1977).

Nesse ponto, cabe afirmarmos que a criação do fato “revolução de 1930” elevou as práticas políticas da Primeira República à categoria de práticas oligárquicas e coronelísticas e possibilitou a construção do conceito de coronelismo como tentativa de caracterização dessas ditas “práticas” de forma “objetiva”. Mas, esse conceito só adquire um estatuto temático, e se torna imprescindível aos estudiosos do poder, exatamente a

partir da década de 1940, quando já se colocava em suspeição as orientações políticas do "Estado Novo". Ou seja, do "Estado Autoritário" instituído após a "Revolução de 1930".

Isso nos leva a crer que os estudos sobre coronelismo que a partir de então entram em evidência não fogem da leitura da História do período anterior.

2.3. IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E TEÓRICAS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CORONELISMO

Embora não percebamos tantas divergências acerca da delimitação das dimensões do coronelismo - que, como vimos, é tratado como pacto entre as três esferas do poder -, é possível levantarmos alguns eixos temáticos que se apresentam de maneira diversa nos discursos analisados, a exemplo da própria concepção de "Estado", que se desdobra em várias noções explicativas a partir do seu entendimento: como um "Estado burguês" ou "capitalista moderno" em formação, num momento de transição das formas não capitalistas para as formas capitalistas de produção, e/ou, como um Estado patrimonialista-estamental.

Recortaremos, para efeito dessa análise, as abordagens de Leal e Faoro, por considerarmos estes dois autores como clássicos, pois eles têm sido utilizados como matriz ou referência obrigatória nos demais estudos que versam sobre o coronelismo.

Leal, ao elaborar o seu estudo, toma como base as idéias dos teóricos ou analistas políticos brasileiros que, na década de 1930, implementaram por meio das críticas à *República dos Coronéis* a instituição de um Estado autoritário como única possibilidade viável para sanar a

crise que havia se instaurado no País. Mas, ao que nos parece, há, nesse estudo, uma pretensão de defesa das idéias liberais e democráticas vigentes na década de 1940, em oposição às idéias autoritárias desenvolvidas após a Revolução de 1930.

A partir da segunda metade da década de 1940, o debate político enfatiza o fim da “ditadura do Estado Novo”, personalizada na figura de Getúlio Vargas, e apela para uma proposta de redemocratização do país. Com a Constituição de 1946, considerada “totalmente liberal”, as temáticas do liberalismo e da democracia são então retomadas. E como nos momentos de ruptura as chamadas do debate político são sempre reacesas, impôs-se uma maior necessidade das análises sobre a história política do Brasil, que, como já afirmamos, tem sido abordada de forma linear e institucional.

Diríamos, então, que o estudo de Leal, enquanto marco inicial da construção acadêmica do conceito de coronelismo possui algumas implicações políticas, pois a década de 1940 foi marcada pela chamada redemocratização do Brasil, momento no qual já entra em cena toda uma série de críticas ao “Regime Autoritário” que foi construído, tendo como marco os acontecimentos políticos de 1930.

Acreditamos que a ênfase dada, nesse momento, ao conceito de coronelismo como uma temática que deve ser trabalhada de forma mais aprofundada, ou “sistemática”, parte exatamente da seguinte questão: Como será possível o Estado reassumir um papel “liberal” sem se retornar ao mando dos “coronéis”? Ou seja, que mudanças precisariam ser efetuadas para que esse “Estado” passasse por uma “redemocratização” sem que houvesse um retorno ao fortalecimento do “poder privado”, uma vez que na proposta de construção do

Estado Autoritário, no momento considerada inviável, a temática do “liberalismo” remetia exatamente às “práticas coronelísticas”?

É esse o questionamento que torna necessária uma retomada da análise das práticas políticas exercitadas na Primeira República, na tentativa de delimitar os seus defeitos e, ao mesmo tempo, recuperar o liberalismo político através de novos parâmetros. Em outros termos, nesse momento, se torna imprescindível, a necessidade de diferenciar a “democracia” e o “liberalismo” do “coronelismo”.

Na intenção de responder à questão por ele mesmo formulada Leal elabora o seu estudo, fazendo um apanhado da história social e política brasileira, desde a colônia até a ruptura do Estado Novo, e priorizando a análise do papel das instituições políticas e Jurídicas desenvolvidas pelo Estado por meio das suas diversas cartas constitucionais.

Leal demonstra que o “Sistema Coronelista” se institui, na Primeira República, enquanto um compromisso entre o decadente poder privado dos coronéis e o poder público fortalecido, e que este regime só foi possível a partir da superposição do regime representativo de base ampla, que se implementou na Primeira República, a uma estrutura econômica e social pautada numa estrutura agrária monocultora e exportadora advinda da colonização. Para tanto, ele aponta que, aliado à estrutura agrária do país, e ao federalismo imposto pela primeira constituição republicana, o sacrifício da autonomia municipal é que alimenta o coronelismo, pois é a extensa autonomia extralegal concedida pelo governo do Estado ao partido local de sua preferência que contribui para a consolidação desse sistema.

Ainda no prefácio do livro de Leal, Barbosa Lima Sobrinho²² afirma que Torres foi o criador da visão de que a base das nossas organizações partidárias locais é a “politicagem local”, tendo sempre como núcleo essencial o “clã rural” ou o potentado, que não raro se enfeitava com a patente de coronel concedida pelo poder público e outorgada pelo povo.

O próprio Leal constrói suas referências “históricas” apelando para os analistas considerados “clássicos” no tratamento da história do Brasil. Ele se utiliza das idéias de Gilberto Freyre, por exemplo, quando trata da expansão do coronelismo para além dos coronéis da Guarda Nacional e da questão agrária. É retomando os estudos de Freyre que Leal afirma a não distribuição racional da propriedade fundiária no Brasil e a exuberância do poder privado no período colonial, cuja base se encontraria na tradição da “família patriarcal”²³, assentadas em formas paternalistas e personalizadas de relacionamento.

Outro autor bastante citado por Leal é Caio Prado Júnior²⁴, sobretudo no que se refere às atribuições dos municípios e às divisões entre “governo geral” e “governo local” no período colonial. É com base no discurso de Prado Jr. que Leal afirma que o latifúndio monocultor e escravocrata representava, sobretudo até o século XVII, o verdadeiro centro de poder da colônia: poder econômico, social e político. Leal cita Prado Jr. para reforçar tal idéia:

Se dentro do sistema político vigente da colônia - diz Caio Prado Júnior - só descobrimos a soberania, o poder político da coroa, vamos encontrá-lo, de fato, investidos nos proprietários rurais que o exercem através das administrações municipais.²⁵

Outra questão abordada por Leal para enunciar o

conceito de coronelismo é a crítica ao funcionamento das instituições políticas e sociais brasileiras vigentes até o final do Estado Novo. Nesse sentido, ele se apropria das idéias de Oliveira Viana para afirmar que os dois preconceitos do regime republicano brasileiro são o preconceito das fórmulas políticas e o preconceito de que as reorganizações políticas só são possíveis por meios políticos. A partir desse entendimento ele defende que os fatores econômicos e sociais ainda são os maiores responsáveis pelo governismo e pelo falseamento intrínseco da nossa representação.

O coronelismo, funcionando na Primeira República, como processo de conservação residual do poder privado do coronéis, reduziu-se, segundo Leal, ao cenário dos governos locais, tendo por *habitat* os municípios do interior, predominantemente rurais, e possuindo uma vitalidade inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas. Não obstante, ele defende que o coronelismo se apresenta, na Primeira República, como um sistema político, uma complexa rede de relações que permeia todos os níveis da atuação política, e não apenas como mandonismo local ou clientelismo. Para Leal, o coronelismo emerge, portanto, em momento de enfraquecimento do mandonismo e de expansão do poder estatal.

De acordo com essa compreensão, um fator importante para a formação e deformação do coronelismo seria o isolamento e o atraso, que se contrapunham à idéia de progresso e industrialização tão presentes nos discursos historiográficos da década de 1930 e 1940. Por isso, o conceito se apresenta no discurso de Leal como sintoma da decadência dos "senhores rurais", e ele defende que,

Não se pode, pois, reduzir o coronelismo

à simples afirmação anormal do poder privado. É também isso, mas não é somente isso. Nem corresponde à fase áurea do privatismo: O sistema peculiar a esse estágio, já superado no Brasil, é o patriarcalismo, com a concentração do poder social e político no grupo parental. O coronelismo pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo de seu conteúdo residual. (...) A Superposição do regime representativo em base ampla a essa estrutura econômica e social [dominada pela grande propriedade], havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do "coronelismo".²⁷

E acrescenta:

O regime federativo também contribuiu relevante para a produção do fenômeno: ao tornar inteiramente eletivo o governo dos estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais estáveis que repousavam justamente no compromisso "coronelista".²⁸

Leal explica a passagem do patriarcalismo para o coronelismo a partir da figura do coronel. Apesar de considerar que o isolamento e a ausência ou rarefação de Estado possibilitam que o coronelismo se apresente como certa forma de incursão do poder privado

(representado pelos coronéis) no poder público (representado pelo governo), Leal, defende a existência de um conflito entre estas duas esferas do poder, afirmando que o governo reforça o poder decadente do coronel e retarda o fim da sua influência.

Com base nessa idéia é que compreende a existência de uma debilidade mútua entre os "poderes constituídos" e fundamenta essa debilidade a partir da constituição dos governos estaduais como importantes unidades de decisão política e da decadência sócio econômica dos senhores rurais.

Para Leal, o que a Constituição de 1891 legitimou foi a inadequação de um regime representativo "de base ampla" no qual os eleitores se encontravam incapacitados para o desempenho de sua "missão política" a uma tendência econômica de dominação política dos senhores rurais, pois, na Primeira República, segundo ele, o aparelho de Estado poderia ser considerado desenvolvido e capaz de conter qualquer rebeldia do poder privado.

Daí porque o núcleo para a conceituação do coronelismo é compreendido por Leal como sendo a relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público em fortalecimento; e ele afirma que, no Brasil as relações de poder se exercem com base na "reciprocidade" e dependência.

Na verdade, o estudo de Leal visa defender a idéia de que para termos uma nação verdadeiramente democrática, é preciso mudar a estrutura agrária do país e perceber que, enquanto o papel dos prefeitos for encarado como um mero papel administrativo, conforme se previu na segunda constituição republicana, não será possível o desenvolvimento de uma verdadeira democracia no Brasil. Isto porque o ponto nevrálgico da autonomia dos municípios - durante todo o período

republicano, até 1948 - seria a eletividade do executivo municipal, que deveria ser encarada, segundo ele, como a peça básica das campanhas eleitorais, e reconhecida como um exercício político e não apenas como um exercício administrativo.

Nesse sentido, ele se afasta dos críticos da Primeira República, que, a exemplo de Oliveira Viana defendiam que a questão da liberdade passa o campo político para o primeiro plano quando o mais importante são as questões de ordem administrativa. E elabora o seu projeto para a organização política no Brasil sugerindo a necessidade de um Estado que não seja mais "oligárquico", nem "autoritário", mas um "Estado de direito", no qual a hierarquia do poder passe pela vitalização do município - sem a histórica submissão dos chefes locais aos governos estaduais - e pela moralização da vida pública nacional.

Faoro também desenvolve seu estudo com o objetivo de investigar o sistema legal dos municípios. Ele parte da mesma constatação de Leal de que o dilema brasileiro no momento de transição entre o "Estado autoritário" e uma progressiva necessidade de governamentalização do Estado é a dificuldade de construção de um Estado regido por leis que não mais autorizem a continuidade do patrimonialismo como peça importante da nossa organização política.

O estudo de Faoro possui uma pretensão historiográfica de explicar a dificuldade de construção de um "Estado Burguês" no Brasil e a presença das práticas políticas coronelísticas, devido à nossa formação patrimonialista. Nesse sentido, ele defende que, com o advento do Regime Republicano,

quebrada a armadura estamental, de
tendência burocrática do Império, não

emergiram na superfície social, os elementos autônomos sempre evocados pelos liberais. A supremacia tuteladora do poder público, agora seccionado nos principados e ducados estaduais, continuou a operar num molde próximo ao regime colonial, no qual, o particular exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas.²⁹

Faoro compreende que o Estado brasileiro, embora já tenha adotado a máscara capitalista e liberal, não conseguiu superar o patrimonialismo. Diferindo da opinião de Leal, ele define o coronelismo como “hipertrofia do poder privado”, como uma força do poder privado que se sobrepõe em decorrência da fraqueza do “poder público”, e de uma estrutura de clientela política na qual o mando advém do carisma e da posição de liderança do coronel. Segundo Faoro,

ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe - recebe ou conquista - uma fluida delegação, de origem central, no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua atividade ficará sobranceira ao vizinho, guloso das suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá essencialmente do aliciamento e do progresso das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema de ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação.³⁰

Para Faoro, o modelo “patrimonial - estamental” do Estado brasileiro permitiu a convivência do poder

institucional com o poder personalizado. Essa posição de Faoro se torna mais clara se atentarmos para o fato de que o seu estudo tem como fundamentação teórico-metodológica o pensamento weberiano. Mas, segundo o próprio autor, a utilização que ele faz das idéias de Max Weber é a construção de uma chave nem sempre fiel ao mestre, visto que, no Brasil, o Estado possui um caráter singular.

Pensando naquilo que considera como especificidades da história ibero-americana, Faoro afirma que o Brasil é herdeiro do patrimonialismo Português, mas recebeu, com a independência, o impacto do mundo inglês, já moderno, adotando, como já afirmamos, a máscara capitalista e liberal, sem superar, porém, o patrimonialismo, cuja legitimidade se assenta no tradicionalismo.

Faoro acredita que, no seio desse Estado patrimonialista, o poder do coronel deriva do seu prestígio e da sua honra social tradicionalmente reconhecidos. O coronelismo se insere, na Primeira República, no esquema da supremacia estadual e da eleição sancionadora. Assim, ele explica que o coronel é tido como complemento da administração pública, no âmbito municipal, e tem enfeixadas em suas mãos certas funções públicas não institucionalizadas.

Portanto,

a representação, se é que de representação se pode falar, está na apropriação tradicional, vinculada a laços pessoais. No Estado, os homens que mandam são a irradiação do governo, do governador, e do grupo que o cerca, as oligarquias.³¹

No que diz respeito às relações coronel x governo e coronel x eleitor, Faoro afirma, ainda, que entre o

coronel e o governo havia uma “troca de proveitos”, e entre o coronel e o eleitor o domínio era de caráter pessoal.

Ele compreende que, após 1930, uma nova Nação será viabilizada, sem apego ao fetichismo liberal e conservador. No entanto assevera que

a óptica dos homens que ocupam o Catete em 3 de novembro de 1930, será adversa ao esquema da política dos governadores, mas se compreende dentro de suas coordenadas mentais. Vencedora a revolução, empreendidas as reformas políticas e só políticas, com o voto secreto e a supervisão judicial, outra vez São Paulo com outros homens talvez, Minas Gerais com os mesmos líderes, comandariam a República renovada. Para o Rio Grande do Sul, depois de quarenta anos de preterições e protestos, essa seria a sua jornada de otário. Para assegurar a vitória cumpria-lhe evocar, institucionalizar e coordenar as forças nacionais - o povo e o exército - que se não lhe assegurariam a hegemonia estadualista, impediriam o retorno ao domínio dos dois principados. O federalismo hegemônico haveria de perecer, inviável sua inversão sob o domínio do extremo sul. Dessa estratégia acentua-se a descoloração liberal e conservadora do regime, calcada sob o afastamento político de São Paulo.³²

Assim, Faoro, não fugindo das análises historiográficas sobre a “Revolução de 1930” como marco para se pensar as transformações na organização política brasileira, defende que 1930 foi um marco para as mudanças no que diz respeito ao encaminhamento político do Estado e às mudanças no que diz respeito à

privatização do poder público. Apesar de considerar a descoloração liberal e conservadora do regime, após 1930, ele afirma que Getúlio Vargas era um "liberal", mas defende que seu liberalismo era de teor tutelador, de caráter positivista e não rousseauniano.

De qualquer forma, Faoro assevera que, em meados da década de 1930, a vida das instituições passou a ser comandada pelo aparelho estatal centralizador e os estados já se encontravam subordinados a uma comunidade política, diretora e burocrática.

Corolário da Revolução de 1930, o Estado Novo será, no discurso de Faoro,

O tipo de Estado gerado pelas circunstâncias, mas moldado historicamente num leito permanente, embora transitoriamente obscurecido, que ensejará as reformas de maior profundidade, algumas alheias às diretas pressões da sociedade. Das peças lançadas entre extravios e decisões, formar-se-á o esquema autoritário de 1937. Obviamente, o modelo não será obra do capricho dos homens, da inspiração arbitrária dos governantes ou da fantasia dos utopistas. O poder estatal já se sentia em condições de comandar a economia - num regresso patrimonialista, insista-se -, com a formação de uma comunidade burocrática, mais marcadamente burocrática que aristocrática, mas de caráter estamental, superior e árbitro das classes. O primeiro passo dessa jornada será a disciplina social e jurídica do proletariado, com a fixação do seu direito e seu capitaneamento governamental.³³

Como vemos, Faoro não concorda com os críticos

liberais e marxistas que vêem no *Estado Patrimonial*, com a sua alma no capitalismo politicamente orientado, um resíduo anacrônico ou uma fase de transição para o *capitalismo moderno*. Para ele, a realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, que mesmo tendo adotado do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, não aceitou-lhe a alma ansiosa de transmigrar.

Faoro, assim como os demais autores que temos abordado, pensa a história de maneira progressista e linear, compreende que todas as sociedades devem passar inevitavelmente pelas mesmas etapas históricas e afirma a sociedade brasileira como um dualismo estrutural, como uma sociedade que não conseguiu atingir de todo o capitalismo.

O que encontramos no discurso de Faoro é a certeza de que, no momento de emergência das classes, procuraram estas nacionalizar o poder, apropriá-lo, para que este se diluísse na elite. Neste sentido, o próprio texto de Faoro é enfático.

Na peculiaridade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal. Ao receber o impacto das novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhe a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. As respostas às exigências assumem caráter transacional, de compromisso, até que o eventual antagonismo dilua, perdendo a cor própria

e viva, na mistura de tintas que apaga os tons ardentes. As classes servem aos padrões de domínio, sem que orientem a mudança, refreadas ou combatidas, quando o ameaçam, estimuladas se o favorecem. O sistema compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, aos grupos de pressão, com a tendência de oficializá-los.³⁴

Na interpretação “patrimonialista” de Faoro, portanto, o coronelismo é entendido como elemento de um mecanismo de cooptação política baseado na manipulação de bens públicos, tratados como patrimônio privado dos detentores ou “donos” do poder.

Devemos considerar, então, que na definição do coronelismo há pelo menos duas teses bem distintas: enquanto alguns autores como Faoro, Queiroz, Cavalcanti e Pang, entre outros, definem o coronelismo como a hipertrofia do poder privado, como uma força do poder local num “Estado Patrimonialista” e/ou numa sociedade de caráter patriarcal; outros autores, como Leal, Bursztyn, Dantas, etc., consideram o coronelismo como um compromisso entre um poder privado em crise, que tende a se tornar “fraco” e o crescente poder de um Estado Capitalista em desenvolvimento, que atinge cada vez mais o âmbito nacional.

Posições antagônicas permitem visualizar a plasticidade da noção/conceito de coronelismo como elemento explicativo de parte da história do Brasil. Para os que, como Victor Nunes Leal, acreditam que o coronelismo surge da crise do poder privado, o poder do coronel é um poder delegado pelas instâncias superiores que representam o Estado. Já para os que, como Raymundo Faoro, vêem no coronelismo a hipertrofia do poder privado e a ausência de um Estado fortalecido e/

ou autônomo, o coronelismo não seria, senão, a base desse poder superior; ou seja, o coronelismo, neste último caso, seria o sustentáculo das oligarquias estaduais e nacionais.

Contudo, se entendermos que as relações de poder não se reduzem à política institucional, às instituições e ou ao trabalho, mas se exercem de múltiplas formas e atravessam todo o corpo social, devemos questionar o tratamento dado ao conceito de coronelismo quando enfatiza no jogo político somente as relações de “mando”, de “clientela”, de “parentela”, de “apadrinhamento”, de “encabrestamento” e a ligação com o Estado. Ou seja, as ditas práticas coronelísticas que são institucionalizadas e legitimadas por este conceito confundem-se com o mesmo, exatamente no momento de declínio econômico e desprestígio social dos chamados coronéis.

A partir da idéia de que o coronelismo é uma forma tradicional de poder, esses intelectuais repensam a dispersão da história na forma de um conjunto de fenômenos ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou pelo menos análogos), no intuito de lhe dar homogeneidade e importância temporal; mesmo que, para isso, o coronelismo seja, contraditoriamente, ora “moderno”, ora “tradicional”.

Entendemos que o conceito de coronelismo, longe de ser considerado um conceito abstrato, tem sido considerado como prática de dominação que se estabelece e se legitima sobretudo nas relações institucionais e hierárquicas entre as três esferas do poder - a local, a estadual e a federal. Não obstante, essas práticas são vistas e ditas de acordo com os elementos que são privilegiados na construção discursiva de cada autor.

Uma questão que se tornou evidente foi a de que para os autores das décadas de 1920 e de 1930 o coronel era um personagem resultante de um modelo tipicamente liberal. Já para as teses acadêmicas posteriores, ele foi traduzido como sobrevivência de modos anti-capitalistas de organização do poder.

Essas idéias estão bem postas e resumidas na tese dos "dois Brasis" de Jacques Lambert. Este autor afirma que após 1930, pode-se encontrar dois brasis, um Brasil arcaico e um Brasil moderno. Segundo ele,

a coexistência de duas sociedades separadas por séculos de distância é característica dos países em processo de industrialização, mas é particularmente acentuada no Brasil, porque a evolução, conquanto parcial, onde se processa é muito mais rápida e complexa do que alhures. A estrutura social evoluída dos países industrializados já se estabeleceu em grande parte do Sul e em algumas grandes cidades; a estrutura social arcaica subsiste em muitas regiões do Nordeste e do centro e em quase toda a zona rural. Numa sociedade assim dividida a vida política não pode deixar de ser duas concepções igualmente sinceras da natureza das instituições políticas, e a parte do país, que fica lesada, é solicitada a procurar na violência remédios que só podem ser provisórios.³⁵

Ao viés do arcaísmo, marcado por essa análise, contrapõe-se a autojustificação do Estado Autoritário: Na falta de classes, só o Estado poderia se tornar agente da modernização; agente histórico propriamente dito.

Enfim, de certa maneira, pensou-se o poder por meio das oligarquias ou do Estado. Neste sentido, o coronelismo se configurou como a face pejorativa da

modernização, como signo do atraso e do conservadorismo; e o Estado Autoritário como símbolo da modernidade.

O que percebemos nesses discursos é que, na construção do conceito de coronelismo, o poder não é tratado como uma relação, como algo que implica sempre a presença de opositores e que poderia ser redefinido a qualquer momento e se constituir como instituinte, conforme afirma Foucault, para quem

Uma das primeiras coisas a compreender, é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará, na sociedade, se os mecanismos que funcionam dentro, fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.³⁶

Se partirmos da compreensão de que o poder só existe em ação, de que ele não é a manutenção ou a reprodução das relações econômicas e sim uma relação de forças exercida permanentemente, torna-se patente a contradição desses historiadores, juristas e cientistas sociais, que continuam presos ao enunciado do coronelismo como algo que atravessa toda a história do Brasil, embora se afirme, de forma mais genérica, que ele se institucionalize durante a Primeira República.

É preciso considerar, pois, que esses discursos levantam todo um debate, na medida em que privilegiam determinados pares de opostos - tais como: atraso x modernização; ruralismo x industrialização; poder privado x poder público; regionalismo x nacionalismo; cultura x política; estadualismo x centralismo; federalismo x nacionalismo; Estado Oligárquico x Estado Autoritário; etc. - que vão abrindo possibilidades para a construção do conceito que ora analisamos.

Portanto, podemos afirmar que o conceito de coronelismo foi inventado depois de 1930 para dar validade a práticas de dominação que pareciam decadentes, quer seja com o objetivo de perpetuá-las ou de criticá-las.

Consideramos, pois, que este conceito é apenas um conector de uma série de eventos; que os conceitos em história não podem ser passíveis de definição, apenas servem para melhor configurar ou tecer a urdidura do passado, pois não se pode definir nem esquematizar a trama histórica sem que haja a desqualificação de elementos presentes nas relações quotidianas.

Em outras palavras, a invenção desse conceito serviu para caracterizar uma forma de organização política que, longe de ser apresentada como “uma relíquia da Primeira República”, objetivou dar continuidade a determinadas formas de dominação. Por isso, cada autor dá ao coronelismo a concreticidade que lhe parece viável.

Neste sentido, a permanência das práticas ditas coronelísticas, após a década de 1930, só se exercita onde o capitalismo, a industrialização e a urbanização ainda não conseguiram se impor, como por exemplo, no Nordeste.

Por fim, a construção do conceito de coronelismo, nestes discursos, pressupunha que as práticas ditas coronelísticas eram o signo do atraso e do conservadorismo. Esse conceito foi reproduzido e/ou reelaborado permanentemente, servindo como modelo das práticas políticas dos estados considerados “mais atrasados”, tipificando o Nordeste como *locus* de sua reprodução. Neste sentido, foi se perpetuando e funcionando, como veremos no próximo item.

NOTAS:

¹ Alberto Torres. *"A Organização Nacional"* 4ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1982. © 1914. p. 68,125,172 e 173.

² Oliveira Viana, de acordo com essas idéias, sentenciou, em 1924, que a "realização de um grande ideal não é jamais obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo ou de uma classe que se identifica com ele, que luta por ele". Cf. Francisco José de Oliveira Viana. *"O idealismo da constituição"*. 2. Ed. 1927.

³ Durval Muniz de Albuquerque Jr. *"O Engenho Anti-moderno: A invenção do Nordeste e outras Artes"*. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese de Doutorado. mimeo. p. 51-52.

⁴ Francisco José de Oliveira Viana. *"Populações Meridionais do Brasil"*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952. pp. 202-204.

⁵ Cf. Maria Stella M. Bresciani. "O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana - Cientista Social". Campinas, 1998. p. 76, mimeo.

⁶ Cf. Oliveira Viana. op. cit. 1974. Vol. II. p. 32.

⁷ Idem. p. 71.

⁸ Idem. Ibidem, p. 68. A crítica de Viana à idéia da pressuposição de um Brasil "global", é estendida também para Silvio Romero e Euclides da Cunha.

⁹ Oliveira Viana, op. Cit., 1952, p. 148.

¹⁰ Idem. p. 149.

¹¹ Bresciani, Maria Stella Martins. op. cit. 1998, p. 6.

¹² Cf. Vavy Pacheco Borges. "Anos Trinta e Política: História e Historiografia". In. FREITAS, Marcos Cêzar. "Historiografia Brasileira em perspectiva". São Paulo: Contexto, 1998.

¹³ Decca, Edgar Salvadori de. *"1930: O Silêncio dos Vencidos"*. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. © 1981. p. 83-84.

¹⁴ Cf. Jornal *"A União"*. João Pessoa - Pb, 09/01/1930 p. 6.

¹⁵ Jornal *"A União"*. 28/01/1930.

¹⁶ Cf. Carlos Alberto Vesentini. *"A teia do fato": uma proposta de estudo sobre a memória histórica"*. São Paulo: HUCITEC, História Social, USP, 1997. p. 43-44.

¹⁷ Idem. p. 45.

¹⁸ Essas vertentes são definidas por Lúcia Lippi Oliveira da seguinte forma: "Os elitistas reafirmavam a desigualdade entre os homens e a

presença de uma minoria, elite estratégica à qual outorgavam o privilégio do poder. Importa destacar que as teorias de elite traziam novas justificativas ao exercício do domínio - o que só se torna necessário quando a autoridade vigente passa a ser questionada. O elitismo, ao se basear no fato natural e demonstrável da desigualdade humana, contribuía para aumentar a descrença na doutrina da sabedoria popular e no critério da maioria para a organização do governo. A existência da elite como dado e seu domínio como expressão concreta da "ciência" cabiam como uma luva para a geração intelectual dos anos 1930 e sua pretensão de salvar a sociedade brasileira.

O conservadorismo (...), não significa defesa intransigente do *status quo*. Refere-se a uma vertente específica da concepção de mundo onde a ordem, a hierarquia e a tradição têm papel preponderante. Este pensamento contém, inclusive, uma concepção de mudança social enquanto desdobramento natural ou "científico" da ordem. "Ordem e Progresso" podem ser tomados como concepções centrais do positivismo - conservadorismo que marca a elite intelectual brasileira. Esta elite, em sua autodefinição de minoria estratégica, apresenta, como preocupação fundamental, o conhecimento da realidade, a busca do "Brasil real". A Sociologia surge, então, como instrumento capaz de oferecer a essa elite o retrato da realidade e o conhecimento necessário para orientar indivíduos ou grupos no caminho da salvação nacional. Nacionalismo e autoritarismo são ângulos distintos e complementares do processo de formação do Estado nacional. A soberania, como atributo exclusivo do Estado, e a capacidade de ação do governo federal sobre todo o território se unem na realização do objetivo comum de criar a nacionalidade. Esse projeto unificador envolve múltiplos aspectos; é movido pelos ideais de justiça, de "democracia social", mas, acima de tudo, o rege uma "razão de Estado". Cf. Lúcia Lippi Oliveira. *"Estado Novo, Ideologia e Poder"*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 15-16.

¹⁹ Durval Muniz de Albuquerque Jr. op. cit. 1994, p. 237.

²⁰ Na seqüência do trabalho de Leal, sem pretensão de esgotar a produção acadêmica sobre esta temática podemos apontar, no final da década de 1950 os estudos já citados de Blondel (1957) e Faoro (1958); na década de 1960, o estudo de Marcos Vinicius Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. *"Coronel, Coronéis"* (1965). Na década de 1970, os estudos de Carone (1971); Maria Auxiliadora de Sá Ferraz, *"Dos Velhos aos Novos Coronéis"* (1974); Queiroz (1976 e 1977) e Pang (1979); na década de 1980, os estudos Janotti (1981), Rodolpho Tellaroly (1982); Bursztyn e Andrade (1985), Dantas (1986), Lewin, Loiva Félix e Francisco Itami Campos (1987); e, na década de 1990, os estudos de Eliete de Queiroz Gurjão (1994), e Rejane M. Vasconcelos (1995) e, por fim, o ensaio de José Murilo de Carvalho *"Mandonismo, Coronelismo,*

Clientelismo: uma discussão conceitual". (1997).

²¹ Rui Barbosa, escrevendo sobre a queda do Império, já afirmava a existência do coronelato ligado à Guarda Nacional, mas não afirmava as relações entre os membros da Guarda Nacional e o governo como relações coronelísticas. (Cf. Rui Barbosa. "*Queda do Império*", Tomo III, 1921, p. 251-252).

²² Cf. Victor N. Leal. op. cit. p. XIV.

²³ Gilberto Freyre foi o inventor do conceito de família patriarcal. De acordo com Albuquerque Júnior "o conceito de patriarcalismo em Freyre não pretende apenas descrever um modelo de família ou a forma de relação entre os gêneros, ele tem a pretensão de descrever toda uma ordem social da qual o poder patriarcal e a família seriam os elementos nucleares". Cf. Durval Muniz de Albuquerque Júnior. "*Nordeste: uma invenção do 'falo' – uma história do gênero masculino no Brasil – 1920-1970*". Campina Grande, 2000, p.75, mimeo.

²⁴ Os estudos de Caio prado Jr. Que são referenciados por leal, são os seguintes: *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945).

²⁵ Prado Jr., Caio. "*Evolução Política do Brasil*". p. 52. *Apud.* Leal. op. cit. p. 66.

²⁷ Leal, Vitor Nunes. op. cit. 1978, p. 251, 252, 253.

²⁸ Idem. p. 253.

²⁹ Faoro, Raymundo. op. cit. 1979, p.631.

³⁰ Idem. p. 622.

³¹ Idem. Ibidem. p. 648.

³² Raymundo Faoro. Op. Cit., 1979, p. 687.

³³ Idem. p. 717-718.

³⁴ Idem. Ibidem. p. 745.

³⁵ Jacques Lambert. "*Os Dois Brasis*". 9ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1976. p. 241-242.

³⁶ Michel Foucault. "*Microfísica do Poder*". 8ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 149-150.

capítulo 3

O DESLOCAMENTO DO CORONELISMO DO ÂMBITO NACIONAL PARA O REGIONAL: ESPECIFICIDADES E CONTINUIDADES

Após analisarmos a origem, os fundamentos, as características, a conceituação, o declínio e as implicações teóricas e políticas na elaboração do conceito de coronelismo, percebemos que a busca de uma origem para o coronelismo tem por base a imagem do coronel como elemento que dá homogeneidade às relações de poder. A elaboração dessa imagem possui um referencial concreto nas práticas políticas exercidas, sobretudo, durante a Primeira República e no entendimento da história como uma seqüência contínua de fatos.

Nos discursos que abordamos, porém, são conferidas uma legitimidade e uma continuidade à imagem do coronel e ao tema coronelismo, somente possíveis na medida em que este tema é deslocado do âmbito *nacional* para o *regional*.

Assim, percebemos que há uma busca da origem do coronelismo para afirmar que os coronéis sobreviveram à morte deste. Essa busca, concebendo a história como linear e contínua, tem por base o entendimento de que a elaboração da imagem do coronel para tentar dar homogeneidade às relações de poder possui um referencial concreto nas práticas políticas que se estabelecem, sobretudo, na "Primeira República", quando o Brasil era considerado um país essencialmente agrário e o Estado era visto como um Estado Patrimonialista.

Neste capítulo, trabalharemos com o deslocamento do coronelismo de um tema nacional para um tema regional. Consideraremos, nesse sentido, as especificidades apontadas por alguns autores que tratam do coronelismo sob prismas *regionais*, a partir de uma dada espacialidade.

As especificidades do coronelismo, segundo autores como Carone e Pang podem ser vislumbradas de acordo com o desenvolvimento *regional* ou *estadual*.

Esses autores, entre outros, consideram as diferenças e nuances possíveis na caracterização do fenômeno do coronelismo, na Primeira República, a partir de dois blocos distintos: o primeiro bloco seria formado pelos estados "mais adiantados" - que compreenderia Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul -, no qual haveria um maior equilíbrio entre oligarquias e governo estadual, visto que as oligarquias estariam comprometidas com os interesses partidários, e os partidos políticos eram fortalecidos a ponto de submeterem os coronéis aos seus desígnios. Nesses estados, portanto, os Partidos Republicanos serviriam como meios duráveis e maleáveis de mediação nas lutas entre os coronéis, bem como das relações destes com o Estado; já o segundo bloco seria formado pelos "estados mais atrasados", ou economicamente e politicamente mais frágeis, onde as formas de produção menos complexas condicionariam relações políticas mais violentas e conflituosas (como é o caso, por exemplo, dos estados nordestinos onde há uma contraposição à relação "oligarquia x partido", pois o poder se manifesta através da ação de uma oligarquia - quer seja familiar ou identificada com uma pessoa que não governa, mas que a regula)¹.

Nesse sentido, Carone afirma que,

Nos Estados econômica e politicamente mais frágeis, as liberdades são maiores e o individualismo impera mais abertamente. É por isso que os casos de lutas e querelas nestes Estados são mais abundantes. O que não quer dizer que o mesmo não se dê nos primeiros: O que acontece é que as suas lutas passam freqüentemente do plano pessoal ao político e partidário.²

Dos três Estados apontados como os “mais adiantados” na Primeira República, o Rio Grande do Sul é pensado como o Estado onde o poder oligárquico é mais fortemente reforçado pela ideologia do positivismo “que impregnava o partido e a Constituição”.

Pang, seguindo este mesmo raciocínio, afirma que o controle dos coronéis na região Centro Sul era assegurado, sobretudo, pela criação de partidos dominantes e aponta como tipo padrão fixo de coronel para estes estados o “coronel burocrata”³. Segundo o referido autor,

A qualidade de político profissional, o coronel deste tipo girava em torno de uma região chave ou era líder de uma ala do PRP, PRM ou PRR. Sendo um burocrata do partido por excelência, esse coronel servia de cabo eleitoral, obtinha favores oficiais e era até funcionário público (...) era freqüentemente parente de um chefe político⁴.

Evidentemente, para Pang, os coronéis burocratas tinham a sua sobrevivência garantida pelo partido e compunham uma força peculiar de coronelismo tanto em termos de atuação como em termos de organização.

No que se refere aos estados “menos desenvolvidos”, Pang explica que com o advento da República não se desenvolveram partidos organizados

nos estados da “Região Norte” e Centro-Oeste - BA, GO, CE e outros - pela ausência de atividades econômicas dinâmicas capazes de impulsionar o fluxo de capital e de trabalho de uma região para outra. Para ele, no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, prevaleceu uma forma “não institucionalizada” de coronelismo onde nenhum partido surgiu com força dominante.

Andrade, com base na observação de Queiroz de que as transformações do coronelismo sempre se fizeram através de acomodações em que foram incorporando as novidades, reafirma a idéia do desaparecimento progressivo e irregular do coronelismo, de acordo com as regiões, estados e municípios. Neste sentido, ela postula que,

Em 1930 o coronelismo é liquidado como sistema de poder e governo, porém não acaba o poder dos coronéis, nem desaparecem as oligarquias que permaneceram como classes dominantes nas suas áreas de influência. (...) Os coronéis e oligarquias, sobreviventes a extinção do sistema coronelista, têm conseguido se acomodar a estes agentes da decadência [refere-se aos processos de urbanização e industrialização e as conseqüentes polarização do trabalhador rural, a facilidade de acesso aos meios de comunicação e o voto secreto], que minam o seu poder nas próprias áreas de influência, seja no âmbito local, estadual ou regional¹⁵.

Portanto, a presença dos “neo-coronéis” na vida política do país, com a preservação do mandonismo local, é apontada por Andrade como reflexo das relações sócio-econômicas da Região - neste caso ela se refere à Região

Nordeste - onde a estrutura agrária baseada na grande propriedade permanece intocada.

Rejane M. de Vasconcelos Carvalho⁶ faz uma crítica direta às considerações de Andrade. Para ela, no Nordeste, o clientelismo que é refletido nos resultados eleitorais, predominantemente situacionistas, embora sugira a eternização do coronelismo no âmbito regional não é prova decisiva da sua persistência, ainda que sob novas versões.

Carvalho defende que,

Na década de 1970, quando se registra uma nítida ruralização da política de desenvolvimento regional, constatada no crescente número de programas e recursos para o setor agropecuário, mais uma vez a produção acadêmica busca fórmulas para reduzir as mudanças operadas na estrutura rural ao denominador comum do coronelismo (...) Se, por um lado, os recursos de modernização reeditavam esquemas de clientelismo político, por outro lado, o processo de redemocratização oferecia as indicações tomadas como confirmadoras de que o coronelismo no Nordeste não apenas se extinguiu, mas foi revigorado⁷.

Segundo Carvalho, a reformulação do conceito de coronelismo para abranger as “novidades” apresentadas no jogo político, na medida em que é conectada ao clientelismo político para identificar que “substancialmente nada mudou, embora formalmente tudo pareça ter mudado”, legitima a história do Nordeste, especificamente a do sertanejo, como a “saga dos coronéis”, que vencem e subornam todos os projetos de desenvolvimento que formalmente o Estado endereçaria aos trabalhadores ou aos pequenos produtores rurais.

Nesse sentido, a citada autora acrescenta:

Olhar a política regional com as lentes do coronelismo comporta riscos não apenas pelo que não se pode ver através delas, mas pelas imagens distorcidas que elas produzem. Ficam invisíveis ou minimizadas as mobilizações recentes dos trabalhadores rurais no Nordeste, especialmente nas zonas consideradas como bastiões coronelistas, os sertões. Com o conceito de neocoronel, o Estado pode ser pensado como o pólo com quem a relação se estabelece, ficando na penumbra o que ocorre na relação com os trabalhadores rurais que, por definição, não podem ser considerados senão como instrumentos movidos por outras vontades políticas⁸.

Com essa observação Carvalho torna evidente que há uma compatibilidade entre o pressuposto coronelista e o encobrimento dos trabalhadores como sujeitos políticos capazes de se mobilizarem para reivindicar seus direitos em oposição aos donos de terra e ao Estado. Isto porque, de acordo com o pressuposto coronelista, a política passa a ser vista “de cima para baixo”, possibilitando que o encobrimento dos trabalhadores como sujeitos políticos e das relações cotidianas que acontecem numa multiplicidade e velocidade não passíveis de apreensão total, sejam legitimados como naturais, visto que, nessa perspectiva, só vale a concepção hierárquica e institucional da organização da política.

Não obstante, para a mesma autora,

(...) o crescimento do número de conflitos, envolvendo “empresários rurais” e trabalhadores, leva-nos a concluir que não se pode considerar os primeiros como

novos coronéis nem os segundos como seus dóceis rebanhos eleitorais. Se um traço essencial do "coronel" é o controle de votos, como entender os interesses de proprietários em expulsar eleitores de seus domínios?⁹

Por esta citação, percebemos que Carvalho estuda as práticas políticas a partir das relações sociais de produção e dos parâmetros da luta de classes, ou seja, a partir de uma abordagem marxista. Por isso, para ela, a relação entre os "empresários rurais", os ditos coronéis, e os "trabalhadores", são perpassadas também pela mediação do Estado, mas ela defende que

(...) a alternativa de considerar o Estado e seus funcionários como "personagens" importantes do neocoronelismo oferece mais problemas que soluções. Por exemplo, o paternalismo exercido pelo Estado ao vincular-se diretamente às massas é um traço que, de modo mais procedente, poderia ser caracterizado mais como uma expressão do populismo que do "coronelismo". Isso porque o paternalismo se ajustaria melhor às outras dimensões da ação do Estado no campo, assemelháveis ao populismo, e que nas últimas décadas não se restringiram ao Nordeste: extensão às massas rurais de alguns direitos trabalhistas, regulamentação jurídica das relações de trabalho, mesmo as não-capitalistas; ampliação da prestação de serviços sociais e previdenciários, etc.¹⁰

A presentificação de práticas coronelistas "eternas" no jogo da política é apontada por Carvalho como uma questão contraditória e problemática. E, no caso específico do Nordeste, à medida que a positividade da política se localiza no coronelismo é contra ele que,

segundo esta autora, todas as lutas políticas adquirem sentido, pois é o fato dessa “positividade” ter sido tão inegável nas montagens das campanhas políticas que torna necessária a recorrência a velhas ou novas versões do coronelismo, sob um mesmo e eterno código, por parte dos estudiosos desta temática.

Concordamos com Carvalho quando afirma que não foi por acaso que o coronelismo foi deslocado passando de um tema nacional a um tema *regional*, tendo como *locus* onde se desenvolveriam as “tradicionais” práticas coronelistas a “região” Nordeste. Esse deslocamento do conceito de coronelismo para caracterizar a organização da política no âmbito regional, possibilitou, como já afirmamos anteriormente, o estudo de vários tipos de “coronéis” e de “coronelismo” nos “vários Brasis”.

Foi com base na análise de que a estrutura coronelística deve ser investigada de acordo com as peculiaridades regionais ou estaduais que surgiu uma vasta bibliografia a respeito do coronelismo, configurando-o como uma forma particular de poder desenvolvida num determinado estado ou região.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que, apesar da importância que tem sido dada às especificidades histórico-espaciais, há, nesses textos, uma compreensão de que estas especificidades participam de um movimento de legitimação mais geral do coronelismo enquanto prática política desenvolvida no Brasil.

Assim, o coronelismo tem sido mapeado pelos estudiosos do poder, nos estados e regiões brasileiras, como especificidade de uma “história total”. Ou seja, mesmo com as especificidades e divergências verificadas de um espaço para outro, o coronelismo acaba formando um todo coerente e homogêneo que pode ser

caracteristicamente abordado de forma unilinear, à medida que se institui como um sistema político e/ou se eterniza no jogo político como práticas que, contraditoriamente, alteram-se mas são abordadas através de um mesmo enunciado.

Partiremos da idéia defendida por Carone - e reforçada por Pang e Andrade -, de adequar os parâmetros teóricos do coronelismo à análise política das "regiões" ou dos "estados", procurando fazer uma análise das abordagens de alguns estudiosos destes estados ou regiões.

Desde já esclarecemos que o nosso interesse por abordar o uso do conceito de coronelismo nos estudos específicos que trabalham com um determinado estado ou região, é ressaltar como a "História Regional" participa da construção imagético-discursiva do "coronelismo", como ela é produto de certas formas e atividades políticas, às vezes antagônicas, mas que se encontram na reprodução de uma idéia de região que dá estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático, sem questionar o lugar de produção do saber historiográfico.

Como muito bem afirmou Durval Muniz, os historiadores que trabalham com a idéia de "História Regional",

Aceitam participar da divisão entre história nacional (História do Brasil) e história Regional (História do Nordeste), que além de significarem o estabelecimento de lugares hierarquicamente diferenciados no campo historiográfico, conectam-se e reproduzem as relações desiguais de poder entre as diferentes áreas do país; reproduzem uma subordinação no campo acadêmico, que diz da própria subordinação do espaço que reproduzem em nível nacional¹¹.

Objetivamos, assim, verificar como têm sido elaboradas, por esses autores, uma visibilidade e uma dizibilidade do coronelismo nessas espacialidades; bem como, analisar até que ponto as especificidades apontadas em seus estudos têm ajudado a legitimar a reelaboração e o uso do conceito de coronelismo como um fenômeno que se apresentou em toda a história do Brasil, mas que teve como *locus* da sua perpetuação a região Nordeste.

Portanto, abordaremos, agora, o uso do conceito de coronelismo nos estudos de Loiva Otero Félix (1987)- como um exemplo de análise do coronelismo Gaúcho, ou de um “estado mais adiantado” - e nos estudos de Pang (1979), Barreira (1992) e Lewin (1993) - como exemplos de análises dos Estados da Bahia, Ceará e Paraíba, considerados “econômica e politicamente mais atrasados”¹².

3.1. UM EXEMPLO DO CORONELISMO DO SUL: A RELAÇÃO CORONEL/PARTIDO/ESTADO

Félix, ao investigar o coronelismo gaúcho, afirma que o seu estudo vem preencher uma lacuna historiográfica acerca da “estrutura política, econômica e social coronelista” do Rio Grande do Sul. Ela define o coronelismo gaúcho como

Produto da soma de semelhanças e diferenças, isto é, situações que o aproximam dos demais casos de poder local do Estado Brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e formação do Estado sulino. Duas variáveis nos parecem ser determinantes neste conjunto: a tradição militar de fronteira

ligada à atividade pecuária e o componente ideológico do positivismo castilhistaborgista, com tudo que cada uma dessas trazem em decorrência.¹³

De acordo com esse discurso, a instituição do coronelismo esteve presente, durante a Primeira República, tanto no Rio Grande do Sul como nas demais regiões do Brasil. Mas Félix reconhece que é necessário considerar as peculiaridades acima referidas para não incorrermos em generalizações, sobretudo no que diz respeito à caracterização do "coronel burocrata".

A difusão do conceito de "coronel burocrata", defendido por Carone e reforçado por Pang, é entendida por Félix como altamente discutível em seu uso e generalização para todo o estado do Rio Grande do Sul, pois promove uma visão estereotipada e funcional (burocrata) do coronel gaúcho que foi aceita como inquestionável, com base apenas na autoridade intelectual dos primeiros que o difundiram e independente da análise empírica.

Considerando que, durante o Império, o coronelismo gaúcho configurou-se apenas nas regiões de fronteira, possuindo um forte traço caudilhista, embasado na liderança carismática, Félix coloca em suspeição a idéia do coronel burocrata que corresponde, segundo ela, à outra ordenação de poder e de relação social que seria diametralmente oposta por ter como base a dominação de um poder político organizado via partido e Constituição.

Para Loiva Félix, o coronelismo gaúcho no período imperial originou o comportamento político da fase republicana, por isso, ela atenta para as continuidades chamando-as de momentos encadeados.¹⁴ Essas continuidades das práticas coronelistas são definidas

com base numa divisão do Estado do Rio Grande do Sul em: Litoral, Campanha, Zona Colonial e Planalto, incluindo neste as Missões e o Platô Central como uma só área de influência. A escolha dessa divisão, segundo a autora, provém da constatação de que, nos fins do séc. XIX e início do séc. XX, no Rio Grande do Sul, podiam ser visualizadas, com nitidez, quatro áreas “econômico-socio-culturais” com interesses e características políticas próprias.

Portanto, Félix define as relações coronelistas tomando por base a vinculação entre o coronelismo, a posse da terra e a produção desenvolvida em cada área do Estado. No jogo político, de acordo com esse discurso, sempre se sobressaem os coronéis das regiões que estiverem em maior evidência econômica num determinado momento histórico.

Por isso, ela afirma que, se comprovadamente os coronéis do Império eram os coronéis da fronteira, com nítido acento caudilhista, militar e com influência da região do Prata, na Primeira República eram os coronéis da serra que eram cooptados pelo governo para assegurar suporte de legitimidade para o isolacionismo gaúcho. A autora explica esse deslocamento a partir da seguinte tese:

O que ocorreu na transição do século (transição do Império para a República) foi uma alteração do eixo de importância em relação ao poder central do Estado, quando da preeminência do coronel da fronteira, da campanha, típico do século XIX, passou-se para a preeminência do coronel serrano do Planalto, sustentáculo do poder do PRR até a reação de “retomada” que representará a Revolução de 1923.¹⁵

Félix toma como referência o período colonial e

imperial enquanto primeira etapa do processo de origem do coronelismo; considera que houve um período transitório marcado pela Revolução federalista¹⁶ - no qual foi construída a simbiose "Poder de carisma (Castilhos), poder de partido (Partidos Republicanos) e poder de governo (executivo estadual)" -; e analisa a "cooptação política"¹⁷ das bases locais por parte do PRR, concebendo que a terceira etapa própria do desenvolvimento do coronelismo gaúcho se deu no período republicano, quando se configurou a fase castilhistaborgista que, segundo ela, vai de 1895 a 1932. Esse longo período, contudo é apresentado com fases específicas:

a) a fase castilhista marcada pelo carisma de Júlio de Castilhos de 1895-1903; b) fase de ajuste e acerto da máquina partidária à estrutura de poder local (marcada pela morte de Júlio de Castilhos em 1903 e pela cooptação definitiva do coronelismo pelo PRR, tornando-o suporte legitimador na segunda metade da primeira década); c) fase de cristalização ou consolidação do poder, em torno de 1910-1920 quando se consubstanciou um alto grau de adequação do poder local ao poder estadual e uma relativa estabilidade na vida política dos municípios, apesar da morte de Pinheiro Machado em 1915; d) fase de contestação ao borgismo - 1920-1930. Esta fase foi marcada pela crise da pecuária, pelo enfraquecimento da ideologia positivista e pelo aumento da coerção sobre as próprias lideranças coronelistas distritais em substituição das lideranças locais. Nesta fase, as crises acentuaram-se, multiplicaram-se as dissidências e, conseqüentemente, as arbitrariedades coronelistas.¹⁸

Mais uma vez, Félix deixa claro que a legitimação do poder dos coronéis gaúchos passa por reelaborações de acordo com o desenvolvimento econômico do estado; e o partido político, no caso o Partido Republicano Riograndense, embora tenha se tornado uma peça importante do jogo político a partir de 1903, não retira a importância do carisma pessoal dos coronéis, nem tampouco os eleva à condição de "burocratas de partido".

A partir daí, segundo a autora, a legitimação política dos coronéis se deu por meio da vinculação entre poder político e interesses pessoais, visto que os coronéis gaúchos, apesar de serem peças vitais para o funcionamento da engrenagem política, "não eram empregados do governo, com funções públicas rotineiras estipuladas e vínculos impessoais característicos de uma ordem burocrática e racional".¹⁹

Félix ainda aponta o período que vai de 1932 a 1937 como um período de rearticulação coronelista, quando o coronelismo adere ao partido do governo, fazendo concessões - que se traduziram em perdas - na acalentada ilusão de estar conquistando um poder maior.

De acordo com essa formulação, a base do coronelismo se desestrutura durante o Estado Novo, mas, o coronelismo não chegou a extinguir-se, "porque reminiscências surgiram no pós 45, já num quadro sócio-político bem distinto do período anterior".²⁰

Percebemos claramente que, no discurso de Loiva Félix, o coronelismo do Rio Grande do Sul é analisado a partir de uma perspectiva localista, mas não deixa de envolver os aspectos ou elementos presentes nas generalizações que viabilizam a construção do conceito de coronelismo.

É evidente que, na análise dessa autora, o uso do conceito de coronelismo segue a mesma performance

traçada pelos autores que o elaboraram. Desse modo as relações de poder são analisadas como relações estabelecidas apenas entre os coronéis e/ou o partido e o Estado, e não como um constante embate de forças que se atritam e se opõem e/ou como uma rede de táticas e estratégias que não envolve apenas os segmentos sociais considerados dominantes, em sua relação com o Estado.

Como os demais autores analisados, Loiva Félix aborda o jogo político enquanto um jogo de ações unilaterais, não considerando como páreo as forças adversárias que se apresentam, nesse cenário, como hierarquicamente inferiores. Contudo, aponta a importância do aspecto carismático dos coronéis gaúchos, remetendo à relações que não se encontram claramente presentes na sua análise, e acaba deixando transparecer, mais uma vez, que as relações de poder poderiam ganhar uma outra visibilidade e dizibilidade se outros elementos da trama histórica fossem considerados.

Assim, por um lado, Félix considera que durante a Primeira República as relações de poder no Rio Grande do Sul, como nos demais estados brasileiros, foram marcadas pelo fenômeno do coronelismo. Por outro lado, ela aponta a situação específica da "região gaúcha" como uma região de fronteira, onde se desenvolveu com especificidade um caudilhismo e um coronelismo marcados pela ideologia positivista, e que, apesar de terem tido como base de legitimação o PRR, não deixaram, contudo, de se configurar, em última instância, à custa do carisma e do poder individual de Castilhos e/ou de Borges de Medeiros. Nesse sentido, a predominância do partido teria como base a liderança carismática desses coronéis, e o partido só era evocado

como árbitro nas situações de embate para legitimar os interesses dos mesmos.

Com base nessas prerrogativas é que Félix parece refutar o uso do conceito “coronel burocrata” e a própria idéia de Carone de que o coronelismo gaúcho foi marcado sobretudo pela força político-partidária do PRR. Ou seja, se por um lado o PRR possuía o poder de legitimar o “domínio político” dos “coronéis”, por outro lado, essa legitimação não se daria de forma autonomizada, como entende Carone.

Ao que nos parece, as especificidades *regionais* consideradas por Félix apontam as continuidades do coronelismo do Rio Grande do Sul no período pós-1930, e, ao mesmo tempo, demonstram dispersões no coronelismo desse estado em relação ao que foi caracterizado pelos autores que citamos acima. Dessa forma, essas especificidades, ao invés de corroborarem com o “modelo de coronelismo” construído na literatura sobre o poder local, complexificam-no e deixam transparecer suas lacunas.

Sendo assim, podemos afirmar que a generalização e o uso do conceito de coronelismo é uma construção que nos permite entrever a sua dizibilidade como incoerência e dispersão, como construção abstrata e arbitrária que se legitima continuamente a partir da constante reelaboração de determinados enunciados que são tidos como fixos.

Seguiremos o nosso percurso tentando observar, agora, como o conceito “coronelismo” tem sido usado nas abordagens de alguns estudiosos do “poder local” na Bahia, na Paraíba e no Ceará - estados considerados como “mais atrasados”, e como locus de perpetuação das práticas coronelistas.

3.2. O CORONELISMO NOS ESTADOS “MAIS ATRASADOS”: A RELAÇÃO CORONEL/ESTADO SEM INTERMEDIACÃO PARTIDÁRIA

Como vimos acima, a idéia de atraso da economia e da política brasileiras caracterizou a construção do conceito de coronelismo como uma forma anacrônica de se fazer política.

Nos discursos da maioria dos autores que investigamos, percebemos a idéia do “declínio irregular do coronelismo brasileiro”. Segundo esses autores, é sobretudo no Nordeste que as relações coronelísticas se perpetuam como relações políticas violentas e conflituosas ou como a “típica” relação coronelística que se apresenta por toda a história política brasileira.

Portanto, a associação entre o coronelismo e o Nordeste tem como base comum, nesses discursos, a idéia de que o “atraso” nas relações de produção e na economia nordestina, devido à falta de relações de trabalho assalariadas, possibilitou a continuidade do coronelismo, que reflete esse anacronismo na política.

O deslocamento da idéia de coronelismo para enunciar as práticas políticas nordestinas redimensionou a abrangência deste conceito, que passou a ser utilizado para designar a interdependência entre os “políticos nordestinos” e o “Poder Central”.

De acordo com esta compreensão, a figura do “coronel” assume uma positividade, na medida em que este é legitimado culturalmente como “elite dominante” e como “intermediário” entre o povo e o Estado.

Neste sentido, a descrição do atraso, da miséria, do flagelo e da seca no Nordeste, que caracterizaria, de maneira pejorativa, a perpetuação do coronelismo nesta região, começa a servir como a principal arma desta

“área inferior do país” que exige ser recompensada pela atuação do Estado no seu processo de modernização.

Assim, produz-se um saber que valoriza a figura do “coronel” como mentor desta luta, e a continuidade da idéia de subordinação das demais forças sociais ao seu “poder”.

Portanto, a tentativa de dar validade indefinida ao uso do conceito coronelismo também está presente nos estudos que abordam as práticas coronelistas no Nordeste. Na abrangente bibliografia sobre esta temática nos estados nordestinos, privilegiamos três estudos, descritos aqui como “estudos de caso”, que tentam mostrar as especificidades do coronelismo nessa região, mas acabam, como o estudo de Félix, possibilitando que se perceba a complexidade da generalização do uso desse conceito no tempo e no espaço.

Investigaremos como estes autores, na medida em que fazem uso do conceito de coronelismo e da imagem do coronel para caracterizar práticas políticas que se exercem em espacialidades específicas, criam desdobramentos e tipologias diferenciadas para o “coronelismo” e para os “coronéis”.

3.2.1. O CORONELISMO NA BAHIA: DOIS TIPOS DE CORONELISMO E SETE TIPOS DE CORONÉIS

Pang²¹, analisando o coronelismo na Bahia, parte do pressuposto de que o fundamento da política brasileira seria o sistema familiar, e o cerne do coronelismo se relacionaria com os aspectos sócio-políticos do monopólio do poder pelas partes dominantes e auxiliares da sociedade, nos regimes Monárquico e Republicano no Brasil.

Esse autor assegura que, na Bahia, os grupos políticos se perpetuaram de forma fracionada, em decorrência do "subdesenvolvimento econômico relativo do sertão e da região costeira". Com base na idéia dos "*dois Brasis*", de Jacques Lambert²², Pang nos apresenta dois tipos de coronelismo na Bahia e advoga que,

No PRP e no PRM do Sul, por exemplo, havia um relacionamento vertical entre os coronéis, organizado horizontalmente em alianças intermunicipais, num esforço para derrotar um chefe tribal. No Norte, entretanto, os coronéis não só se rebelaram contra o Estado e seus partidos dominantes, tribais, colegiados e personalistas, mas também formaram alianças interestaduais com coronéis da vizinhança.²³

Essas características do "norte" são exemplificadas através da descrição da "formação da política baiana" durante a Primeira República. Nesse sentido, Pang faz um apanhado exaustivo da luta pela legitimação e/ou consolidação do poder por parte dos coronéis da Bahia, a partir de uma divisão política específica desse estado, tomando por base as características geo-econômicas, nas quais a diversidade era apresentada no sentido "litoral (fechado e autocrático) versus sertão (aberto e democrático)".²⁴

Pang afirma, então, que, de acordo com essas características "geo-econômicas" e com base no comportamento político dos coronéis, verifica-se, na Bahia, dois tipos de coronelismo: no Sul há um comportamento vertical entre os coronéis onde a organização horizontal de alianças intermunicipais é predominante; no norte, há a rebeldia dos coronéis contra o Estado e seus partidos dominantes e a formação

de alianças interestaduais com os coronéis da vizinhança. A base do coronelismo do Norte estaria nas qualidades e características individuais dos coronéis, enquanto que no Sul pesava, sobretudo, o status e a estrutura partidária estadual.

Por fim, considerando que nem todos os coronéis brasileiros se adequariam num só molde de coronel-fazendeiro e que a ascensão de um coronel dependia de muitos fatores externos característicos de sua profissão, domínio e recursos pessoais, o referido autor faz uma tipologia dos coronéis definindo sete tipos, que se agrupam em duas categorias mais amplas: ocupacional (proprietário de terras, comerciante, industrial e padre) e funcional (guerreiro, burocrata e chefe do curral-distrito).²⁵

Pang descreve os coronéis do recôncavo baiano e da região do cacau como “tradicionalmente menos difíceis de controlar politicamente” do que os de Lavras e do Vale do São Francisco. E justifica essa diferença com base no fato de que as duas regiões litorâneas dependiam da capital para sua economia de exportação, enquanto que em Lavras e no vale do São Francisco era diferente:

Depois de 1889, nenhum governador conseguiu controlar essas regiões; as lutas internas entre os coronéis tinham por efeito remodelar o status de poder dos principais clãs e famílias em nível local (...). O poder de cada um desses clãs coronelistas era por sua vez reforçado por laços familiares e de negócios com membros da elite política do sertão e de outros estados; deste modo, estabeleciam-se como dominadores de “estados dentro de um estado”, na Primeira República.²⁶

Portanto, na Bahia, na primeira década da

Primeira República, a “regionalização das oligarquias familiocráticas e tribais”, de acordo com os referidos limites geo-econômicos, demonstra, segundo Pang, uma demarcação de áreas de influências por parte dos “clãs políticos dominantes” que denuncia a ausência de uma “governança partidária” organizada.

Com base nessas prerrogativas, o referido autor define uma primeira etapa do coronelismo na Bahia, durante a primeira República, no período de 1889 a 1910, quando, segundo ele, o poder era dominado pelas “oligarquias rurais”, que são associadas à idéia de Clã, já referida por Carone anteriormente. Num segundo momento, de 1911 a 1919, J. J. Seabra (líder político baiano) consolida o poder do PRD dificultando o monopólio político dos “coronéis do interior”.²⁷

Mas no governo de Antônio Moniz (1916-1920), com as chamadas “revoltas do sertão”, os coronéis da oposição voltaram à uma disputa acirrada pelo “domínio do poder” que, segundo Pang, redundou na possibilidade de um acesso direto entre o presidente da República e os coronéis, por meio da intervenção federal efetivada pelo Presidente Epitácio Pessoa²⁸ nas eleições de 1920, a fim de “manter a ordem e a tranqüilidade na Bahia”.

Diante desse novo quadro, Pang afirma que a partir de 1920, na Bahia, o presidente substituiu o governador como árbitro da política local e regional e, também, como legítimo intérprete da vontade política do Estado:

A centralização política diminuiu consideravelmente o federalismo administrativo do governo estadual, à medida que as oligarquias familiocráticas obtinham acesso direto ao presidente e eram reconhecidas como as legítimas elites locais. Além disso, pela primeira vez na história da Bahia, o governador

federal sancionou o poder pela violência. Isso coagiu ainda mais o governo do estado a aceitar a independência dos estados coronelistas do sertão como instituições rivais em poder e autoridade. Curiosamente a Bahia ficou fragmentada em diversos estados dentro de um estado, um tipo de federalismo que a Constituição de 1891 não imaginara.²⁹

Como vemos, Pang acredita que na Bahia havia, durante a Primeira República, uma rede estadual de clientela política ou uma "oligarquia familiocrática" e, paradoxalmente, que as oligarquias baianas eram "tribais" e "personalistas", só conseguindo se transformar numa forma primitiva de partido, ocasionalmente. Por isso, ele defende, implicitamente, a idéia de que os coronéis são verdadeiras instituições que são movidas e legitimadas não apenas pela "alta" posição que ocupam economicamente, mas, sobretudo, pela capacidade de liderança e/ou pelo carisma.

Mesmo com a fundação do Partido Republicano da Bahia³⁰, em 1927, quando se iniciou na política baiana uma terceira fase de sistema unipartidário, os grupos tribais, de acordo com Pang, permanecem intactos e vagamente unidos em um partido. A falta de uma oligarquia familiocrática a nível estadual na Bahia se dá, no entender desse autor, devido a diversificação da economia, o isolamento das esparsas atividades econômicas e as dificuldades de comunicação e de transportes. Em outras palavras, devido ao atraso do estado.

Pang compreende, então, que a força política dos "coronéis" da Bahia se fez sentir, durante a Primeira República, muito mais claramente do que as forças partidárias. Um exemplo de rebeldia e força coronelista

apontado no discurso desse autor é o coronel Horácio de Matos, em Lavras Diamantinas, que chegou, em um confronto aberto (de dez/1924 a fev/1925), a enfrentar com sucesso o governo de Góis Calmon para permanecer no Senado Estadual e na Delegacia Regional - cargos dos quais Horácio tinha sido afastado pelo referido governador.

Só com a “Revolução de outubro de 1930” e o assassinato do coronel Horácio de Matos (em maio de 1931) é que Pang localiza o capítulo final da supremacia coronelista na política baiana. Contudo, ele defende que se o apogeu dessa “Era” morreu com Horácio de Matos, isto não significou o fim do coronelismo, pois “o sistema de clientela continuou com clientes antigos e novos patrões”.³¹

Portanto, de acordo com Pang, “a revolução não derrotou os coronéis: os coronéis venceram”:

O significado da Revolução de 1930 não é tanto seu impacto no declínio, ou mesmo na destruição do coronelismo, mas seu papel de transformar o coronelismo oligárquico e integrá-lo na política nacional. O primeiro passo em direção a uma modernização política foi dado quando Vargas começou a estruturar a verdadeira integração nacional de diversas forças políticas e sociais que em certa época haviam permanecido na periferia da Primeira República. O coronel, anteriormente altamente personalista, tornou-se um membro do partido disciplinado, senão submisso.³²

Apesar de reconhecer que houve mudanças econômicas e políticas na Bahia, sobretudo na década de 1930, Pang, como vimos, opina que o coronelismo não entra em decadência, nem tampouco enfrenta rupturas

diante da nova composição de forças que se institui.

Para ele, o coronelismo passa apenas por certos arranjos e por uma reorganização estratégica que, embora tenha nos partidos políticos um elo de legitimidade mais consistente, e no desenvolvimento da indústria e na urbanização uma possibilidade de rompimento com as relações sociais anteriores, assegura a permanência dos coronéis no “domínio” do poder local e a sua integração na política nacional.

Evidentemente, esse discurso é viabilizado porque ele encara a “modificação do coronelismo” na década de 1930, mais especificamente depois de 1945, a partir de uma reorganização do coronelismo para se acomodar às mudanças políticas e às mudanças econômicas.

Há, no discurso de Pang, como pudemos observar, um desdobramento do conceito de coronelismo e do próprio conceito de coronel, os quais vão assumindo novas e diversas conotações. De um coronelismo que se pretende caracterizador do poder local, de maneira homogênea e unilinear, abre-se a partir desses desdobramentos a visibilidade de vários coronelismos e de vários tipos de coronéis.³³ Por outro lado, fica claro que tais desdobramentos só se tornam possíveis à medida que situações novas, diversificadas e/ou plurais, são abordadas a partir de um mesmo conceito.

Só assim se torna viável a definição do poder como apropriação dos coronéis, os únicos capazes de legitimar o domínio político do Estado. E a história política da Bahia, por sua vez, apresenta-se de uma forma dicotômica sendo que, de um lado se encontram os coronéis (alguns mais passíveis de cooptação do que outros, de acordo com as relações de produção e as relações com o Estado), e de outro se encontra o Estado, não havendo espaço para a emergência de outras correlações de forças no jogo político.

3.2.2. O CORONELISMO NO CEARÁ: VIOLÊNCIA E PERSUASÃO

No que diz respeito aos estudos acerca do “coronelismo” e/ou do “poder local” no Ceará, o estudo de Barreira³⁴, refuta o viés predominante nos estudos sobre o sertão nordestino que destacam nos movimentos sociais o caráter de movimentos messiânicos ou de banditismo.³⁵

Neste sentido, Barreira afirma que,

(...) a realidade política do Sertão tende a impedir a participação política dos camponeses (...). No Brasil, nos momentos de ruptura ou nos grandes marcos políticos, as alianças foram entre o Estado, que se consolidava, e os grandes proprietários de terra; ou entre uma burguesia urbano-industrial emergente e a burguesia agrária que, mesmo perdendo espaços permanecia no cenário político nacional (...).³⁶

Mais uma vez as práticas coronelísticas são delineadas como práticas políticas que excluem o campesinato como sujeito político, e a “política de dominação tradicional no sertão” se legitima à medida que os proprietários rurais são considerados como “o único elo de ligação entre os camponeses e o “mundo político”, entre os camponeses e o “mundo econômico” ou entre os camponeses e o “mundo das leis (...)”,³⁷ tendo em vista que,

A dependência dos camponeses em relação aos senhores de terra não só decorre da natureza das relações de produção predominantes no sertão mas, também, das funções que são outorgadas pelo Estado a esses senhores.³⁸

Barreira, no entanto, defende que os “coronéis” sustentaram a “dominação tradicional” a partir da convivência dos camponeses como base de legitimação, não apenas através de instrumentos de força ou da violência, mas também pela aceitação e pelo reconhecimento; o que teria sido conseguido estrategicamente pelos coronéis através da “ideologia da lealdade e do compromisso moral”.

Não obstante, apesar de reconhecer que havia uma ideologia da lealdade e do compromisso moral que era internalizada pelos camponeses, Barreira afirma que o domínio político dos coronéis tinha como base, sobretudo, as relações desses com o Estado. A legitimidade do Estado, por sua vez, de acordo com esse autor, era concedida pelos coronéis que sempre conseguiam cooptar os camponeses, seja pela persuasão, seja pela força.

A relação entre proprietário de terra e eleições nos sertões do Ceará, segundo o autor, está fortemente ligada ao desenvolvimento das relações de produção. Ele define três fases pelas quais essas relações têm passado:

A primeira fase, que se estenderia até 1933, seria marcada pelas eleições fraudulentas decididas a “bico de pena” e com o uso da violência.

A segunda fase, a partir de 1945, seria caracterizada pelo valor que o voto passou a ter quando as funções eleitorais do proprietário de terra passaram a ser associadas à compra de votos (dando-se o rompimento com a dominação pessoal, a lealdade e o favor) e novos personagens, como, por exemplo, os cabos eleitorais, entraram na cena política.

A terceira fase dar-se-ia a partir dos anos 1960, devido às mudanças nas relações de trabalho no sertão, à expulsão dos moradores do interior das propriedades, à concomitante troca da cultura de algodão pela

pecuarização e os conflitos isolados entre os proprietários e os camponeses em decorrência das expulsões e da quebra dos antigos laços de parceria entre eles.³⁹

Essa terceira fase, iniciada nos anos 1960, e que está relacionada à perda da clientela eleitoral por parte dos coronéis, em decorrência das rupturas na relação de dependência pessoal combinadas com as lutas pelos direitos, possibilita, segundo Barreira, que antigas práticas surjam com novas roupagens. Um exemplo disso é o uso corriqueiro de pistoleiros profissionais - normalmente um ex-jagunço que além da proteção que recebe, exige, também, uma "boa recompensa" para preservar o poder dos antigos chefes políticos do sertão:

O sertão passa por um momento de confronto entre duas ordens. Neste sentido, percebe-se a convivência de "novos elementos" com elementos da "antiga ordem". O "novo" está sendo construído ao lado do "velho" que se adapta e se recompõe numa nova conjuntura (...) os proprietários armam suas estratégias através de formas violentas e institucionalizadas (...) e buscam o fortalecimento através das associações de classe como a APRUCE, representante da UDR no Estado. (...) Isto leva a duas atitudes: uma é o uso indiscriminado da violência, a outra é a mudança no discurso. Os proprietários passam a ter que conviver com os camponeses que exigem novos direitos de cidadania. Ao mesmo tempo, os proprietários, passam a ter que dialogar com novos mediadores nos conflitos sociais. Neste contexto eles não se apresentam como "antigos coronéis" avessos às mudanças, mas sim como "novos empresários" que buscam

conviver com o “moderno”.⁴⁰

Nas eleições de 1982, por exemplo, Barreira aponta as estratégias dos “coronéis cearenses” na luta pelo domínio do poder, por meio de um “acordo dos coronéis”, no qual os postos disputados na eleição foram divididos e as “forças conservadoras foram vitoriosas”. Nesse sentido, ele cita um trecho do Jornal do Brasil do dia 06-10-1986 para afirmar que

Ao longo dos últimos 58 anos, a mais expressiva liderança do Ceará, o coronel da reserva senador Virgílio Távora, está convicta de que, apesar de todo o alvoroço com o rompimento entre o governador Gonzaga Mota e os três coronéis do Estado e com a eleição da petista Maria Luíza Fontenelle para a prefeitura da capital, o Estado ainda não gerou um líder capaz de acabar com o reinado do coronelismo.⁴¹

No entanto, Barreira esclarece que esta afirmação foi negada, em parte, nas eleições de 15 de Novembro de 1986. Ele aponta o confronto entre o empresário Tasso Jereissati (na época candidato ao governo do estado pelo PMDB) e o “coronel” Aداuto Bezerra (que acabou sendo derrotado pelo primeiro, juntamente com o seu correligionário e candidato a Senador, o “coronel” César Cals), como um golpe parcial nos coronéis.⁴²

Barreira analisa a questão do poder local no Ceará através dos enfrentamentos classistas, ou seja, numa perspectiva marxista. Reconhece as alterações das relações de trabalho e as transformações que se apresentam na cena política em decorrência destas (as mudanças conjunturais expressas nas lutas dos camponeses pelos seus direitos e na sua presença no cenário político, bem como a compra de votos e a presença dos cabos eleitorais). No entanto, aponta o uso

indiscriminado da violência através da utilização de pistoleiros, a “modernização” por parte dos “coronéis” que se tornam “empresários”, a institucionalização dos conflitos entre estes e os camponeses, como “novas roupagens de velhos costumes”.

Ao que parece, também para Barreira, o “reinado dos coronéis”, no Ceará, mesmo se encontrando bastante comprometido pelas novas forças políticas e pelos novos enfrentamentos, ainda não entrou em franca decadência, apesar de todas as mudanças que ele próprio relatou acima.

3.2.3. O CORONELISMO NA PARAÍBA: UM EXEMPLO DA PERPETUAÇÃO DA FORÇA DO PARENTESCO NA POLÍTICA NACIONAL

Na literatura acadêmica especializada sobre a Paraíba, Lewin⁴³ se destaca entre os autores que fazem uso do conceito de coronelismo para caracterizar o “domínio do poder local”.

A exemplo de Carone, esta autora defende que a oligarquia surgiu no Segundo Império, como consequência do casamento entre um sistema eleitoral nacional e os “clãs parentais” (clãs familiares extensos). Assim, a manifestação local do coronelismo distribuiu-se universalmente por todo o país, tendo os chefes de partidos locais - freqüentemente um coronel da Guarda Nacional - como intermediários entre os interesses das famílias de elite e o governo central.

O que desde a colonização conferia o direito ao domínio local era, de acordo com esta compreensão, a posse da terra, combinada com uma linhagem de prestígio. Ou seja, o padrão de propriedade da terra era

refletido na organização política local das oligarquias, que tinha por base o sistema de parentelas.⁴⁴

Lewin desenvolve um “estudo de caso” no estado da Paraíba em uma perspectiva antropológica, com a intenção de

Fazer uma contribuição à literatura acadêmica através do esboço, com referência à Paraíba, de como a força do parentesco na política brasileira passou por uma transformação complexa e, em vez de evidenciar um declínio linear abrupto e rápido, sobreviveu até bem avançado o presente século.⁴⁵

Ela tenta, pois, configurar a Paraíba no espaço nacional através da relação histórica entre parentesco e organização política, segundo ela, implícita nas unidades de afiliação faccional características da República Velha. Neste sentido, afirma que:

Embora a literatura acadêmica sobre parentesco e política deixe muitas questões sem resposta, o modelo de organização da Paraíba parece ter sido típico do nordeste brasileiro e similar ao da maioria dos outros estados mais subdesenvolvidos. Suas estruturas sociais eram altamente estratificadas ao longo de linhas verticais, e não de linhas horizontais como as que caracterizam as classes. (...) a simplicidade dos arranjos econômicos e a rigidez da estrutura social, somando-se à força dos grupos de base familiar já instalados respondiam pelo lento surgimento de grupos formalmente organizados. Além disso, a cultura política impedia o aparecimento de outros grupos funcionalmente específicos porque reforçava os laços corporativos da família, do clientelismo,

da Igreja e dos militares.⁴⁶

Lewin considera que em todo o Brasil se desenvolveram oligarquias de base familiar, reforçando, por exemplo, as já referidas posições de Carone e Pang, e apresenta a Paraíba como um estado entre os estados menos poderosos, dependentes primordialmente dos vínculos familiares em sua organização política, econômica e sócio-cultural:

Ceará, Amazonas, Alagoas e Paraíba ilustram melhor esta oligarquia de base familiar. Outro grupo, no qual os exemplos mais importantes foram Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e, com reservas, Minas Gerais, pode ser caracterizado como de oligarquias personalísticas, embora os laços pessoais se relacionassem intimamente com vínculos de parentesco. São Paulo foi diferente, em virtude do surgimento neste estado de uma organização partidária verdadeira - ainda que imatura. Finalmente, o Rio Grande do Sul foi um caso singular, pelo impressionante grau de burocratização em sua estrutura organizacional.⁴⁷

Não obstante dessas diferenças, já apontadas por Carone, Lewin acredita que as oligarquias estaduais que governaram o Brasil entre 1889 e 1930 foram mais similares do que diferentes, pois,

O coronelismo, o mínimo dominador comum da oligarquia, distribuía-se por toda a nação como um sistema de domínio de chefes locais. Até 1930, o sistema político nacional, conseqüentemente, assentou em meios políticos costumeiramente violentos, fraudulentos e nepotistas. O coronelismo apresentava mais semelhanças do que diferenças

através do país. Acima de tudo, todavia, ele associava, ao nível local, o poder familiar e o poder político, e perpetuava a força do parentesco na política nacional, definindo as divisões verticais em que cada partido oligárquico se baseava.⁴⁸

Desse modo, a autora, através de uma interpretação faccional da política oligárquica, objetiva expor a dependência crucial das práticas coronelistas em relação ao "clientelismo" e à "patronagem", reconhecendo que, na Paraíba, a política tinha que ser analisada para além dos limites definidos pelas instituições formais de poder e que, particularmente nesse estado, as facções operavam à portas fechadas, importando, então, o exame das próprias facções.

Lewin trabalha com a idéia de contraste ou oposição política apenas nos grupos familiares que exerciam o domínio da política. No caso, por exemplo, da decantada presença de um contraste entre os "doutores" - médicos, advogados, engenheiros ou agrônomos - e os coronéis - supostamente mais rústicos e sobretudo mais violentos -, ela afirma que, mais do que na educação superior dos primeiros, a distinção se dá pelo fato desses terem vivido e trabalhado num ambiente urbano lado a lado com os homens de negócios do setor exportador.

Em todo caso, ela defende que, na Paraíba, esta dicotomia entre doutores e coronéis, tão familiar aos historiadores da República Velha, talvez se aplique melhor às décadas anteriores a 1910, pois, particularmente sob a liderança de Epitácio Pessoa, os coronéis na Assembléia tiveram fortes ligações com o comércio e, nos anos 1920, os deputados estaduais espelharam uma variação mais ampla de especializações ocupacionais e econômicas.

Quanto aos contrastes no estilo e organização oligárquicos entre as coalizões faccionais em competição na Paraíba, nas duas primeiras décadas da República Velha, estes não fundamentam, segundo Lewin, uma dispersão de interesses, pois existiria uma "identidade fundamental" nos objetivos políticos das oligarquias, fossem elas dominantes ou de oposição, que seria a manutenção do monopólio dos cargos políticos no Estado e a captura do controle da máquina eleitoral que lhes viria a conferir tal monopólio.

Lewin assevera, ainda, que, em 1912, a Paraíba estava marcada por tendências conflitantes, sobretudo no que diz respeito à autonomia local de fato e aos esforços centralizadores dos governos estadual e federal. Mas, Epitácio Pessoa soube lidar com estas tensões de maneira estratégica, não dispensando a patronagem aos chefes locais - canalizada sobretudo através do Instituto Federal de Obras Contra a Seca (IFOCs) - e favorecendo com isso uma centralização gradual, visto que a natureza corporativa do Estado legitimava a florescente patronagem decorrente da expansão do serviço público.

No entanto, de acordo com Lewin, as estratégias de Epitácio Pessoa não conseguiram vencer as controvérsias⁴⁹ que se apresentaram na década de 1920, pois, à medida que os acontecimentos nacionais adquiriram maior significação, uma maior politização foi se instituindo na Paraíba e os interesses dos grupos de base familiar dominantes foram se tornando mais complexos. A partir da década de 1920,

O crescimento econômico e os interesses geoeconômicos divergentes ocasionaram rachaduras no conjunto dos valores, estilos e costumes, historicamente derivados de uma cultura rural, até então amplamente compartilhados pelas elites.

A urbanização alterou as modas do discurso e as identidades das elites durante a década de 1920, reforçando freqüentemente percepções dos interesses geoeconômicos diferenciados entre o litoral e o interior.⁵⁰

Nesse contexto, João Pessoa é apontado por Lewin como um governador que catalisou o conflito implícito no rápido desenvolvimento sócio-econômico, convertendo em questões políticas as relações quase patrimoniais admitidas até então.

Mas, embora Lewin entenda que João Pessoa mobilizou uma base “multiclassista” contra o “retrógrado setor da burguesia agrária”, ela defende que ele (João Pessoa) representou não apenas os coronéis fisiocratas, mas também um setor diverso, o dos profissionais urbanos e dos funcionários públicos da classe média.

Quanto à idéia da relação entre a crise das oligarquias e a “Revolução de 1930”, Lewin afirma que se faltou, até então, um Estado centralizado no Brasil, a centralização imposta por Vargas, depois de 1930, valeu-se das iniciativas governamentais dos anos 1920. Essas iniciativas teriam ampliado a esfera estatal e apressado significativamente o declínio dos grupos e redes de base familiar em que se assentava a oligarquia na Paraíba.

Esta autora também defende a tese de que o centralismo iniciado por Vargas em 1930 e a suspensão da política eleitoral entre 1937-1945 acabaram “roubando” do coronelismo a sua razão de ser no sistema político nacional. Mas, para não fugir à regra da literatura acadêmica especializada, ela afirma:

O poder de base familiar em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobrevive a nível local na Paraíba e no Nordeste do Brasil. Esta não é uma relação

surpreendente, se considerarmos a sobrevivência paralela dos latifúndios, das relações de exploração do trabalho nas zonas rurais, da pobreza, do analfabetismo e da doença em muitas partes dos estados nordestinos. Embora numa escala bastante reduzida também sobrevive um dos traços distintivos do coronelismo, as lutas familiares, relembrando aos estudiosos do comportamento político e social que ainda é possível estudar a política de família onde o meio que historicamente lhe deu condições de existência tenha permanecido em grande parte inalterado.⁵¹

Por fim, de acordo com Lewin, configurou-se, a partir da década de 1930, uma presença mais ativa do Estado na economia política brasileira e uma tendência à uma decadência nas relações coronelistas. Essa autora compreende que, assim como na passagem do Império para a República, as lutas familiares, traço distintivo do coronelismo, sobreviveram ao declínio da “ordem patriarcal brasileira”.

A sobrevivência das lutas familiares ocorreu, segundo Lewin, devido à falta de uma mudança sócio-econômica radical que possibilitasse um realinhamento das afiliações grupais de acordo com novos interesses. Portanto, ela defende que, na década de 1930, as mudanças implementadas por Vargas não eliminaram totalmente as características patrimonialistas do Estado brasileiro.

Nesse sentido, a autora assegura que a política paraibana, sobretudo após a década de 1920, passou por adaptações, e não por transformações radicais. Assim as mudanças ocorreram apenas no âmbito da passagem da dependência com relação ao parentesco para uma

maior dependência com relação à amizade política. Portanto, o declínio dos grupos de família de elite não implicou, segundo Lewin, uma queda do poder de base familiar.

Ela justifica sua tese a partir da concepção de que se configura uma falta de nitidez na distinção entre classe e parentesco na Paraíba e no Brasil devido à sobrevivência paralela dos latifúndios, das relações de exploração do trabalho nas zonas rurais, da pobreza, do analfabetismo e da doença.

Evidentemente, Lewin também aborda as práticas coronelistas como práticas que se configuram a partir do atraso tecnológico, econômico e social que se verifica no nordeste brasileiro; concluindo que uma das chaves mais fascinantes para decifrar a história rural da nação, particularmente ao nível regional, é exatamente a parentela de elite no Brasil com sua política de família.

Portanto, podemos afirmar que Lewin, ao mesmo tempo em que defende o coronelismo como um sistema político nacional, analisa a oligarquia como política de facção, de dominação de chefes locais. Para ela, a competição entre os grupos de base familiar, durante a Primeira República, dava-se no sentido do domínio e da direção da economia política, e não propriamente das atividades básicas empreendidas por estes grupos.

A idéia de perpetuação das práticas coronelistas no Nordeste também se faz sentir no discurso dessa autora, quando ela afirma a perpetuação da força do parentesco na política paraibana.

Lewin, assim como os demais autores que analisam as práticas coronelistas, privilegia elementos específicos na investigação que desenvolve, não apenas no que diz respeito à definição do conceito de coronelismo, como também no que concerne ao seu uso. A exemplo

de Queiroz, ela seleciona como elemento central da sua abordagem as questões ligadas ao parentesco e aos grupos familiares, priorizando as relações de parentela e as relações entre estas e o Estado, como eixo central de sua análise.

Barreira, por sua vez, seguindo uma linha marxista e pensando o estado do Ceará em sua inserção na divisão social do trabalho, prioriza em sua abordagem as relações sociais e o embate entre as "classes sociais" em confronto.

Portanto, embora o coronelismo e os coronéis sejam caracterizados de maneira diferenciada eles são considerados por esses autores como elementos de um mesmo "sistema político". Isso é perceptível, inclusive, nas análises desenvolvidas por distintos autores acerca do poder local em um mesmo estado.

Diante do exposto, questionamos, mais uma vez, se a perenidade do coronelismo e do coronel não se daria muito mais nessas imagens e nesses textos do que nas práticas políticas concretas?

Notadamente, o conceito de coronelismo, assim como a imagem do coronel, foi elaborado intencionalmente com o objetivo de criar certa dizibilidade para as relações de poder que se exerceram no Brasil, ao longo de sua história. Essa dizibilidade, por sua vez, possui suas implicações, pois possibilita que as relações de poder sejam ditas e vistas de uma determinada forma e não de outras. Por isso, os discursos dos autores que se apropriam desse conceito e dessa imagem, para analisar as relações de poder e/ou abordar a política, acabam se tornando semelhantes, mesmo quando eles assumem posições teóricas e metodológicas diversas, ou mesmo opostas.

Ficou evidente, até agora, que o conceito de

“coronelismo” foi criado pelos teóricos que analisamos acima com o objetivo de caracterizar e legitimar as relações de dominação que haviam se estabelecido na chamada “Primeira República” e ameaçaram serem rompidas depois das tensões políticas, econômicas e sócio-culturais que explodiram em 1930.

Os autores que trabalham com o referido conceito a nível local, reproduzem-no, objetivando-o, ou naturalizando a sua existência. Para tanto, tentam inseri-lo em suas análises a fim de demonstrar como o conceito pode ser válido em situações “concretas” e de forma indefinida ao nível de temporalidade. Como vimos, cada discurso “regional” que faz uso do conceito de coronelismo, acaba diagnosticando causas e soluções para as distâncias encontradas no interior de cada área específica de sua abrangência e entre estas e as diferentes áreas do país.

No interesse de compreender as distâncias, as diferenças que bloqueiam a síntese nacional e impedem uma superação do “coronelismo”, os analistas políticos vêem nos “estados econômica e politicamente mais adiantados”, um regionalismo de superioridade que simboliza a modernidade e a civilização. Estes analistas trazem à luz, para materializar e definir “os estados mais atrasados, elementos como o cangaço, o messianismo e o coronelismo.”⁵²

São estes temas e as figuras a eles correlatas que passam a preencher a imagem da região, e se configuram como relíquias em vias de extinção diante do progresso, e/ou entrave para a modernidade.

Quer tenha sido usado como relíquia que entrava, ou como arcaísmo que se moderniza, o conceito de coronelismo impõe-se como “verdade” pela repetição das imagens e práticas que ele agencia nos mais diversos

discursos e/ou paradigmas teóricos.

Contudo, na medida em que eles tentam analisar um espaço específico, onde as relações são mais particulares e é possível se trabalhar para além de um nível de abstração conceitual, com relações que se exerceram quotidianamente, e extrapolam o uso de conceito para além da "Primeira República", a homogeneidade - que para esse período, considerado por todos eles como o período de consolidação e institucionalização do coronelismo, já é complicada -, racha-se e o discurso se complexifica.

Assim, torna-se necessário que sejam construídas várias tipologias que dêem conta, não apenas de um lugar para o coronelismo, mas também, de uma *identidade* para os coronéis. E é a partir desses desdobramentos de tipologias e imagens que o conceito é positivado e funciona como referente nas práticas políticas, e artístico-culturais.

NOTAS:

¹ Cf. Edgard Carone. op. cit. 1978, p. 260, 267, 270 e 277.

² Idem. p. 260.

³ Faoro também afirma, quando trata do coronelismo, que no Rio Grande do Sul, por exemplo, o modelo Borges de Medeiros transformou o coronel num coronel burocrata, cujo padrão seria o da brigada militar. Cf. Raymundo Faoro. op. cit. 1979, p. 638.

⁴ Eul-Soo Pang. op. cit. 1979, p. 59.

⁵ Maria Antonia Alonso de Andrade. op. cit. 1988, p. 7 e 9.

⁶ Rejane M. Vasconcelos de Carvalho. *Coronelismo e Neocoronelismo: eternização do quadro político do Nordeste*. In: Relações de Trabalho, Relações de Poder. SIQUEIRA, Deis E. (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

⁷ Idem. p. 115.

⁸ Idem. Ibidem. p. 125.

⁹ Rejane M. Vasconcelos de Carvalho. Op. Cit., 1997, p. 123.

¹⁰ Idem. p. 123.

¹¹ Durval Muniz de Albuquerque Jr.. op. cit. 1999, p. 29-30.

¹² Os estudos sobre o coronelismo em espacialidades específicas (estudos de caso), são inúmeros e não seria possível demonstrar as suas nuances e diversidades discursivas neste trabalho, por isso resolvemos priorizar estes estudos que analisaremos a seguir, mas queremos registrar aqui que há, neste sentido uma produção que não se esgota nos textos com os quais estamos trabalhando. Exemplo disso são os vários estudos que têm sido elaborados no estado de Goiás, entre os quais gostaríamos de destacar: CAMPOS, Francisco Itami "*O coronelismo em Goiás*". Goiânia: Ed. UFG, 1983, que questiona a tese dos coronelismos, quando se estipulam tipos para regiões atrasadas e desenvolvidas, e que tem sido considerado bibliografia obrigatória pelos demais estudiosos do assunto naquele estado; PALACÍN, Luís. "*Coronelismo no extremo norte de goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*". Goiânia: Ed. UFG, São Paulo: Edições Loyola, 1990. Chaul, Nasr Fayad (coord.) "*Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*". Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998. Este último, é uma coletânea de três teses de Mestrado defendidas no Mestrado em História das Sociedades Agrárias da UFG: FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. "*O coronelismo em Goiás (1889-1930): As construções feitas do fenômeno pela história e literatura*"; FONSECA, Maria Lúcia. "*Coronelismo e cotidiano: Morrinhos (1889-1930)*"; e, RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. "*Memória, família e poder: história de uma permanência política - os Caiado em Goiás*". Estes estudos entre outros realizados em Goiás e em vários estados brasileiros, abordam, o coronelismo das mais diversas formas e com várias nuances interpretativas, mas, quase sempre, com o mesmo tom analítico moldado nos estudos que estamos abordando neste trabalho, ou seja, refletindo as teorias e argumentos que dominaram a construção do conceito de coronelismo e da imagem do coronel, mas complexificando esse conceito e essa imagem cada vez mais.

¹³ Loiva Félix. op. cit. 1987, p. 11.

¹⁴ A citada autora refere-se a esses momentos "encadeados" de continuidades do coronelismo da seguinte forma: "1º.) uma etapa, que já abordamos, identificada com o ciclo pastoril militar, que permitiu a emergência de líderes políticos militares com uma soma relativamente ampla de poderes em face das vicissitudes da história regional; 2º.) com a estabilização dessa sociedade, em face das definições de limites e da estabilização sócio-econômica, tendeu a ocorrer com a sedentarização nas estâncias de criação de gado, uma alteração no conteúdo do papel social integrador desempenhado pelo fazendeiro,

que passou gradativamente a assumir papéis de chefia civil, respaldados por títulos concedidos pela Guarda Nacional. Ocorreu o reconhecimento social da figura do coronel; 3º.) O coronel passou não só a ser um elemento significativo na trama das relações sociais e de dominação no seu núcleo básico - a estância -, envolvendo a parentela, peões, agregados e dependentes, mas também a fazer-se presente na identificação de seus interesses de classe, através da oligarquia estancieira da qual fazia parte, e a envolver-se no jogo político da província e da nação, resguardando seus interesses econômicos e seu prestígio político; 4º.) a relação coronel/Estado foi se desenvolvendo basicamente num tolerar mútuo de interferências de esferas de poder, à medida que o coronel oferece a garantia dos votos de que o governo precisa, em troca de uma ampla autonomia como potentado local *coronel ou notável*; 5º.) Este tipo de desenvolvimento de relações locais de tipo coronelista, com forte acento caudilhista, embora em geral tomado como um todo, para o R. S. do séc. XIX só encontrava correspondência nas relações desenvolvidas nas zonas da fronteira (...). Cf. Loiva Félix. op. cit. 1982, p. 42.

¹⁵ Idem. p. 49.

¹⁶ Segundo Loiva Félix: "A Revolução federalista foi resultante do encaminhamento do republicanismo no Rio Grande do Sul (...). [E]o cerne do movimento federalista de 1893 foi uma reação dos coronéis, representantes do mando local (municipal e distrital) contra a férrea ação de Castilhos, embora, obviamente, envolvesse também coronéis castilhistas (...) No entanto, a luta terminou por consolidar a minoria liderada por Castilhos. (...) A subida do grupo republicano ao poder (contrário a qualquer tipo de privilégio) determinou a execução do projeto político que consistia em ferir pontos-chaves do *pacto imperial* (que privilegiava os estancieiros, os coronéis da fronteira sul) gerando com isso a necessidade de redefinição das relações sócio-políticas".

Idem. Ibidem. p. 52-53.

¹⁷ Por cooptação política, Loiva Félix entende: "O processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado que então se processa (instalação da República com a política castilhista-borgista). O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, uma ação política realizada sem violência". Idem. p. 16.

¹⁸ Idem. Ibidem. p. 176-177.

¹⁹ Nesse sentido, Loiva Félix defende que "Os coronéis situacionistas gaúchos se originavam da classe dos grandes produtores e criadores,

o que fazia com que sua vinculação ao governo não fosse apenas a busca de vantagens do tipo *bens e serviços públicos mais patronagem*, como em geral é apresentada pela literatura clássica sobre o coronelismo, em especial na obra de Victor Nunes Leal, porém atendem seus interesses econômicos específicos de produtores individuais e de classe, pois que a participação política visava tanto a “satisfação pessoal”, a “ vaidade de mando” e a “proteção dos dependentes”, como, principalmente, a possibilidade de manutenção de privilégios e a aquisição de novas vantagens”. Idem. Ibidem. p. 118.

²⁰ Idem. Ibidem. p. 173-174.

²¹ Cf. Eul-soo Pang. op. cit. 1979, passim.

²² Cf. Jacques Lambert. “Os dois Brasis”. op. cit. 1976.

²³ Idem. p. 50.

²⁴ Para Eul-Soo Pang, as quatro principais regiões geoeconômicas da Bahia na Primeira República representavam individualmente “uma esfera política autônoma, geralmente controlada pelos principais interesses econômicos de cada área”. Eram elas: “Primeiro a capital e a área adjacente - o recôncavo e o Nordeste - continuaram a ser dominadas pelas tradicionais famílias do açúcar, estabelecimentos comerciais e financeiros, e criadores de gado(...) A segunda região em importância política era o vale do São Francisco, os balcões da Bahia, onde as oligarquias anteriores a 1889 sobreviveram depois do Império. O principal abalo da elite só aconteceria em 1920. Juazeiro, a cidade mais importante do vale e centro de armazenamento do mercado fluvial, foi governada por uma série de coronéis comerciantes(...) A região Oeste do vale da São Francisco, extensa e pouco povoada, era a terra dos coronéis neofeudais (...) A terra do cacau brasileiro constituía a terceira região econômica, localizando-se no sul da Bahia, no litoral, fazendo fronteira com o espírito santo e Minas. (...)Acima de todos os coronéis estava Antônio Pessoa, que representava os interesses cacaueiros na qualidade de oligarca tribal durante os quarenta anos da Primeira República. A quarta região, tão importante quanto a capital e a região adjacente, do ponto de vista político, era Lavras Diamantinas [onde] na década de 1840 descobriram-se diamantes(...)”. Eul-Soo Pang. Op. Cit. 1979, p. 70 a 76.

²⁵ Na categoria OCUPACIONAL Pang identifica: 1- O Coronel Proprietário de terras que ele aponta como o arquétipo brasileiro, mas difere e o distingue geograficamente afirmando que “as principais diferenças entre um coronel proprietário de terras no litoral e no sertão eram o seu uso da violência e o seu grau de dependência quanto ao governo estadual”. Assim, Nos Municípios litorâneos - como, por

O Conceito de Coronelismo e a Imagem do Coronel:
de símbolo a simulacro do poder local

exemplo, Ilhéus e Santo Amaro na Bahia -, os coronéis eram firmemente ligados à economia nacional e internacional, e, conseqüentemente mais sujeitos ao controle do Estado. Já nos municípios interioranos a violência, e não o arbítrio do Estado, tornou-se o instrumento-chave para a solução de conflitos. 2- O Coronel Comerciante: nas capitais e nas cidades costeiras e do interior - tais como Juazeiro e Feira de Santana, na Bahia, Petrolina em Pernambuco e Campina Grande na Paraíba - eram os comerciantes e não os proprietários de terras que dominavam a política. Neste caso, a violência não dominava o jogo político. 3- O Coronel Industrial: Esse tipo, segundo Pang, era raro no Nordeste, onde a industrialização era sempre subordinada à agricultura de exportação. Contudo, ele aponta alguns redutos industriais, tais como Paulista, em Pernambuco, (os Lundgren), Água Branca, em Alagoas (Delmiro Gouveia), e a cidade baixa de Salvador (Luís Tarquinio) onde os "capitães da indústria" dominavam a política local. Neste caso, os operários das fábricas e não o "proletariado agrário" e a população dependente serviam de "curral eleitoral". 4- O Coronel Padre: Nesta categoria Pang chama a atenção para o fato de que havia uma inclinação dos sertanejos em aceitar a igreja e o homem de batina como fontes de inspiração moral e favores materiais. Ele cita vários exemplos de coronel padre, entre eles o Monsenhor Valfrido Leal, de Areia (PB) e o Padre Cícero, do Juazeiro (CE). Este último é considerado por Pang o maior líder do catolicismo popular, um "coronel dos coronéis". Pang ainda afirma que "apesar das justificativas morais e religiosas, o coronel-padre freqüentemente cometia violências, assim como fraudes eleitorais para se manter no poder. Idem. p. 57-58.

Na categoria FUNCIONAL Pang identifica: 1- O Coronel Guerreiro: constituía a mais alta forma de um dominador não feudal e era encontrado com maior freqüência no sertão. O coronel guerreiro provinha das fileiras dos proprietários de terras (geralmente, criadores de gado), dos comerciantes e dos padres. A essência de sua legitimidade como senhor-guerreiro se baseava em sua habilidade em agir como líder tribal para congregar os oligarcas regionais. Os fatores de equilíbrio político de um coronel-guerreiro eram, segundo Pang, a violência e o carisma pessoal. 2- O Coronel-burocrata: esse tipo era, segundo Pang, um padrão fixo dos PR do sul que, na qualidade de político profissional, girava em torno de uma região-chave, ou era líder de uma ala do PRP, PRM ou PRR. Pang ainda afirma que, sendo um burocrata do partido, por excelência, esse coronel, que era freqüentemente parente de um chefe político, servia de cabo eleitoral, obtinha favores oficiais e era até funcionário público. 3- O Coronel-chefe do curral-distrito: Esse aparecia mais freqüentemente nas cidades, onde um coronel ou um bacharel não podiam exercer controle

sozinhos, os chefes de curral-distrito provinham, segundo Pang, de todas as categorias profissionais, geralmente um comerciante, um advogado ou um médico, de quem os eleitores de um distrito recebiam favores. A sobrevivência política deste tipo de coronel dependia de sua habilidade em transformar favores em voto, e conseguir votos com a promessa de favores futuros. Idem. Ibidem. p. 59-60.

²⁶ Idem. Ibidem. p. 113.

²⁷ Eul-Soo Pang afirma que J. J. Seabra, quando governador, através da Lei da Reforma de 11/08/1915 fez com que a seleção de intendentess passasse a ser por nomeação, liquidando os intermediários do poder dos Senadores, aumentando a dependência de intendentess em relação ao governador, possibilitando que se alterasse a relação de poder entre o governador, os coronéis e os membros do legislativo, e aumentando a sua capacidade de monopolizar os processos eleitorais no estado. J. J. Seabra conseguiu garantir a sua liderança política na Bahia de 1911 até 1919, tendo como seu aliado e sucessor, nas palavras de Pang, o "subserviente" Antônio Moniz. Contudo, durante o governo de Antônio Moniz, (1916-1920) as chamadas "revoltas do sertão" consolidaram aos poucos a "base de poder dos coronéis" da oposição, pois "os coronéis desejavam legitimar seu status, duramente conquistado, de nova elite do poder, enquanto que a ala de Rui [Barbosa] esperava utilizar a força militar dos coronéis para depor o governo de Moniz". Idem. Ibidem. p. 148.

²⁸ A intervenção federal, segundo Pang, historicamente era o último recurso do Estado quando era incapaz de solucionar conflitos políticos e civis e servia, muitas vezes, "como um instrumento cômodo para o presidente usar no apoio a seus adeptos e nos castigos de seus inimigos", mas, no caso em enfoque, a intervenção escapou a este "padrão normal", pois, por não dever favores políticos, Epitácio Pessoa não tinha interesse de ajudar Seabra ou Rui Barbosa, apenas queria "manter a ordem e a tranqüilidade na Bahia". Idem. Ibidem. p. 148).

²⁹ Idem. Ibidem. p. 150.

³⁰ Segundo Pang, o Partido Republicano da Bahia foi, desde o início, um acomodamento, pois desde 1925, a Bahia fora dominada por uma nova coalizão de adeptos de Calmon, Mangabeira e ex-seabristas, de modo que na ocasião da fundação do partido criou-se um impasse na medida em que os Calmon tentaram dominar a convenção absorvendo os ex-adeptos de Seabra, no que foram repudiados pelos Mangabeira. O impasse gerado por esse confronto resultou na mediação de Washington Luís que reconheceu oficialmente duas alas no novo partido: a de Otávio Mangabeira e a de Miguel Calmon. Pang afirma

ainda que “a mistura dos tradicionais interesses agrários dos Calmon e as forças populistas urbanas dos Mangabeira, para não mencionar os ex-chefes do PRD de Seabra, constituía um precário equilíbrio de poder”. Idem. Ibidem. p. 188-189.

³¹ Esses “novos patrões” eram, segundo Pang, Juraci Magalhães, Juarez Távora e Getúlio Vargas.

³² Idem. Ibidem. p. 232.

³³ Jean Blondel, em seu Estudo “*As condições da vida política no Estado da Paraíba*”, também desenvolve um desdobramento do conceito de coronelismo e uma tipologia dos coronéis, de acordo com as relações exercitadas nesse estado entre “coronéis - cabos eleitorais - eleitores”. Ele defende que existem duas formas de coronelismo, uma “tradicional” e uma “nova”. O Coronelismo tradicional, cujos chefes exercem influências numa determinada zona geográfica, está subdividido, segundo esse autor, em “coronelismo Monárquico” e “coronelismo familiar” ou colegial; e o “novo coronelismo”, caracteriza-se pelo prestígio que os chefes políticos adquirem, de acordo com as funções que exercem. Este autor ainda define uma tipologia para os “chefes políticos” que podem ser de tipo “direto” ou “indireto”. Cf. BLONDEL, Jean. “*As condições da vida política no Estado da Paraíba*”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957, pp. 60-68.

³⁴ César Barreira. op. cit., 1992.

³⁵ Barreira se contrapõe a autores que, a exemplo de Joaryvar Macedo, defendem o coronelismo enquanto caracteristicamente relacionado ao banditismo através de uma interdependência que, em última instância, legitimava o império dos coronéis através do império do bacamarte. (Cf. Joaryvar Macedo. “*O império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri Cearense*”. Fortaleza: UFC, 1990)

³⁶ César Barreira. op. cit. 1992, p. 17.

³⁷ Idem. p. 18.

³⁸ Idem. Ibidem. p. 18.

³⁹ César Barreira trata de três conflitos que ocorreram nos sertões do Ceará, em decorrência da tentativa de expulsão dos trabalhadores da terra por parte dos proprietários, e da luta dos trabalhadores para permanecerem na terra. São eles: o conflito na fazenda Japuará, nos sertões do Canindé - CE; o conflito na fazenda Monte Castelo, na região de Quixadá; e o conflito na Fazenda Santo Antônio, entre a Serra de Baturité e o Sertão do Canindé. Idem. p. 47 a 77.

⁴⁰ Idem. Ibidem. p. 181.

⁴¹ Idem. Ibidem. p. 166.

⁴² César Barreira define as posições ou estratégias de campanha dos referidos candidatos ao governo do Ceará nas eleições de 1986 da seguinte forma: "A principal bandeira de Tasso Jereissati foi a promessa de acabar com os coronéis, apontando-os como principais responsáveis pela condição de miséria do povo cearense. (...) A campanha dos coronéis dava destaque às suas realizações, uma tentativa de recuperar a imagem dos "grandes beneméritos do sertão", fazendo uma relação direta entre voto e gratidão: "Ninguém vai votar com os coronéis porque vive em curral, mas porque sabe que, com eles no poder, o Ceará experimentou seus melhores dias de progresso e bem estar. E isso mata de raiva quem não tem prestígio. O que o Sr. Jereissati chama de curral é a gratidão do povo. E essa não se acaba nunca". (*O Povo*, 13.06.86)". Idem. p. 167. Ainda sobre essa idéia de transição das práticas coronelistas para práticas políticas "modernas", no Estado do Ceará, encabeçadas por uma nova elite empresarial, ver, também: Roberto José Siebra Maia. *"Entre a Conservação e a Mudança: elites políticas e relações de poder no Estado do Ceará - O Caso do Município de Crato no Período de 1989-1992"*. Tese de Mestrado João Pessoa: UFPB, 1999, mimeo.

⁴³ Cf. Linda Lewin. Op. cit. 1993. E para outras informações a respeito desta temática na Paraíba ver: Jean Blondel op. cit. 1957; José Octávio. *"A Revolução Estatizada: Um estudo sobre a formação do centralismo em 30"*. 2ª. edição. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1992. © 1982; e *"História da Paraíba: Lutas e Resistências"*. João Pessoa: A União ed., 1994. Eliete de Queiroz Gurjão. *"Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba, 1889-1945"*. João Pessoa: ed. Universitária/UFPB, 1994.

⁴⁴ Linda Lewin compreende a oligarquia como uma elite social e a situa na organização de parentesco brasileira que, para ela, possui um padrão de famílias extensas de elite universalmente distribuído.

⁴⁵ Linda Lewin. op. cit. 1993, p. 9.

⁴⁶ Idem. Ibidem. p. 24.

⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 28.

⁴⁸ Idem. Ibidem. p. 29.

⁴⁹ Ao analisar as controvérsias presentes na divisão da coalizão epítacista, na década de 1920, Linda Lewin, embora reconhecendo o surgimento de um significativo número de grupos que se organizavam formalmente com base na afiliação ocupacional e proclamavam uma identidade de classe, relaciona o mandato de João Suassuna na "presidência" do estado (1924-1928) como fator decisivo para a crise que se instaurou no final dos anos 1920. No que diz respeito à correlação de forças, ela afirma que a ligação de Suassuna com os

Dantas de Teixeira e o progressivo distanciamento daquele em relação aos Pessoa, de Umbuzeiro, expressou uma separação social e cultural entre as famílias de elite do sertão e do litoral.

⁵⁰ Idem. p. 313.

⁵¹ Idem. Ibidem. p. 367.

⁵² Cf. Edgard Carone. op. cit. 1978, p. 260, 267, 270 e 277.

Capítulo 4

A IMAGEM DO CORONEL: DE SÍMBOLO A SIMULACRO DO CORONELISMO.

O uso do conceito de coronelismo para caracterizar o poder local nas relações de poder que se exercitam no Brasil, pelo exposto, se baseia na construção de uma identidade, ou de uma imagem para o coronel, e as relações entre este e o Estado. Assim, a imagem do coronel tem sido considerada como um elemento significativo na trama das relações sociais e de *dominação* que caracterizam e legitimam o conceito de coronelismo nos estudos que acabamos de mapear.

A instituição da imagem do coronel está relacionada ao estereótipo, ou identidade que foi construída para relacioná-lo a um poder "privado" ou de interesse pessoal em relação ou oposição a um poder "público".

O que se verifica, nos discursos que analisamos nos capítulos anteriores, é que as táticas de legitimação do uso indefinido e ahistórico do conceito de coronelismo, nos estudos empíricos, passam pela estratégia da reelaboração constante da imagem do coronel, por meio de desdobramentos e tipologias diferenciados. Ou seja, quer seja atribuindo à identidade do coronel características individuais ou político-partidárias, a perpetuação dessa identidade, e do conseqüente uso do conceito de coronelismo, passa pela reelaboração constante da imagem do coronel, através de uma reorganização permanente e estratégica, a fim de que

esta se acomode às mudanças políticas, sociais e econômicas.

Assim, os enunciados tidos como fixos nas abordagens locais sobre o coronelismo, ao invés de dar a esse conceito uma identidade homogênea, complexificam-no, na medida em que apontam para o *declínio irregular* do coronelismo, e/ou para a permanência dos coronéis no jogo político, mesmo após esse declínio.

Buscaremos compreender agora, como foi possível, e até que ponto foi possível, a imagem do coronel ter aparecido como símbolo - uma invenção imaginária que guarda uma relação com um referente concreto - e ter se configurado como simulacro - uma imagem sem referente concreto, mas que ao ser pensada forja sentido, inculca valores e define comportamentos - à medida que vai sendo perpetuada, de forma transhistórica, nos e pelos discursos.

4.1. O CORONEL COMO SÍMBOLO DO CORONELISMO

A imagem do coronel, como princípio enunciativo do coronelismo, foi construída como um símbolo cujo referente seria a patente de coronel fornecida pelo Estado aos coronéis da Guarda Nacional.

Não obstante, os coronéis, que possibilitaram a construção do conceito de coronelismo, foram legitimados como aqueles homens que podiam se apropriar do poder e dominar a política como se fossem seus donos. Com o advento da República, patentes de coronéis foram vendidas ou concedidas em profusão, segundo critérios e interesses políticos.

Apesar de ter sido referenciada por meio da patente da Guarda Nacional, a imagem do coronel

continuou a assumir um papel importante após a extinção das unidades de comando e serviço dessa instituição, em 1918; quando os coronéis passam a ser identificados como coronéis *de fato* e não *de jure*, e por uma posição de dominação no jogo político - já que cada portador de patente passa a se voltar para o exercício da política, principalmente no âmbito do poder local, não se apresentando mais como representante da guarda, mas se configurando a partir dos vestígios daquele *coronel simbólico*.

A partir dessa referência, que seria a dos coronéis da Guarda Nacional e sua relação com o Estado, foi criado um estereótipo generalizado para o *coronel político*, cuja identidade fundamental encontrar-se-ia nos objetivos políticos das oligarquias, sobretudo na Primeira República. Entre estes objetivos foram destacadas: a manutenção dos cargos políticos do Estado e a captura do controle eleitoral, que lhes viriam a conferir tal monopólio. Criou-se, então, um mundo de referências para identificar os "coronéis", às quais, se apresentam resumidamente no discurso de Carone:

o coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais e não ideológicos. É o chefe do Clã, título que engloba "não só a família que lhe segue e obedece as pegadas mais próximas, mas o cabroal que vive em função do seu prestígio, da sua força, do seu dinheiro". Aos agregados ele dispensa favores: dá-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta

dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas. É o juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É comerciante e agricultor, porque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência econômica fundamental do município. É homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É hospitaleiro com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigo seguro para todos que o procuram.¹

De acordo com esse discurso, a figura do coronel resume um poder personalizado que se configura como propriedade. O coronel é a figura do poder encarnado, de um poder sem peias, capaz de proteger, julgar, e resolver todas as questões de ordem pessoal que surgirem nos seus domínios.

Além disso, Carone defende que o coronel encarna o poder tendo no "doutor" seu aliado e complemento. O "doutor", sendo inteligente e culto, faz-se valer do prestígio da palavra, dos serviços prestados e do manejo da máquina estatal, enquanto o coronel entra com o controle, o domínio, a influência pessoal ou de clã, o dinheiro e a tradição.

O coronel passa a ser identificado, então, não mais em relação direta com a patente outorgada através da Guarda Nacional, cujo *status quo* se concentrou nos municípios. A simbiose do coronel patenteado com o considerado coronel político - aquele que é de fato mas não é de jure -, que serviu como imagem para a construção do conceito de coronelismo, pode ser vislumbrada nos diversos discursos que tentam

identificar o coronel com a política. Exemplo da construção de imagens de "coronéis" podem ser vislumbrados em alguns romances regionalistas da década de 1930.

4.1.1. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CORONEL COMO SÍMBOLO DO PODER LOCAL NO "ROMANCE DE 1930 NO NORDESTE"

O período de 1930 a 1945, na literatura brasileira, foi bastante rico no plano da ficção narrativa, sobretudo como um modo de contestação do "poder oligárquico", ou de precoce recusa do "liberalismo tardio". O chamado Romance de 30 no Nordeste tematizou aspectos múltiplos da realidade sócio-cultural da "região" - tais como: a seca, o cangaço, o fanatismo religioso, o coronelismo, etc. -, fixando uma realidade social com transparente intenção política.

O Romance de 30 no Nordeste possuiu, pois, uma dupla função de documento estético e de denunciador das "estruturas injustas da sociedade". Retratando, a partir de 1928, um Brasil que sobrevivia entre coronéis de engenhos e bandos de cangaceiros, este romance, teve como tema central a decadência da sociedade patriarcal e sua substituição pela sociedade urbano-industrial.

Nesse sentido, há no romance de 30, uma preocupação em analisar e explicar a realidade que se impôs como uma visão e uma fala sobre o real, na medida em que instituiu uma série de imagens - do cangaceiro, do beato, do jagunço, do coronel, etc. - que se tornaram clássicas e produziram uma visibilidade do coronelismo com a qual a produção acadêmica posterior não

conseguiu romper.

Embora o texto literário seja uma prática ficcional, as obras escritas por José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e José Américo de Almeida, entre outros, não se isolam como fato estético em si e nos permitem observar, através de seu jogo discursivo, subjetivações da imagem do coronel com todo o feixe de relações que a produziu, pois, tanto nas narrativas em torno do cangaço, do messianismo e das secas, como nas narrativas em torno da decadência da sociedade tradicional, o coronel é uma presença constante. A construção da imagem do coronel em alguns romances de Rego e de Amado, exemplifica bem esta presença:

a) José Lins do Rego

A obra de Rego retrata a decadência da sociedade patriarcal, num momento de transição entre o engenho e a usina. Os romances *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943) que encerram o "ciclo da cana-de-açúcar" constituem uma crítica social de conteúdo poético, e estão intimamente relacionados com o Nordeste imaginado por Gilberto Freyre.

Na trama discursiva de Rego, o símbolo do coronel de tradição rural é o Coronel José Paulino. Este personagem se faz presente, praticamente em todos os romances desse autor, que formam o *ciclo da cana-de-açúcar*, quer seja como protagonista, quer seja como referência. Em *Menino de Engenho* e *Doidinho*, por exemplo, José Paulino aparece como aquele senhor de engenho que simboliza autenticamente o patriarcado rural, cuja família é construída a fim de perpetuar seu nome e sua tradição, e é referido como um "autêntico" coronel.

No romance *Usina*, o personagem de José Paulino aparece nos momentos em que retrata a seca no sertão e as cheias do rio Paraíba, nos seguintes termos:

No tempo do coronel José Paulino, quando os sertanejos desciam desarvorados, o velho inventava serviço para os pobres. Pagava pouco pelo dia de trabalho deles e ainda davam graças a Deus pelo rabo de bacalhau e a farinha seca que comiam (...). Nos tempos do Santa Rosa, quando o Paraíba descia inundando, o governo mandava farinha e bacalhau para os flagelados. Ninguém morria de fome naquele tempo. E agora, o que se via (...).²

Rego demarca a figura do coronel como a de um homem que enfrenta os problemas climáticos da região com a ajuda do governo, que embora não recompense seus agregados de maneira justa, pelo trabalho executado em suas terras, protege-os e não permite que “morram de fome”

O Dr. Juca, que transforma o engenho Santa Rosa na Usina Bom Jesus, é o personagem que representa, no romance *Usina*, o paradoxo entre os valores tradicionais do patriarcalismo, o progresso e a expansão econômica. É herdeiro do coronel José Paulino, porém, muito mais ambicioso que o pai, não se subjugava ao peso dos valores tradicionais herdados:

A família queria uma usina, alcançar o progresso, igualar-se com outras, que haviam subido de condição, com as turbinas e vácuos. O Dr. Juca, do Pau d'Arco, enfeixara em suas mãos todos os poderes dessa transformação. Era ambicioso. Aquela energia tranqüila do pai, no filho era só ambição de mandar, de ser rico, de mostrar-se.³

A queda do engenho Santa Rosa, vencido pelo

desenvolvimento tecnológico e transformado em "Usina" é mostrada como uma transformação para uma nova ordem econômica, afetando a vida de todos os segmentos sociais. Mas, apesar da ascensão de valores novos, em nome do progresso da região, o fim desse *ciclo social da tradição rural nordestina* e a imposição de uma nova ordem econômica são vistos com desagrado. Os homens que decaem economicamente são representados pelos personagens desse autor, como homens que resistem, apoiados apenas no orgulho patriarcal e na tradição de senhores de engenho.

No discurso de Rego, o Dr. Juca é mostrado como um homem que luta para modernizar o engenho e transformá-lo em usina. Que rompe com os códigos culturais até então vigentes e encarna o poder de pai, marido, patrão e amante exacerbado que manda em tudo e em todos, enfim, que é onipotente nos seus domínios, até para desumanizar a paisagem física e social:

A Usina despojara o Paraíba de suas bondades, mijando aquela calda fedorenta, justamente nos tempos da seca. Transformava aquele leito branco, enverdecido pelos juncos, pelas salsas, num rego, por onde corria um fio de lama. O paraíba de agora era um acampamento de urubus. As arribações sertanejas fugiam dele, procurando outros bebedouros para as suas sedes. Pássaro que ali repousava, só aquele bicho de andar banzeiro, como de negro cambado. (...) O poder ofensivo da Usina se alargava, ia cada vez mais longe. Ao povo fazia só destruir os sítios, que se criaram pelas margens do vertente. Os pobres viviam deles, das laranjas, dos abacaxis, das bananas, que vendiam nas feiras. A terra era fraca, só dava mesmo para mandioca

e fruteiras. E a usina queria plantar cana.⁴

Mas a decadência acaba por vir, e a decadência do Dr. Juca vai se dar, no discurso de Rego, não apenas devido a sua imprevidência e atração pelos prazeres da vida – esbanjamento com amantes e com luxo, para si e para os seus – mas em consequência do sentimento fatalista e dos empréstimos não liquidados, devido à queda no preço do açúcar; bem como do fato de não contar, como o seu pai (o coronel José Paulino), com a ajuda do governo. Outros fatores apontados para o desfavorecimento do Dr. Juca são: a peste, a seca, a presença de retirantes e a doença.

Já o personagem Dr. Luís, é apresentado como um homem que antes nada possuía e cresceu vertiginosamente, a partir da herança do sogro, chegando a ser temido por todos, até pelo governo:

Em menos de oito anos, o Dr. Luís que chegara lá [no Engenho São Félix], com dinheiro emprestado, era hoje o homem mais rico, o mais temido de todo o vale. Nunca ninguém, por aquelas paragens, alcançou maior soma de poder, mais força perante os pobres e perante os ricos. A São Félix valia como um estado. O governo temia a sua importância. Os seus protegidos não conheciam delegados, as portas das cadeias não prevaleciam para as ordens do usineiro. Procurassem saber de jurados, de eleitores que não fossem crias da grande fábrica e encontrariam poucos. Os juris, as eleições, os padres e os juizes obedeciam às vontades do usineiro (...).⁵

No entanto, o Dr. Luís - personagem que se configura como o protótipo do usineiro que deu certo -, assim como o Dr. Juca, não era considerado como *chefe*

político. A autoridade desses dois personagens se restringia à família e às relações de trabalho; no caso do Dr. Juca, o chefe político da sua família era o seu primo Cazuza Trombone, a quem ele não seguia, por não gostar de se meter em política. Já o Dr. Luís, “entregava” os seus eleitores ao velho Trombone estrategicamente, esperando uma aliança para derrubar a usina Bom Jesus. O pensamento do Dr. Luís era de que

O velho se embriagava com a política. Tudo para ele no mundo, não se comparava com a sua deputação estadual. Desde a Monarquia que alimentava a sua vaidade com a posição política. O Dr. Juca lhe arrancara o prestígio da família. Podia ser que quisesse mesmo fazer-se deputado. E o coronel via a ascensão do parente, pensando na sua queda. O Dr. Luís entregava-lhe os seus eleitores dizendo mesmo para quem quisesse ouvir que quem mandava nele era o velho do Mançangana. Estava certo de que com esta manobra contaria com os engenhos dele.⁶

No desfecho do fracasso da Usina, o coronel Trombone aparece negando ajuda ao Dr. Juca por duas vezes, uma de forma direta e outra por meio de D. Dondon (mulher do usineiro). E acaba mesmo se aliando ao Dr. Luís para realizar o negócio da compra da Usina Bom Jesus.

A figura do coronel Trombone que representa a figura do “coronel político”, posteriormente reproduzida academicamente, é aquela figura de senhor de engenho e de terras, que lutava contra o progresso por temer perder o que ainda lhe restava e que tentava manter o seu prestígio através da política.

A imagem do “coronel” também é construída no

romance *Fogo Morto*, de forma indireta: por oposição entre os personagens José Amaro, Vitorino Carneiro da Cunha, e Antônio Silvino; e por comparação, entre os personagens de Lula de Holanda e José Paulino. Nesses personagens, Rego denota retratos psicológicos do homem nordestino, investindo-os de valores patriarcais, místicos, supersticiosos e fatalistas.

A presença de Antônio Silvino no romance, por exemplo, representa a força vingativa dos despossuídos contra as arbitrariedades, as injustiças e o protecionismo do mandonismo político. O modelo de coronel também serve para os cangaceiros. Eles são considerados “cabra macho”, um misto de poderoso e bom, mas de semeador do terror e do pânico. O cangaceiro surge, nestes romances, como um homem generoso que tira dos ricos para dar aos pobres. A figura de Antônio Silvino, por exemplo, demarca a defesa de um mundo “tradicional”, de uma sociedade na qual se estabelecem relações personalizadas que tendem a desaparecer.

Em *Fogo Morto*, o coronel José Paulino surge como a lembrança viva do senhor de engenho, como um tipo prestes a desaparecer. Ao longo do discurso de Rego, é identificado como o homem rico, como o prefeito e o “mandão”. É ele o encarregado de formar o batalhão da Guarda Nacional do Pilar e de distribuir as patentes de tenente, capitão e coronel. É, ainda, quem escolhe a presidência da Câmara e o Conselho Municipal. Por fim, é também um sonegador de impostos. Ele aparece nos comentários do mestre José Amaro como um “homem bom”, mas que não merece que ninguém trabalhe para ele devido ao seu autoritarismo. O próprio mestre José Amaro afirma que as suas mãos nunca irão cortar sola para o coronel José Paulino, pois já havia sido gritado por ele como um negro cativo. Através do personagem do

mestre José Amaro, Rego caracteriza os coronéis como homens de voz possante, que gritam seus subalternos e consideram-nos como propriedades suas.

Em *Fogo Morto*, José Paulino tenta em vão persuadir Lula de Holanda a acompanhá-lo. Oferecendo-lhe o título de coronel da Guarda, e chegando mesmo a lhe propor a presidência da Câmara. Mas ele resiste justificando que,

O velho José Paulino viera ali para pedir, para tentá-lo com a presidência da Câmara. Queria ter um Luís César de Holanda Chacon como pau-mandado. Era o prefeito, era o mandão e desejava um homem como ele para presidir o Conselho Municipal, para fazer figura perto dos outros senhores de engenho. Tinha o Lula do Santa Fé, homem de bem, de boa família, de gente grande de Pernambuco, como presidente da Câmara. Estava muito enganado. Só aos pés de Deus era que ele se sentia pequeno, um nada, um pecador. O coronel José Paulino que fosse procurar outro para fazer figura.⁷

José Paulino, apesar de ser o coronel quem apaziguava as discórdias naquelas redondezas, quem ajeitava as questões de terras, já tendo inclusive resolvido uma pendência de seu Lula, comprando terras para ele, e agindo em sua defesa quando do ataque do cangaceiro Antônio Silvino à sua propriedade, não conseguiu convencê-lo a aceitar suas ofertas. Não era nada pessoal, mas seu Lula “não ia com a República”, não esquecia o Imperador e achava que “regime era aquele, de homens sérios, de gente de vergonha”.⁸

A posição do personagem Lula de Holanda é caracterizada em oposição à do coronel José Paulino. Enquanto este, na qualidade de um *típico* coronel, tenta se adaptar aos novos tempos fazendo uso do prestígio e

qualidade que ainda lhe são conferidos - que seria o prestígio de natureza política -, Lula de Holanda se recusa a transigir a sua ideologia senhorial e a se transformar no "típico coronel rural", permanecendo ideologicamente preso à Monarquia e à escravidão.

Parafraseando Heloísa Toller Gomes, podemos afirmar que, em *Fogo Morto*, lê-se todo um processo de formação e perda do poder, uma ligação orgânica entre os personagens e o passado, fazendo com que a marca deste se faça sentir intensamente no presente. A idéia é a de que, com o fim da escravidão:

Dois destinos se oferecem, portanto aos senhores de terras, a gradual asfixia sócio-econômica para aquele que se recusa em transigir em sua ideologia senhorial, ou a transformação do orgulhoso "fazendeiro barão" na típica figura do coronel rural, de certa forma a antítese do senhor aristocrata.⁹

O primeiro tipo identificado por Gomes é retratado, em *Fogo Morto*, pela figura de seu Lula, que faz vista grossa para a realidade econômica do regime; e preconiza um estilo de vida eminentemente hierárquico, com a pretensão de ser governo e lei apenas nos seus domínios. O personagem Lula de Holanda é caracterizado, paradoxalmente, pela crescente decadência econômica e pelo crescente delírio de grandeza.

O segundo tipo retratado, no discurso de Rego, por meio do personagem de José Paulino, é o exemplo do senhor de terras que abre mão das suas pretensões aristocráticas e passa a sobreviver como "coronel": extrapolando os limites da sua propriedade e percorrendo a região, supervisionando as vendas de produtos, fazendo política, conciliando disputas e tendo, inclusive, que apelar para o governo e para a polícia em algumas

ocasiões.

Já o Capitão Vitorino Carneiro da Cunha, é um personagem que ignora a divisão hierárquica da sociedade. É branco, se liga ao coronel José Paulino por laços familiares, mas é pobre, e, por isso, transita livremente entre todos os meios sociais, identificando-se ora com os “ricos”, ora com os “pobres”, de acordo com as oportunidades e as conveniências imediatas. Contudo, nunca se considerando como decadente ou perdedor.

A linguagem de Vitorino é uma linguagem provocadora e irreverente. O “capitão” Vitorino sempre recebe a ajuda do primo José Paulino nos momentos difíceis, mas se afirma como seu opositor e se considera um homem de partido, que luta incansavelmente para dar um ensino na “cambada” que domina a política na Paraíba. No pensamento de Vitorino,

Ele era homem que não se entregava aos grandes. Que lhe importava a riqueza de José Paulino? Tinha o seu voto e não dava ao primo rico, tinha eleitores que não votavam nas chapas do governo. O governo não podia com a sua determinação. Ele sabia que havia muitos outros tenentes Maurícios na dependência e às ordens do governo. Todos seriam capangas, guarda costas do Presidente. Mas Vitorino Carneiro da Cunha mandava no que era seu, na sua vida (...) não havia força que pudesse com ele.¹⁰

De acordo com o discurso do personagem do capitão Vitorino, o seu poder é capaz de se contrapor ao poder do primo rico, ele não se sente decadente em momento algum, mesmo quando é ridicularizado e

apedrejado pelos moleques, ou quando é preso e apanha da polícia, por causa da sua linguagem irreverente e de seus rompantes. Ele, o capitão Vitorino Ferreira da Cunha, tem delírios de grandeza.

Na verdade o personagem de Vitorino se apresenta como um simulacro de coronel, que não possui terras, não possui bases políticas, nem consegue se impor socialmente, mas “não precisa de ninguém para viver”. Ele julga que os seus rompantes e as suas fraquezas eram motivos de risos para os parentes por que

Eram todos uns pobres ignorantes, verdadeiros bichos que não sabiam onde tinham as ventas. Quando parava no engenho, quando conversava com um Manuel Gomes do Riachão, via que era melhor ser como ele, homem sem um palmo de terra, mas sabendo que era capaz de viver conforme os seus desejos. Todos tinham medo do governo, todos iam atrás de José Paulino e de Quinca do Engenho Novo, como se fossem carneiros de rebanho. Não possuía nada e sentia como se fosse senhor do mundo (...).¹¹

Neste discurso, a imagem do coronel é caracterizada pelo *arrebanhamento* e *encabrestamento* de eleitores que o temiam apesar dele, o coronel, não possuir nada.

Como vimos, o personagem de Vitorino sempre pensa no futuro com otimismo, crê na eficiência do regime e sonha com o dia em que vai tomar o lugar de José Paulino, dominar a tudo e a todos e fazer justiça com o “seu” poder:

Um dia tomaria conta do Município. E tudo faria para que aquele calcanhar de Judas fosse mais alguma coisa. Então Vitorino se via no dia do seu triunfo. Haveria

muita festa, haveria tocata de música, discurso do Dr. Samuel e dança na casa da Câmara. Viriam todos os chaleiras de Pilar falar com ele. Ele era o chefe, era o mais homem da terra. E não teria as besteiras de José Paulino, aquela tolerância para com os sujeitos safados, que só queriam comer no cocho da municipalidade. Com Vitorino Carneiro da Cunha não haveria ladrões, fiscais de feira roubando o povo. Tudo andaria na correta, na decência (...).¹²

No delírio de se apropriar do poder, Vitorino se refere ao chefe político como sendo o protetor, o orientador e o prestador de serviços à comunidade. Esse personagem é a reelaboração da imagem do coronel a partir dos vestígios daquele coronel transmudado. É uma imitação do coronel José Paulino, que capta outros tipos de relações, mas objetiva laços de solidariedade e de reciprocidade que já não correspondem à realidade. É um personagem que parece viver fora do mundo e das mudanças sociais que nele se operam e cuja utopia seria uma volta às antigas relações patriarcais, tornando-as mais moralizadas.

Portanto, os personagens de Rego, fazem ver e dizer as relações de poder a partir da elaboração da imagem do coronel como símbolo da Guarda Nacional, e da reelaboração dessa imagem através da passagem do coronel patenteado da Guarda Nacional, para um coronel que faz uso da patente para se impor politicamente. E ele ainda vai além, mostrando, por meio da figura de Vitorino, um outro tipo de coronel que é o próprio simulacro, pois, teima em querer se agarrar a um poder de mando que lhe escapa completamente, devido a sua fragilidade política, econômica e social.

A figura do coronel José Paulino exerce a função

desse coronel patenteado que se transmuda na medida em que vai se tornando cada vez mais dependente do Estado, para distribuir benesses, e que, a partir de um determinado momento, passa a não ter mais condições de exercer o *paternalismo* como exercia antes. No entanto, não deixa de ser lembrado como personagem de um tempo quase idílico, quando ninguém passava fome, porque o coronel - e o governo através daquele - ajudava.

Ressaltando os valores psicológicos e morais, sem esquecer os fatores sociais e econômicos de uma sociedade patriarcal em crise, Rego busca, pois, retratar o homem do nordeste. O seu regionalismo manifesta-se como a expressão lírica de um nordestino a evocar sua terra, demonstrando a alteração de valores e fixando tradições.

Não obstante, de acordo com Rego, esta alteração de valores na formação de outro sistema social, com a passagem da Monarquia para a República, acaba retratando a sociedade como uma sociedade que embora tenha passado por uma "renovação", não consegue impor transformações radicais.

No discurso desse autor, apesar das mudanças sociais e econômicas, permanecem intocadas as estruturas de poder e de mando locais, só mudando as figuras que a exercem. A aspiração do poder passa pelo exercício do *coronelato*, tanto para as figuras do passado quanto para as figuras emergentes. Neste caso, o coronel "tradicional", apesar de perder a supremacia econômica, permanece lutando por um poder de mando que já lhe escapa, fazendo exercer sua autoridade já fragilizada sobre seres ainda mais fragilizados.

De acordo com Rego a hierarquia social é valorizada, e cada um deve ocupar o seu devido lugar na sociedade. Assim, as diferenças sociais são

escamoteadas pelos mecanismos paternalistas. E o poder se configura como uma estrutura que se sobrepõe ao indivíduo, formando-lhe o modo de ver, compondo-lhe o modo de falar e ditando-lhe o modo de agir. Por sua vez, a identidade do coronel, como uma figura ambígua entre o potentado discriçãoário e o homem paternal e protetor, é legitimada pela própria negação da mudança e pela evocação do passado diante do esfacelamento do mundo tradicional.

Através da linguagem e de uma fala próxima à do cotidiano, Rego busca relançar uma realidade que se esfacela restabelecendo as antigas relações de sociabilidade como relações “naturais” e essenciais à preservação da ordem. Exemplo claro dessa posição do autor são as atitudes dos personagens do romance *Fogo Morto* que quase sempre reforçam as relações personalistas e patriarcais, e quando as afrontam é apenas de forma esporádica e isolada.

As reflexões de Rego se aproximam da tese de Leal de que o coronelismo é muito mais fruto da decadência do poder local do que do seu predomínio. Mas, devemos lembrar que o estilo literário desse autor procura afirmar a superioridade das relações patriarcais em relação à *sociabilidade burguesa ascendente* representada pela modernidade e pela cidade.

b) Jorge Amado

Amado, assim como Rego, constrói uma imagem dos coronéis e da dominação econômica, social e política por eles exercida. Nesse sentido, os seus romances mais significativos são: *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, nos quais ele mostra a saga da origem dos coronéis do cacau por meio de sua trajetória épica, conquistando com sangue e bala as posses das terras do sul da Bahia

e substituindo a cana-de-açúcar, a verde lavoura de Ilhéus, e os engenhos rudimentares que formavam a fortuna dos ricos, pelo cacau:

quando os homens iniciaram no Rio-do-Braço a plantação da nova lavoura, ninguém pensava que ela ia terminar com os engenhos de açúcar, os alambiques de cachaça e as roças de café que existiam em redor de Rio-do-Braço, de Banco-da-Vitória, de Água Branca, os três povoados na beira do Rio cachoeira que ia dar no porto de Ilhéus. Mas o cacau não só liquidou os alambiques, os pequenos engenhos e as roças de café, como andou mata adentro.¹³

Em *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, a trajetória dos “coronéis do cacau” é protagonizada pelo coronel Horácio da Silveira, homem *forte*, que luta por seus ideais sem medir esforços para atingi-los. A figura do coronel Horácio da Silveira é construída, em *Terras do Sem fim*; e a sua trajetória épica, é continuada em *São Jorge dos Ilhéus*. Por meio do personagem do referido coronel, e das suas relações políticas sociais e familiares, Amado discute as formas sociais e culturais que legitimam o “poder dos coronéis”, também o caracterizando como um poder que vai além da lei e da justiça, chegando mesmo a substituí-las.

A imagem do “coronel” criada por Jorge Amado, é a de que os coronéis eram homens ricos, que viviam num mundo primitivo e bárbaro, vestiam culotes e paletós de casimira e calçavam botas de couro; homens que passaram toda a vida conquistando e plantando terra, plantando roças, colhendo cacau e preparando o futuro dos filhos; homens que eram respeitados pelas mulheres, pelos trabalhadores, contratistas e lavradores de pequenas roças, e que possuíam um número incontável

de afilhados.

Ester, a mulher do coronel Horácio da Silveira, é considerada “moça da cidade”, pois havia cursado o melhor colégio para moças da Bahia e sonhava em conhecer a Europa. Mas, o casamento com o coronel pôs fim a todos os seus sonhos, além de tê-la envolvido numa vida cheia de “brigas de morte” e de “cobras que engoliam sapos nas matas em dias de temporal”. Ela não era feliz naquele tipo de vida, mas via o coronel Horácio como um superior:

Chorava (...) quando via Horácio sair à frente de um grupo de homens para uma expedição qualquer. Sabia que nessa noite em alguma parte saíam os tiros. Que homens morreriam por um pedaço de terra, que a fazenda de Horácio, que era também a sua, aumentaria de mais um pedaço de mata. (...) Certa vez, depois dele partir Ester se encontrou imaginando a morte de Horácio (...) foi porém um sonho curto. Para Ester, Horácio era imortal, era o dono, o patrão, o coronel, (...) tinha certeza que morreria antes dele. (...) Ele dispunha da terra, do dinheiro e dos homens. Era feito de ferro, nunca adoecera, parecia que as balas o conheciam e temiam.¹⁴

A figura da mulher, que pouco aparece nos discursos acadêmicos, se faz presente nos discursos literários de maneira acentuada. Neste romance, por exemplo, o lugar do homem e o lugar da mulher são muito bem demarcados. Ester retrata a ambigüidade da condição feminina, ela sonha com uma vida diferente, tem planos que não condizem com a sua realidade, mas não tem forças para lutar contra a autoridade do marido.

Exemplifica a condição de mulher que sai do mando paterno para o mando do marido.

O coronel Horácio da Silveira aparecia como um “superior”, para Ester e para todos que com ele se relacionavam, não apenas por ser rico, ou pelas táticas que ele utilizava para conseguir a posse de terras. Mas, sobretudo, pelas suas estratégias políticas e por ser considerado um homem violento, capaz de matar para ampliar a sua posse de terras.

Horácio da Silveira se julgava dono de Ferradas e de Tabocas, pois aqueles povoados ficavam em suas terras e respondiam politicamente a ele. A princípio Horácio se encontrava na oposição ao governo, por isso não conseguia elevar Tabocas à categoria de cidade, pois os Badarós, que eram governistas e servidos politicamente pelo subdelegado, impediam. Contudo, o subdelegado de Tabocas era a maior autoridade apenas “de nome”, pois só havia conseguido permanecer ali por não abusar da autoridade de Horácio, em verdade a maior autoridade.¹⁵

No discurso de Amado, enquanto esteve na oposição ao governo, o coronel Horácio não conseguiu expandir seus planos políticos, pois nunca ganhou uma eleição, ou melhor,

Nas eleições Horácio ganhava sempre e sempre perdia porque as urnas eram fraldadas em Ilhéus. Votavam vivos e mortos. Muitos votavam sob ameaça dos cabras. Nesses dias, Tabocas se enchia de jagunços que guardavam as casas dos chefes políticos locais: a do Dr. Jessé, que era eternamente o candidato de Horácio, a de Leopoldo Azevedo, chefe dos governistas, a do Dr. Pedro Mata, agora também a do Dr. Virgílio, o novo advogado. Havia uma farmácia para cada partido e nenhum doente que votasse nos Badarós

se tratava com o Dr. Jessé. Era como o Dr. Pedro. Os dois médicos mantinham relações pessoais, mas diziam horrores um do outro. (...) Havia também um dentista para cada um dos partidos. Todo o povoado estava dividido nos dois partidos políticos e trocavam desaforos pesados em Ilhéus.¹⁶

Os coronéis são apresentados, nesse discurso, assim como nos discursos acadêmicos, como homens que exerciam a política de acordo com a sua posição em relação ao governo. Se um coronel era aliado do governo, conseguia todas as benesses que dele advinham; mas se lhe era opositor, tinha o seu poder reduzido diante das dificuldades criadas por aquele e pelos seus aliados; e, mesmo quando possuía um maior número de votos nas eleições, não podia governar, porque era fraudado pelos governantes.

Também os padres, quando não se posicionavam politicamente por um dos dois partidos políticos agiam estrategicamente para se dar bem dos dois lados. Amado mostra isso claramente em *Terras do Sem Fim*:

O padre Paiva era caudilho político dos Badarós em Mutuns, nas eleições trazia levas de eleitores, diziam que ele prometia verdadeiros pedaços do paraíso e muitos anos de vida celestial aos que quisessem votar com ele. Era vereador em Ilhéus e não se interessava o mínimo pela vida religiosa da cidade.

(...) O cônego Freitas buscava sempre passar por cima das divergências políticas dos grande coronéis. Não se envolvia nelas, se dava com os Badarós e com Horácio, com o prefeito de Ilhéus e com o Dr. Jessé. Se fazia uma subscrição em

benefício das obras do colégio das freiras tirava duas cópias para que assim nem senhor Badaró nem Horácio tivesse que assinar em segundo lugar. (...) Essa hábil política fazia com que em torno da Igreja, governo e oposição se encontrassem unidos.(...).¹⁷

De acordo com esse discurso, percebe-se uma certa influência dos párocos em relação à população de Ilhéus. A Igreja, por meio dos párocos, aparece como intermediária não somente entre Deus e os homens, mas das próprias relações entre estes. A religião aparece como um lugar de união e de igualdade entre todos, afinal, o Deus dos ricos é o mesmo Deus dos pobres, e, pelo menos formalmente, neste terreno não deveria haver divergências.

Em *Terras do Sem fim*, Amado mostra a luta dos coronéis por terra e poder, e o coronel Horácio como o vitorioso da luta contra os Badarós pelo último pedaço de mata que ainda restava naquelas terras - a Mata do Cerqueiro Grande. Já em *São Jorge dos Ilhéus*, a ascensão crescente e a marcha posterior para o declínio dos coronéis é tratada tendo por base a alta do cacau e a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo ao nível mundial proporciona a ascensão de novos protagonistas econômicos, como é o caso dos exportadores, intermediários entre os coronéis e o mercado externo, figuras da modernidade que turvam a imagem do coronel.

É com a entrada dos exportadores na comercialização do cacau que Amado aponta o declínio dos coronéis, decorrente das estratégias econômicas e políticas dos primeiros, mais hábeis em manipular o mercado e mais atentos em relação ao progresso e ao capitalismo.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, Amado já descreve um

tempo diferente no qual

Há muito que as mortes violentas se tinham tornado raras. Uma que outras vezes se sabia de um homem assassinado. Nos discursos, os intelectuais se referiam aquele tempo de mortes e barulhos como uma coisa perdida no passado, distante e um pouco lendária. (...) O comércio era intenso, grandes armazéns, grandes lojas, uma multidão de caixeiros-viajantes espalhados pelos hotéis caríssimos, vários bancos, o grande prédio do Banco do Brasil, inúmeros agiotas. A cidade de Ilhéus vivia uma vida de trabalho, de lutas políticas e de lutas por dinheiro (...).¹⁸

Portanto, em *São Jorge dos Ilhéus*, as lutas políticas não tinham a conquista da terra como prioridade, não se davam mais entre os coronéis, ou entre estes e os pequenos produtores que tentaram desbravar aquelas matas e acabaram perdendo os seus esforços para os coronéis, que tomavam suas terras através de “caxixes” escandalosos, apresentando-lhes quando menos esperavam, os títulos de propriedade das terras que eles haviam explorado. Agora, as lutas eram por dinheiro e tinham como intermediários os exportadores.

A diferença no caráter dessas lutas entre os coronéis e os exportadores é bem delimitada, no romance *São Jorge dos Ilhéus*, por meio do pensamento do exportador Carlos Zude, personagem que se configura como capaz de “derrubar os coronéis”.

Desde rapazinho que a imagem das terras negras do cacau, rubras de sangue, ocupava um lugar na sua imaginação. Hoje sabia que o revólver e a repetição, o capanga e o incêndio, já não adiantavam

para a conquista dessas terras. Não eram mais terras de ninguém, matas das assombrações, virgens do contato humano. Agora eram roças de cacau, limitadas por cercas de arame farpado, registradas em cartório, com títulos de posse da terra. Eram terras que tinham dono, coronéis ricos e poderosos, donos dos eleitores, das casas de Ilhéus, dos postos governamentais, das estradas de rodagem, dos automóveis de luxo. Eram donos de Ilhéus, porque eram donos da terra. (...) Carlos Zude e os exportadores eram adventícios, tinham chegado quando as lutas tinham terminado, vinham colher uma parte dos lucros como intermediários nas vendas do cacau. Os ventos de um temporal qualquer podiam levá-los para longe, para a miséria, inclusive, para a falência, não tinham raízes plantadas nessas terras.¹⁹

Esse discurso nos remete à idéia de que as raízes plantadas pelos coronéis com a conquista da terra, dos eleitores, das casas, dos postos governamentais e dos negócios tinham se legitimado como *tradição* e que o *domínio dos coronéis* não seria derrubado facilmente.

Por mais que a luta entre coronéis e exportadores seja mostrada como uma luta entre a sociedade patriarcal, rural e atrasada, e a sociedade mercantil ascendente, urbana e representante do progresso do capitalismo, como uma luta entre o “velho” e o “novo”, entre o “arcaico” e o “moderno”, a ameaça ao domínio dos coronéis não é vista como uma ameaça fatal, pois, estes, ainda conseguiriam se impor pelos valores tradicionais, por meio de relações diretas e pessoais.

No cenário de *São Jorge dos Ilhéus*, o Brasil já tinha vivido a chamada Revolução de 1930 e o momento político

era também marcado pela mudança; mudança esta, considerada como um indício do fim de um mundo no qual predominavam os códigos tradicionais, com seus vínculos de dependência e solidariedade, e com a personalização do poder.

A Revolução de 1930 rebentara os velhos quadros políticos e a luta que se desenvolvia no país entre as esquerdas e as direitas punha os coronéis tontos. Eles estavam acostumados àquela rotina de partidos de governo e de oposição, os coronéis os sustentando, os jovens fazendo carreira. Agora viam que esses partidos estavam valendo pouco, as grandes massas estavam com as esquerdas ou as direitas. Diante dessas transformações os coronéis não sabiam o que pensar e se metiam nas fazendas, dia e noite no trabalho, homens que envelheciam gritando ordens para os trabalhadores. Sentiam um terror pânico quando um operário politizado lhes dizia um desaforo nas ruas de Ilhéus. Para eles era como se o fim do mundo se aproximasse.²⁰

Percebe-se que a elaboração discursiva da Revolução de 1930 migra não apenas dos discursos políticos para os discursos acadêmicos. Ela também funciona como força explicativa na literatura de ficção, como marco para mudanças que desestruturam a organização da política.

O coronel Horácio da Silveira se encontrava, então, com 80 anos, meio parálitico de reumatismo e quase cego, andando com dificuldade, mas apoiado numa bengala de castão de ouro. Não obstante,

A política continuava a ser a sua grande paixão. Conservava a chefia de um dos

partidos tradicionais da zona, agora novamente no governo. (...) era dono da terra do cacau, fazendo e desfazendo autoridades, senhor de milhares de votos, rico de incalculável riqueza, rico de fazer medo, como diziam em toda a extensão daquele município.²¹

O coronel Horácio da Silveira, sendo um coronel *tradicional*, conservou-se alguns anos fiel ao regime deposto com a Revolução de 1930, regime “que tanto lhe agradava no qual construíra sua fortuna e do qual era um dos baluartes mais poderosos no sul da Bahia”. Segundo Amado,

A verdade, porém, é que Horácio, apesar da sua paixão pela política, já não a entendia bem, nesses tempos atrapalhados de após a Revolução de 1930. Fazia uma enorme confusão com essa “política moderna”, como ele dizia, de comunistas e integralistas. Seu filho estava metido com os integralistas, vestia uma camisa verde. O compadre Braz, um homem já velho, andara novamente há poucos anos passados, de revólver em punho, garantindo comícios de esquerdistas, falando que os estrangeiros queriam tomar as terras dele mas que ele não entregava. (...) decididamente não entendia aquela política, tão diversa de antigamente, quando os homens votavam em vez de discutir na rua. Horácio olhara com desconfiança tanto os comunistas como os integralistas. Pois se falavam até em “direitos dos trabalhadores...!”, coisa para ele inconcebível.²²

Mais uma vez a imagem da revolução de 1930 demarca a ruptura com as práticas políticas

“coronelísticas”, que deixa os coronéis “tontos”, levando-os a um completo desentendimento em relação às mudanças que se operam a partir de então.

Ainda em relação a posição assumida pelos coronéis frente as mudanças políticas que se operaram na década de 1930, e a presença dos comunistas e dos integralistas na cena política, Amado afirma que:

Para os coronéis a palavra comunismo tinha um trágico significado. Viam logo as filhas prostitutas, as terras tomadas, um caos inimaginável. E os integralistas exploravam admiravelmente o fato, espalhando notícias espantosas: “Os comunistas iriam tomar as terras de todo mundo como tinham feito na Rússia e botar os coronéis na enxada”; “o general Luís Carlos Prestes estava no Brasil, escondido em alguma parte, planejando a revolução comunista”. Por mais absurdos que fossem os boatos, os coronéis não discutiam. Tinham vagas notícias sobre os comunistas, liam por vezes volantes que pediam maior salário para os trabalhadores, sabiam que na Ilha das Cobras existiam sujeitos capazes de tudo. Era um horror. E davam dinheiro para os integralistas, mesmo quando pertenciam aos tradicionais partidos do governo e da oposição. Porque numa coisa estavam de acordo todos: os fazendeiros, os exportadores, os padres, os comerciantes. Era na necessidade de combater o comunismo.²³

De acordo com o discurso de Amado, o coronel Horácio da Silveira foi um daqueles coronéis que mais demoraram a se entrosar na nova máquina governamental. E foi por apoiar a República Velha, que seus correligionários tramaram tirá-lo da chefia do

partido quando ele completou 80 anos. Mas a resposta do coronel foi mandar assassinar o advogado que pretendia substituí-lo. Com esse episódio, Amado aponta mais uma característica do coronel, a de que ele se torna violento quando tem seus direitos e sua honra ameaçados e a sua confiança traída.

Portanto, apesar das mudanças econômicas e políticas pelas quais a sociedade estava passando, em *São Jorge dos Ilhéus* Amado elabora a imagem dos coronéis como homens que estão sendo ultrapassados economicamente, mas que ainda lutam, com as armas que possuem, para sobreviverem politicamente. No caso do coronel Horácio ele afirma que

Horácio da Silveira quase desconhecido fisicamente para a geração mais nova que raramente o conseguia ver, era lendário na cidade. Falavam dele como de alguém distante e que, no entanto, influía em quase tudo que sucedia não apenas na cidade, mas também na cidade vizinha de Itabuna, e em Pirangi e em Guaraci, em Palestina e em Ferradas, em toda a zona do cacau. Senhor de jagunços, de votos, de eleitores, de terras imensas, das prefeituras, das delegacias. Seu nome era pronunciado com respeito, muitos o diziam com medo.²⁴

No discurso acima, o coronel é identificado como uma pessoa atrasada, tanto em nível econômico como em nível social e político, que não acompanha as mudanças que se operam na sociedade, mas consegue se impor pelo poder que tradicionalmente personaliza. Neste sentido, mesmo ainda estando vivo, o coronel Horácio já é uma lenda, uma espécie de realidade fantasmagórica, a assombrar a vida política do município e meter medo em seus habitantes.

Portanto, a partir da temática da transição da sociedade patriarcal cacauzeira para uma sociedade mercantil, Amado assim como Rego, analisa e explica a realidade de sua terra, traçando uma visibilidade do Nordeste através de uma visão romântica do passado da Bahia, belo e distante, e de uma representação do presente ameaçado pela modernidade da sociedade burguesa.

Os romances de Amado falam do espaço social e político ocupado pelos poetas, pelos trabalhadores, pelos comunistas, pelos integralistas, pelas mulheres e pelos coronéis. Falam também da religião e da relação dos padres com os políticos e com a população ilheense nas três primeiras décadas deste século, mapeando as relações de poder e suas imbricações com as questões familiares e afetivas.

Ao contrário de Rego, Amado imprime ao regional uma dimensão universal, ao submeter as matérias de expressão locais ao esquema da interpretação do marxismo. Seus personagens se tornam emblemáticos das condições sociais e dos valores e aspirações políticas.²⁵

Como pudemos ver, esses romancistas apelam para os quadros sociais que refletem a imagem dos coronéis para sustentar a sua visão pessoal do mundo patriarcal e do processo de decadência desse mundo. Cada um a seu modo, com base na sua concepção sobre o mundo em que vive, e de acordo com os seus interesses.

Rego, pleiteia uma continuidade das formas de expressão da sociedade, ressaltando os códigos morais "tradicionais" diante da ameaça de mudança social com a chegada da "modernidade", e constrói uma imagem do coronel com base na valorização das relações paternalistas que já se encontram em franco declínio.

Embora em alguns momentos denote uma certa nostalgia do passado, Amado, por sua vez, norteia os seus romances, não como uma tentativa de construção de um espaço saudoso, e sim, a partir da idéia da mercantilização e do aburguesamento da sociedade, cujos valores ele critica, nos termos do materialismo histórico.

Apesar das diferenças na abordagem do social, esses dois autores, assim como os demais romancistas da década de 1930, elaboraram uma imagem para o coronel que também sedimenta uma visibilidade e uma dizibilidade do "poder dos coronéis".

Foram esses coronéis, tomados como um resto do passado, como a força mais atrasada do país, e, paradoxalmente, como uma figura que está imune às transformações históricas, que teimaram em sobreviver, adquiriram uma essência generalizável, e instrumentalizaram a construção e o uso subsequente do conceito de coronelismo.

A literatura regionalista da década de 1930, assim como os discursos dos cientistas sociais e dos historiadores que construíram o conceito de coronelismo, objetivou uma imagem do coronel que caracteriza uma particular concepção de lei e de norma. No código cultural do coronel, a lei tem a função de satisfazer suas ambições e seus objetivos pessoais. Nas relações entre os coronéis e seus correligionários, assim como nas relações entre os coronéis e os poderes estadual e federal, as alianças e rupturas se dão de acordo com as conveniências e os interesses pessoais.

A influência da imagem do coronel instituída na literatura regionalista da década de 1930 se faz sentir nos discursos produzidos nas Ciências Humanas, e também em momentos históricos posteriores, na própria

literatura, com todos os desdobramentos e adjetivações possíveis, de acordo com o contexto histórico específico que sirva de motivação aos autores que trabalham com esta temática.

Um exemplo de retomada da imagem do coronel que merece ser demonstrado está nos textos de Dias Gomes. Estes textos apresentam uma imagem do coronel que, apesar de ter por base aquela criada pela literatura anterior, possui especificidades que são impostas pelos próprios códigos e valores vigentes no momento histórico em que foram escritos.²⁶

4.2. A IMAGEM DO CORONEL COMO SIMULACRO DO PODER LOCAL NOS TEXTOS LITERÁRIOS DE DIAS GOMES.

Dias Gomes subjetiva a imagem do coronel já instituída pela literatura e pela academia, e aponta a figura do “doutor-coronel prefeito”, Odorico Paraguaçu, como um arquétipo do coronel político brasileiro demagogo, corrupto e inescrupuloso, remetendo a um coronel que não passa de uma figura farsesca, de traços cômicos e exagerados. O coronel Odorico aparece no discurso de Dias Gomes como um político capaz das mais diversas e cômicas proezas.

Em *O Bem Amado*, o coronel Odorico, tendo prometido um cemitério ao povo de Sucupira cumpre a sua promessa tão logo assume o cargo de prefeito, mas é criticado pela oposição, devido à inutilidade da obra, já que desde a construção do cemitério nunca morreu ninguém na cidade, e este nunca foi inaugurado, pois deveria sê-lo no primeiro enterro que ali houvesse.

O Bem Amado satiriza todo o tempo a figura do

coronel²⁷ mostrando as tentativas frustradas de Odorico Paraguaçu para conseguir um defunto e poder inaugurar o cemitério para evitar as críticas da oposição.

No final da trama, Zeca Diabo, um ex-cangaceiro que voltou à cidade atendendo a um chamado do coronel que pensava conseguir um defunto por meio dele, mata Odorico. Assim, a inauguração do cemitério é feita com o cadáver do próprio "coronel-prefeito".

Dias Gomes encerra a peça com o enterro de Odorico Paraguaçu. O discurso de Neco Pedreira, o redator-chefe do jornal *A Trombeta*, que fazia oposição aberta ao coronel, fecha a história nos seguintes termos:

Odorico Paraguaçu, aqui estamos para um último adeus a ti que foste um exemplo para todos nós. Exemplo de probidade e caráter, de perseverança e lealdade, de justiça e amor ao próximo. (...) Só tu, Odorico, mais ninguém, podias merecer a subida honra de inaugurar este campo-santo, que foi a grande obra do seu governo, o grande sonho de sua vida, afinal realizado! Adeus, Odorico, o Grande, o Pacificador, O Desbravador, o Honesto, o Bravo, o Leal, o Magnífico, o Bem-Amado...²⁸

Apesar das ironias de Neco Pedreira, o coronel Odorico Paraguaçu entrou para a história de Sucupira como um homem magnífico, que tudo fez pela cidade e pela comunidade sucupirense, e que passaria a ser visto, depois de morto, como um herói.

Da mesma forma que a imagem do coronel elaborada na literatura acadêmica, a morte de Odorico no final da novela transmitida pela TV Tupi não foi definitiva. Ele foi ressuscitado por Dias Gomes passando a ser exibido como seriado na TV Globo, na década de 1980. E nos contos que foram escritos pelo autor,

posteriormente, várias temáticas são enfocadas para caracterizar o “doutor-coronel” prefeito Odorico Paraguaçu.

No conto *O defunto voluntário*²⁹, a temática do cemitério é reelaborada e demarca a relação entre o coronel e um jagunço. O coronel Odorico chega ao ponto de contratar um suicida covarde para efetivar a morte que ele tanto almeja, por intermédio de um jagunço, dando-lhe em troca: o enterro, o mausoléu e uma pensão vitalícia de dez salários mínimos para a viúva e os filhos. Tudo isso só para inaugurar o cemitério da cidade, até então sem serventia. Mesmo assim, ele não consegue “suicidar” o homem, e Sucupira permanece sem defunto para inaugurar o cemitério.

Em *O renunciista que deu certo*³⁰, Dias Gomes mostra até onde o coronel Odorico é capaz de manipular o jogo político para conseguir atingir seus objetivos particulares. Odorico, nesse episódio, por meio de uma falsa renúncia ao cargo de prefeito, tenta conseguir da Câmara de Vereadores a aprovação de um projeto de construção de obras de fachada. Estas obras visam encobrir a utilização dos cofres públicos na campanha política que se aproxima. E ele consegue, depois de muitas e ridículas manobras, voltar à prefeitura nos braços do povo e aprovar o seu projeto faraônico na Câmara de Vereadores.

No conto *O atentado pirotécnico*³¹, Odorico tenta calar a boca da imprensa oposicionista oferecendo uma cadeira de Deputado Estadual ao diretor do jornal *A Trombeta*, Neco Pedreira, para evitar que a imprensa lhe faça oposição. Não conseguindo a aliança desejada, o coronel Odorico manda explodir a redação do jornal, e ainda dá um jeitinho de culpar, um inocente - o alcoólatra Nezinho do jegue. Neste conto, o discurso de Dias Gomes caracteriza o coronel como um homem capaz de qualquer

coisa para evitar ser preterido por quem quer que seja.

No episódio *O Povo de Deus e o milagre dos coronéis*³², Dias Gomes retrata a luta entre os coronéis e os posseiros, tendo como intermediária a Igreja Católica através da Pastoral da Terra. Nesse texto, o coronel Odorico Paraguaçu tenta desapropriar terras em Sucupira para vendê-las a uma empresa multinacional que pretende investir na cultura do algodão. O discurso do autor é enfático ao demarcar as posições políticas dos envolvidos na luta pela terra, e merece ser mostrado:

A posição da Igreja, por exemplo, é retratada através do discurso do padre Ruggero:

Minha palavra é de paz, de concórdia, mas também de justiça. (...) A situação dos que sofrem por questões de terra neste país é extremamente grave. Por toda a parte ouve-se o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la. A terra é um dom de Deus a todos, é um bem de todos. Não é justo que num país imenso como o Brasil a terra pertença a poucos. E menos justo ainda é que esses poucos neguem a terra a muitos que querem cultivá-la, quando eles mesmos não cultivam nada.³³

Dissemos antes que Dias Gomes retoma a imagem do coronel levando em conta os novos códigos e valores de sua época. Neste discurso ele ressalta a influência direta da Igreja sobre o movimento organizado de luta pela terra, impensável na década de 1930, ou até a atuação da Teologia da Libertação na Igreja Católica.

Já o personagem de Odorico retrata o coronel que se julga dono de todas as terras e dos moradores de Sucupira, queima a casa e o roçado de um dos posseiros para intimidar os demais. E quando argüí-lo pelos padres

sobre o atentado aos posseiros, declara-se inocente, embora, em seguida, demarque bem a sua posição de mando por meio de um diálogo com os padres:

- Pelo respeito que tenho a Vossas Reverendíssimas e pelo amor à lei e à justiça, vou mandar apurar. Todos sabem que sou contra a violência, venha ela da ponta esquerda ou da ponta direita, da lateral ou do meio de campo. Não obstantemente haja no caso certos relevantes (...) Algum desses posseiros apresentou a Vossas Reverendíssimas um título, um documento qualquer de propriedade?³⁴

Contra o argumento dos padres de que aquela gente que está lá há muitos anos, trabalhando, cultivando a terra, e que as terras em questão são devolutas, Odorico intervêm de forma surpreendente:

- Ai é que a porca torce o rabo. - Odorico sorri, levanta-se, vai até a sua mesa de trabalho, abre uma gaveta, tira uma pasta verde. - Aqui está o título de propriedade, devidamente registrado no Registro de Imóveis da Comarca. Todo o Descampado me pertence. (...) Desde Sempre.³⁵

E diante da perplexidade dos padres quando descobrem que só agora ele conseguiu o título de propriedade das terras, Odorico reage:

- Esse é um considerado cronológico que não vem ao caso. (...) O primeiro homem a sujar as mãos nesta terra morna e cariciosa de Sucupira foi um Paraguaçu. E é assazmente contristante a ingratidão dessa gente a quem permitiu usufruir de um bem que sempre pertenceu à minha família, desde os

mais antigos antigamente. Mas é no que dá a gente ser bom, ter a alma lavada e passada na caridade cristã. Essa minha mania de querer dividir tudo que é meu com os pobres...

- Se é assim - padre Ruggero aproveita a deixa -, por que o senhor não distribui títulos de propriedade com todos os posseiros?

- Primeiramente, porque não quero entrar em choque com o INCRA, a quem compete fazer a reforma agrária; secundamente, porque acabo de vender todo o Descampado a uma grande companhia, a Internacional Agropecuária S.A..³⁶

Impressionado com a falta de caráter do coronel o padre ainda arrisca perguntar se a tal companhia vai expulsar os posseiros de lá; ao que Odorico responde se isentando da questão:

- Isso eu não posso responder.
- tranqüilo, seguro de si, Odorico estende a mão dando a entender que está encerrada a audiência.
- É problema deles. (...) Eu se fosse Vossa Reverendíssima, não metia a mão nessa cumbuca.
- Há um leve tom de ameaça na voz de Odorico: "Um padre deve cuidar dos negócios de Deus e deixar que os Homens cuidem dos seus próprios negócios".³⁷

Com essas palavras o coronel encerra o assunto e os padres saem perplexos com o que acabaram de presenciar. O padre Ruggero ainda pergunta ao vigário: "-Como, será que ele conseguiu aquele título de propriedade? (...) O senhor tem idéia?". E o vigário

responde prontamente: - *Ah, meu caro... aqui, não são os santos, são os coronéis que fazem milagres.*³⁸

Assim, a imagem do coronel reproduzida pelo discurso de Dias Gomes é a de um homem “inculto”, manipulador da palavra por meio de um vocabulário irreverente e extravagante, por trás do qual esconde a sua falta de caráter e a sua prepotência e covardia diante dos “mais fracos”. Odorico se sente “dono” de Sucupira. Burlando a justiça e criando as suas próprias leis ele não tem o menor escrúpulo de ludibriar os cidadãos sucupirenses para conseguir a posse das terras que a empresa multinacional em questão interessa comprar.

Nesse mesmo conto, Zeca Diabo é um dos posseiros ameaçados de expulsão da terra. E a resistência dos posseiros, diante de tal ameaça, faz-se sentir, no discurso desse personagem, da seguinte forma:

Então seu padre me explique uma coisa (...): se a terra foi Deus quem deu, comê que os coroné se dizem dono dela? Será que Deus andou barganhando com eles? (...) Seu vigário sabe, eu cheguei aqui de volta do cangaço querendo paz e sossego. - Zeca Diabo põe para dentro a medalhinha de Padre Cícero que pende do pescoço. - arrumei um pedaço de chão que diziam que não tinha dono, fiz minha palhoça, meu roçado e tô vivendo conforme prometi a meu padim Pade Ciço Romão Batista, trabalhando com a graça de Deus na terra que Ele me deu. Agora me aparece um jagunço e diz que a terra é de seu-dotô-coroné prefeito Odorico e que eu tenho que me escafeder daqui. Senão ele faz comigo o que fez com Severino, bota fogo na minha casa e no

meu roçado. Olha seu padre, eu dou um boi pra não entrar numa briga, mas dou uma boiada pra não sair.³⁹

Zeca Diabo se defende da ameaça de perder a terra demonstrando estar disposto a agir da maneira que preciso for para garantir os seus direitos.

Quanto à conversa de Odorico com os posseiros, o diálogo se dá nos seguintes termos:

- Minha gente, Odorico emposta, projeta a voz. - eu posso dizer minha gente sem nenhum demagogismo, porque é gente que vive e labuta nas minhas terras. Por isso é com o coração encharcado na tristeza que venho aqui dizer que, prafrentemente, estas terras vão ter outro dono. Prementes dificuldades econômicas me obrigaram a vendê-las. E assim, vocês vão ter que se mudar.

- Mudar por quê? - pergunta Severino.

- Porque o novo dono quer a terra desimpedida. É um gringo. E sabe, coração de gringo não é coração de Baiano.

- E se a gente não sai? A voz é de um negro cuja pele emite ao sol reflexos azulados. Se a gente não arreda pé?

- Bom, isso não é mais comigo. - Odorico lava as mãos numa bacia imaginária. Apenasmente eu acho que o dono vai usar a força. A lei tá do lado dele.

- Se a lei tá com ele, Deus não tá. - Zeca Diabo surge de repente no meio dos posseiros, que se afastam para deixá-lo frente a frente com Odorico, os dois indicadores enfiados no cinturão de balas.

- Oxente capitão Zeca diabo. - Odorico sorri, disfarsa a surpresa - muito me admira um crente como o senhor

chamando Deus de fora-da-lei.

- Padre Ruggero disse que a gente somos o povo de Deus. - Nos olhos de Zeca Diabo há um brilho iluminado. - e ninguém vai se atrever a expulsar daqui o povo de Deus.

- É isso mesmo. - Severino e os outros posseiros cerram fileira em volta de Zeca Diabo, encravando em Odorico seus olhos metálicos. - Ninguém.

- Bom, eu vim aqui pra conversar (...) - Odorico olha em volta, procurando os homens da sua segurança, os jagunços formam um círculo protetor em torno dele e Dirceu.

- Não tem conversa. - Zeca Diabo agora fala por todos. - Conversa de coroné é embrulhação. A terra é de quem trabalha nela, o padre falou. e Deus falou pela boca dele.

- Zeca Diabo (...) - Dirceu se encolhe no banco traseiro do carro que se distancia do Descampado, ainda não refeito do susto - com essa eu não contava.⁴⁰

Por meio da figura de Zeca Diabo e dos demais posseiros, o discurso de Dias Gomes já demarca um tempo em que os coronéis não têm mais o poder de intimidação de antigamente. Um tempo em que as diferenças sociais se fazem sentir sempre que o coronel ousa “passar a perna” nos agricultores, pois, estes, influenciados pela Pastoral da Terra, já não se calam diante das injustiças sociais.

Zeca Diabo, geralmente é usado como defensor do povo, tanto pela oposição quanto pelo próprio coronel, mas as coisas se equilibram apenas com a ameaça dele. Em todas as disputas entre o coronel e a oposição, Zeca Diabo aparece fechando a questão, e servindo de escudo

para o consenso final, qualquer que seja o grupo vencedor. Portanto, ele é o protótipo do cangaceiro assassino e perigoso que se regenerou por meio do seu fanatismo religioso, ao se tornar devoto de Padre Cícero Romão Batista; mas continua sendo respeitado por todos apenas pela lembrança do que foi no passado, pela fama de sua valentia.

Como vimos, Dias Gomes apresenta uma estreita relação entre o cangaço e as desigualdades sociais por meio do personagem Zeca Diabo, o cangaceiro que luta pela terra como um justiceiro, como um homem bom. Paradoxalmente, a figura do cangaceiro que seria a de um homem mau, que destrói tudo, mata e é capaz de executar as mais absurdas formas de violência, aparece como a imagem da própria defesa dos despossuídos.

Não é demarcada uma distância entre o cangaço e o movimento de reivindicação pela posse da terra que cumpre, em certa medida, um dos objetivos do cangaço, qual seja: fazer justiça aos pobres devolvendo-lhes as terras que lhes foram tomadas pelos ricos. A figura do cangaceiro se impõe exatamente onde impera a concentração da terra, e se distancia das lideranças do movimento dos sem terra apenas pela falta de esclarecimento político.

Paradoxalmente, Zeca Diabo é retratado como uma pessoa ingênua, que pode ser conquistada facilmente desde que lhe façam acreditar que o que lhe pedem para fazer é justo, que o padre concorda, e que ele não está contra a lei divina nem a lei dos homens.

O próprio Odorico se utiliza das façanhas de Zeca Diabo quando é do seu interesse, muito embora, também lembre o seu passado negro quando isso vai lhe trazer algum benefício. No caso em enfoque, o discurso de

Odorico é claro em relação à caracterização de Zeca Diabo:

- Esse cangacista... o padre italiano fez a cabeça dele. - Odorico coloca a gravata, veste o paletó. - Tá repetindo tudo que nem papagaio. É um papagaismo que pode alastrar-se talqualmente praga.

- O senhor acha?

- Foi assim que começou a Revolução Francesa. Com uns papagaístas que papagaiavam o que outros diziam. E foram papagaiando, papagaiando... e deu no que deu.

- Acabaram cortando a cabeça de Luís XVI.

- Ê... - Odorico passa a mão pelo pescoço, como se sentisse o fio da guilhotina. - Temos que dar um jeito nesse padreco (....).⁴¹

Odorico, não se conformando com a oposição que lhe estava sendo feita, e tentando evitar uma derrota, responde aos posseiros e aos padres mandando incendiar as plantações e as casas, matar os animais e atirar nos posseiros. O padre, no entanto, tenta tranquilizá-los:

- Nós, da Comissão Pastoral da Terra, estamos trabalhando para que os direitos de vocês sejam reconhecidos. (...) A lei está do nosso lado. Vamos confiar na lei.

- Oxente padre - Zeca Diabo, montado a cavalo, obriga o padre a erguer os olhos para ele -, como é que a lei tá do nosso lado se a lei é feita pelos coronéis?⁴²

O coronel é identificado aqui, mais uma vez, nos mesmos termos dos discursos acadêmicos que analisamos acima, como um homem cujo poder se sobrepõe à própria lei, é ele que faz a lei, ou seja, a lei é o que o seu poder determinar. Por isso, Odorico manda seus jagunços amedrontar o padre Ruggero por meio de

um fuzilamento simulado, e avisá-lo que da próxima vez as balas o atingirão “prá valer”.

Em seguida, Odorico argumenta perante a delegada, que vai entrevistá-lo como principal suspeito do atentado, que os posseiros são a “cabeça de ponta do subversionismo moscovita em Sucupira”, sugerindo que o padre Ruggero pode ser “um agente do badernismo internacional, disfarçado de padre”. A delegada promete investigar, e o caso acaba parando na Polícia Federal.

Só que em Sucupira, a idéia de que tudo ocorre de acordo com os interesses de coronel, nem sempre acontece. Nesse caso, o padre Ruggero é interrogado, e o interrogatório acaba envolvendo a imprensa e os políticos de oposição em favor do padre e dos posseiros. Por fim, os posseiros se rebelam, tendo à frente Zeca Diabo e Lulu Gouveia - um político opositor -, e o tumulto vai parar na Prefeitura.

Vendo que está perdendo terreno e considerando que “político sem povo é galinha sem ovo”, quando é ameaçado por Zeca Diabo e informado por Lulu Gouveia que eles têm em mãos um abaixo-assinado, a favor dos posseiros e do padre, Odorico reage estrategicamente e tenta acabar com o problema abrindo mão de uma pequena parte das terras que ele diz serem suas:

- Assunto superado meu caro Lulu Gouveia. Odorico pega as pastas com as assinaturas e joga sobre a mesa. - A oposição sempre atrasada... O inquérito contra o padre Ruggero vai ser arquivado a meu pedido. E como católico apostólico romano vou lutar para que o padre continue em Sucupira a sua missão humanitária e assazmente evangelista. (...) esse era um dos primeirantes que eu ia comunicar hoje ao povo. E tem um secundamente. Decidi doar a cada um dos

posseiros dez hectares de terra e ainda um financiamento para o plantio.

- Mas nisso eles vão perder um pedaço enorme de terra - argumenta Lulu Gouveia, vendo que os posseiros estão confusos.

- Mas em compensação vão ter um título de propriedade - contesta Dorotéia Cajazeira.

- Quer dizer que o coronel abre mão de uns quinhentos hectares e fica com vinte e nove mil e quinhentos pra vender à multinacional - conclui Neco pedreira. - Bom negócio!

- Uma proposta de pai para filho que faço em consideração ao grande apreço que tenho pelo capitão Zeca Diabo. - Odorico estende a mão a Zeca Diabo, que hesita, consulta com o olhar os companheiros, tão perturbados quanto ele com a mudança de comportamento de Odorico.

- É... não... sim... é...

- E agora o senhor vai ou não vai me dar um abraço? - Aproveitando-se da hesitação de Zeca Diabo, Odorico abraça-o e leva-o até a janela. A multidão os vê surgir, abraçados e sorridentes, Odorico acenando para o povo. Passado o primeiro momento de perplexidade, prorrompe em aplausos, à exceção de Nezinho do Jegue, em sua lucidez alcóolica.

- Morra Odorico! Morra o excomungado!⁴³

De acordo com esse diálogo, podemos perceber que, embora demarcando a presença da oposição no jogo político, o discurso de Dias Gomes não foge à regra no que diz respeito à idéia de que o coronel sempre acaba se dando bem e conseguindo seu intento diante das

dificuldades que as situações possam lhe apresentar. Isto porque, segundo Dias Gomes, não há uma politização “consciente” por parte dos “dominados”, quando muito, estes assimilam o discurso das instituições que assumem a sua causa, mas não conseguem discernir, por si próprios, quais os seus direitos de cidadãos.

Uma nova característica do coronel Odorico - que na maioria dos contos de Dias Gomes aparece como um coronel baiano, dono de terras e rural, que sequer sabe falar corretamente -, aparece no conto *A greve piscatória*.⁴⁴ Neste conto, Odorico surge como um empresário, dono de uma fábrica de azeite de dendê, o azeite de dendê Paraguaçu, que está poluindo o mar com produtos químicos, depois da chegada da nova maquinaria, mais eficiente, matando os peixes, tabelando os preços, e propondo o fim da cooperativa de pescadores para evitar que eles o acusem de “peixecida” e outros “desaforismos”. A posição de Odorico redundou em uma “greve piscatória” em plena semana santa, envolvendo na questão, ativistas do movimento ecologista, o padre, as donas de casa, a oposição e a imprensa.

Quando entrevistado por Neco Pedreira a respeito dos detritos que a sua indústria despeja no mar matando os peixes e poluindo a água, Odorico reage ironicamente, e seu discurso é veemente:

- Não me faça rir seu Neco Pedreira. Todo mundo sabe que só fabrico azeite de dendê. E é talqualmente do conhecimento público e privado que o azeite de dendê só engorda e faz crescer, não faz mal a ninguém. Há até quem alardeie os seus entretantos afrodisíacos, assunto sobre o qual eu, Odorico Paraguaçu, certifico e dou fé.

[Ao que o repórter responde:]

- É. Mas os peritos em meio ambiente afirmam que são os recursos químicos que agora estão sendo adicionados ao azeite que causam a mortandade.

[E o coronel retruca:]

- Olha meu caro jornalista, isto me deixa bastante entristecido, com o coração afogado na deceptude e no desgosto. (...) Numa hora em que eu procuro arrancar o azeite de dendê do estado retaguardista do manufaturamento, ingressando na era da industrialização, me vêm com este acusatório destabocado, somente porque meia dúzia de baiacus apareceram mortos na praia. Tem jeito não, no Brasil os espíritos pioneiros como Delmiro Gouveia, Juscelino e eu serão sempre descompreendidos.⁴⁵

Neste sentido, Dias Gomes enfatiza, paradoxalmente, o papel modernizador assumido pelo "coronel" em determinadas circunstâncias; o que lhe permite apresentá-lo como uma revivência do passado, como uma figura que se mantém viva, mesmo diante das mudanças do presente. Odorico, nesse discurso, passa a idéia de que é um homem incompreendido por que preza o progresso e o desenvolvimento de Sucupira, porque quer ingressar na era da industrialização. E só cede, quando percebe que o povo está todo contra ele, depois de ser acusado em praça pública de prefeito herege, autoritário, intransigente e atrabiliário, por poluir o mar, matar os peixes e fechar a cooperativa. Nesse

momento, Odorico, como sempre, age taticamente para tirar proveito da situação. Vai até a praça e faz mais um dos seus discursos estratégicos:

Trabalhadores do mar! Valentosos maronautas de Sucupira! (...) Vim de branco para ser mais claro. Dando uma prova do espírito de tolerância que sempre presidiu nossa administração, decidi aceitar todas as condições. (...) e faço isso porque, como católico, apostólico romano, não posso admitir que o povo não tenha peixe para comer na semana santa! (...) Quero anunciar, entrementemente, que vamos adquirir e instalar em nossa fábrica de azeite-de-dendê uma estação de tratamento para que nunca mais um só peixe morra vítima da poluição nos verdes mares bravios de Sucupira. (...) E para selar e encilhar esse compromisso, faço questão de apertar a mão desse lutador, desse justiceiro, cavaleiro andante das caatingas nordestinas, deste dom-quixote de Sucupira, nosso bravo capitão Zeca Diabo.⁴⁶

Mais uma vez, Zeca Diabo aceita, perplexo, o abraço do prefeito, para delírio geral, exceto, como afirma Dias Gomes, das minorias recalcitrantes. E Odorico é taxado, aos vivas, de "o amigo dos peixes".

Dias Gomes não pára por aí, Em *Odorico na cabeça*⁴⁷, ele relata novas façanhas de Odorico, o Bem Amado:

No conto, intitulado *A Guerra das Malvadas*⁴⁸ Odorico que afirma ser neto do coronel da Guarda Nacional Firmino Paraguaçu e chega mesmo a usar o uniforme do avô, invade uma ilha que há anos é ocupada por um Inglês, mas que pode lhe render um bom dinheiro

caso ele consiga expulsá-lo de lá para abrir um cassino de sociedade com Frank Sinatra. Consegue a proeza de juntar situação, oposição e povo contra o Inglês, alegando que o mesmo torceu pela Inglaterra na última copa do mundo e, também pela Itália, na final Brasil x Itália. A estratégia de Odorico, parte da idéia de que “a única coisa que une o povo sucupirano, esquerda, direita, oposição, católicos, protestantes, macumbeiros, tudo é a Copa do Mundo”.⁴⁹

O discurso de Odorico na rádio difusora de Sucupira, na tentativa de colocar todo o povo sucupirense a seu favor, é bastante enfático:

-Povo de Sucupira! É com meu coração pulsando em ritmo de marcha batida na mais funda revolta, que trago ao vosso conhecimento os indignantes acontecidos que acabo de relatar. Apelo para os sentimentos patriotistas da nossa gente, que tão valentosamente lutou em 1822 pela independência de Sucupira. Apelo para a bravisse e a machura de um povo que nunca levou desaforo para casa. Sucupiranos! Esta é uma hora de união municipal. Acima dos partidos, acima das ideologias, acima das religiões e dos interesses de cada um. É a soberania da nação sucupirana que está em jogo. Abaixo o colonialismo! Viva Sucupira!⁵⁰

No conto *Sucupira vai às urnas*, Dias Gomes descreve uma campanha política em Sucupira.⁵¹ Trata-se da campanha eleitoral de 1982 que tinha como candidatos a prefeito de Sucupira: Lulu Gouveia, pela oposição, que liderava a pesquisa do “ISOPE”, com dois pontos à frente de Dorotéia Cajazeira, candidata situacionista; Ganimedes Batista, que estava em terceiro lugar; Nenê Belchior em quarto lugar e Rosalvo Badaró

em quinto.

Lulu Gouveia era considerado uma ameaça à candidatura de Dorotéia Cajazeira. Não convinha a Odorico ter na Prefeitura, um homem “perigoso” que contrariava seus interesses, falava em mudar tudo e reformar tudo, e tinha um programa de governo, “coisa de comunista”.⁵² Na tentativa de impedir a ascensão de sua candidatura Odorico resolve fundar um jornal em Sucupira, intitulado “Folha de Sucupira”, mais moderno que “A Trombeta”, afirmando que:

finalmente, após anos e anos de calunices e potoquices, Sucupira vai ter um jornal que dirá a verdade, somentemente a verdade, estripitisticamente nua! (...) Não a verdade dos trombetistas vermelhóides e moscoventos! A verdade amarelo-esverdecenta dos apetrechados de amor à nação sucupirana.⁵³

A fórmula encontrada pelos situacionistas para dividir a oposição foi a de fazer uma jogada arriscada: abrir um espaço no jornal Folha de Sucupira para Nenê Belchior - um candidato lunático que estava prometendo “mundos e fundos” aos que votassem nele -, até ele dividir o eleitorado com Lulu Gouveia e derrubá-lo. O plano foi denominado “Operação Borboleta”, por ter sido idéia do secretário Dirceu Borboleta e objetivava elevar Nenê Belchior ao segundo lugar nas pesquisas e depois “passar um rabo-de-arraia” nele. Nas palavras de Odorico, “Lulu Gouveia e Nenê Belchior vão se comer um ao outro. E aí dona Dó vai aparecer linda e fagueira e vai comer os dois”.⁵⁴

Armado o plano, Odorico foi tratar com o candidato pessoalmente justificando que o seu interesse em ajudá-lo era porque:

- Aqui entre nós... eu também sou meio

socialista... não da ponta esquerda, do meio de campo, caindo para a direita..."

[E Belchior completou:]

- Um social-capitalismo...

[Ao que Odorico respondeu:]

- É isso aí. Já vi que vamos nos entender. (...) Primeiro que tudo, pela admiração que tenho pelo amigo. Segundo que tudo, porque não obstantemente estejamos em partidos diversos, temos muito em comum. Somos ambos fazendeiros. Eu planto dendê, o amigo planta cacau. Eu crio bode, o amigo cria ovelha. Nós dois temos barro nas botas e cheiro de estrume no nariz."⁵⁵

Diante da desconfiança de Belchior o prefeito continua:

- Boto meu jornal à sua disposição. Boto talqualmente a minha rádio. Mesmo com os obstantes da lei falcão a gente sempre dá um jeito... E papel pra cartaz, pano pra faixa... Claro, tudo isso tem que ficar aqui entre nós...

- E a sua candidata dona Dorotéia?

- Nem ela pode saber!

- Bem, coronel, em troca de tudo isso o que é que o senhor quer de mim?

- Somente uma coisa: que não me ataque. Pode atacar meus secretários, pode dizer que não gosta do meu alfaiate... pra não dar muito na vista. Em compensação, desça o cacete em Lulu Gouveia, que é nosso inimigo comum. Pau nele!⁵⁶

E assim, a campanha foi de vento em popa. Na Rádio Difusora Sucupira o locutor discursava: "- Quem é Nené Belchior? Nené Belchior é cabra porreta. Vai dar casa, comida e roupa lavada para todo mundo. Vai botar escada rolante nas favelas e vai fazer chover no

sertão”.

Nené Belchior, por sua vez, prometia fazer o sertão virar mar e o mar virar

sertão. Discursando para os lavradores, ele falava:

- Chegou o dia da redenção! Aqui estou para te anunciar o fim de todas as aflições. Vim para te salvar da fome, do desemprego, do analfabetismo, da seca, das enchentes, das pragas, dos feitiços e dos mau-olhados! Aqui estou para anunciar a ti irmão lavrador, que o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão! (...) Irmão lavrador, eu sei como tirar a água da pedra e o leite do barro. Se eleito, vou fornecer café da manhã, almoço e janta para todos. E cada criança ao nascer receberá uma vaca de presente; quem não puder mamar na mãe, vai mamar na vaca!⁵⁷

O próprio coronel se encarregou de dividir a oposição internamente, insinuando com um telefonema anônimo que a mulher de Lulu Gouveia o traía com Neco Pedreira. E para jogar Lulu Gouveia contra Nené Belchior, ele mandou incendiar o carro do primeiro. Na hora do incêndio, os incendiários gritavam o nome de Belchior.

Mas o que acontece no final é que dá “Belchior na cabeça”, ou seja, Belchior consegue ultrapassar Lulu Gouveia, e Dorotéia perde mais seis pontos na pesquisa passando para o terceiro lugar.

As estratégias e táticas políticas utilizadas por Odorico têm como justificativa, sempre, a moral, os bons costumes, a ordem social e o progresso de Sucupira e de suas famílias. E a imagem do coronel elaborada por Dias Gomes, não é, senão, uma reelaboração do coronel criado pela literatura da década de 1930, com algumas novidades impostas pelas mudanças sócio-políticas que

se operaram até a década de 1980.

Só que o Coronel Odorico é retratado como uma espécie de bufão, como um fantasma a aterrorizar a vida política da cidade com suas tramas mirabolantes. À medida que cobra dos seus concidadãos uma reciprocidade que legitime seus interesses pessoais, Odorico vai percebendo que isto vai se tornando impossível, devido às mudanças nos códigos de comportamentos vigentes. A prática de cooptação política dos sucupirenses exige que ele aja considerando a oposição e o embate com as demais forças políticas. Mesmo assim, ele age de acordo com a lógica do “coronel”, para quem, neste discurso, os fins justificam os meios.

Uma peculiaridade que devemos observar nos textos de Dias Gomes é a de que, ao serem transformados em seriado de TV, conseguem atingir um público considerável e, embora reflitam a imagem do coronel não mais considerando-a como um símbolo e sim como um simulacro do poder local, contribuem para que haja novas leituras dessa imagem, e que ela seja permanentemente reelaborada e relacionada à organização e ao exercício da política vigentes naquele momento histórico.

Com base no exposto, pode-se afirmar que o coronel assume, nos diversos discursos que constroem a sua imagem, vários perfis psicológicos. Os perfis traçados pela historiografia, pelos cientistas políticos e pelos antropólogos, se assemelham aos perfis traçados pela literatura de ficção.

O coronel é considerado como homem forte, letrado ou não, possuidor de bens e de força política, mas, como vimos, o contorno da sua imagem é mapeado de tão diferentes formas que acaba se perdendo.

Nas formulações discursivas que acabamos de

analisar o coronel que até um determinado momento histórico se configurava como um símbolo cuja referência seria a patente da Guarda Nacional, quando começa a ser constituído com o objetivo de representar ou de encarnar o poder local, passa a ser uma figura permeada por contradições e ambigüidades, podendo ser, ao mesmo tempo, o coronel do atraso e o coronel modernizador; o coronel que pratica a violência e que pacifica; o coronel que é bondoso e que é cruel; o amante carinhoso e o marido poderoso e dominador; o pai que tudo faz para construir o futuro dos filhos, mas que possui total controle sobre a vida destes; o político astucioso e o político bronco incapaz de compreender as mudanças que se operam na organização social e de poder; o patrão paternal e explorador.

Por fim, a imagem do coronel é tão ambígua e se constrói com tantas nuances que acaba por se dissolver no próprio movimento de sua invenção. No entanto, é uma imagem que fascina, pois quem vai lidar com ela muitas vezes termina se enredando na sua própria força, de homem dominador, por excelência, de possuidor de um poder sem peias que lhe confere uma posição de mando irrestrito.

Criada pela literatura e objetivada pelos discursos acadêmicos como enunciado para a construção do conceito de coronelismo, a imagem do coronel possui, pois, uma positividade à medida que legitima e internaliza socialmente e culturalmente a idéia do poder como apropriação e dominação política.

NOTAS:

¹ Edgard Carone. op. cit., 1978, p. 253-254.

² Idem. Ibidem. p. 207 e 224.

³ José Lins do Rego. "Usina". Rio de Janeiro: José Olympio, 13ª. ed.,

1993. © 1936. p. 43.

⁴ ⁵Idem. p. 136-137.

⁶ Idem. Ibidem. p. 43-44.

⁷ Idem. Ibidem. p. 115.

⁸ José Lins do Rego. *"Fogo Morto"*, Rio de Janeiro: José Olympio. 36^a. ed. 1990 © 1943. p. 175.

⁹ Idem. p. 174.

¹⁰ Heloísa Toller Gomes. *"O poder rural na ficção"*. São Paulo: Ática. 1981, p. 47.

¹¹ José Lins do Rego. Op. Cit, 1990, p. 256.

¹² Idem. p. 256.

¹³ Ibidem. Ibidem. p. 256.

¹⁴ Cf. Jorge Amado. *"Terras do Sem Fim"*, 48^a. ed. Rio de Janeiro: Record. 1982. p. 129.

¹⁵ Idem. p. 61.

¹⁶ Idem. Ibidem, p. 135.

¹⁷ Idem. Ibidem. p. 136.

¹⁸ Idem. Ibidem, p. 187 e 202.

¹⁹ Jorge Amado. *"São Jorge dos Ilhéus"*. 44^a. ed. Rio de Janeiro: Record. 1982, p. 59 e 61.

²⁰ Idem. p. 142.

²¹ Idem. Ibidem, p. 60.

²² Idem. Ibidem, p. 79.

²³ Idem. Ibidem, p. 85-86.

²⁴ Idem. Ibidem, p. 192.

²⁵ Idem. Ibidem, p. 185.

²⁶ Cf. Durval Muniz de Albuquerque Jr., op. cit. 1994 p. 281.

²⁷ Destacaremos aqui as séries de contos *"Sucupira ame-a ou deixe-a: Venturas e desventuras de Zeca Diabo e sua gente na terra de Odorico, o bem amado"*. S. Paulo: Círculo do Livro S.A., 1982; e *"Odorico na cabeça"*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Esses contos dão continuidade a *"Odorico, o bem amado e os mistérios do amor e da morte"*, peça teatral escrita em 1963, que foi posteriormente, no início da década de 1970, apresentada na televisão - TV Tupi - como telenovela, a primeira telenovela colorida da televisão brasileira. Como seriado, *"O bem amado"*, ficou cinco anos no ar, na TV Globo, na década de 1980, com algumas modificações que deram um acentuado cunho popular aos personagens.

²⁸ Por meio das aventuras de Odorico Paraguaçu, o autor tenta identificar os "coronéis políticos" a partir da imagem do coronel já objetivada na academia e na literatura, como indivíduos que abusam do poder público para satisfazer interesses pessoais, não importando os critérios que tenham de ser utilizados para satisfazer os seus objetivos. Como o próprio Dias Gomes afirmou: *"O Bem Amado cumpriu seu papel de*

satirizar e questionar a realidade do país através do microcosmo sucupirano". (Cf. *O Bem Amado*. Rio de Janeiro: Tecnoprint/Ediouro. Coleção Prestígio, 1991. © 1963, p. 14).

²⁹ Cf. Dias Gomes. op. cit. 1991, p. 123-124.

³⁰ Cf. Dias Gomes. *O defunto voluntário*. In. Sucupira ame-a ou deixe-a. op. cit., 1982 p.11 -33.

³¹ Cf. Dias Gomes. *O renunciista que deu certo*. In. op. cit., 1982. p. 35-53.

³² Cf. Dias Gomes. *O atentado pirotécnico*. Idem. p. 54-77.

³³ Cf. Dias Gomes. O povo de Deus e o milagre dos coronéis. In. op. cit., 1982. p. 79-100.

³⁴ Idem. p. 82.

³⁵ Idem. Ibidem. p. 83.

³⁶ Idem. ibidem. p. 83-84.

³⁷ Idem. Ibidem. p. 84.

³⁸ Idem. Ibidem. p. 85.

³⁹ Idem. Ibidem. p. 85.

⁴⁰ Idem. Ibidem. p. 82-83.

⁴¹ Idem. Ibidem. p. 85-86.

⁴² Idem. Ibidem. p. 86-87.

⁴³ Idem. Ibidem. p. 89.

⁴⁴ Idem. Ibidem. p. 98-99.

⁴⁵ Idem Ibidem. p. 101-118.

⁴⁶ Idem. Ibidem. p.104.

⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 118.

⁴⁸ Cf. Dias. *Odorico na Cabeça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

⁴⁹ Idem, p. 53 a 73.

⁵⁰ Idem. Ibidem. p. 60.

⁵¹ Idem. Ibidem. p.60-61.

⁵² Esse conto, *Sucupira vai às urnas*, é o roteiro original do primeiro episódio da trilogia Sucupira vai às urnas, que por solicitação do PDT e do PTB, foi proibido de ir ao ar pelo Tribunal Regional Eleitoral. (Cf. Dias Gomes. op. cit. 1983. p. 149-182)

⁵³ Idem. p. 145.

⁵⁴ Idem. p. 145.

⁵⁵ Idem. Ibidem. p. 150.

⁵⁶ Idem. Ibidem. p. 172.

⁵⁷ Idem. Ibidem. p. 159-160.

⁵⁸ Idem. Ibidem. p. 160-161.

⁵⁹ Idem. Ibidem. p. 156-157.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a proposta deste trabalho, objetivamos investigar as condições e possibilidades históricas da construção e institucionalização da imagem do coronel e do conceito de coronelismo nos discursos dos historiadores, dos cientistas políticos e da literatura de ficção no Brasil.

Pelos discursos acadêmicos e literários, a construção e o uso do conceito de coronelismo e da imagem do coronel deu-se a partir do recorte de determinadas práticas políticas de dominação, e serviu para organizar um modo de inteligibilidade do “real” que tem por base um entendimento linear, hierárquico e contínuo das relações de poder.

Um primeiro ponto a considerarmos, a tônica dos discursos sobre o coronelismo, a qual, parte do princípio de que devemos ir buscar no passado o que de mais pertinente possa caracterizar o “espírito do coronelismo”. Neste sentido, a caracterização e interpretação das “práticas coronelísticas” encontra-se sempre entremeada pela necessidade de identificar no presente, por meio do passado, o melhor caminho para o futuro.

A busca do passado para identificar as raízes do coronelismo acaba demonstrando a trama da invenção deste conceito. Por estes discursos, o “coronelismo” objetiva assumir-se como as próprias práticas que eles tentam legitimar enquanto práticas que compõem a organização da política no Brasil. Quando confrontados, no entanto, os discursos que elaboram este conceito apontam as suas próprias dispersões, pois descrevem de forma diferenciada não apenas a “origem” do “coronelismo”, mas as suas próprias características e fundamentos, bem como o seu declínio.

As divergências, no que diz respeito à “natureza” e aos “fundamentos” desse “fenômeno”, que ora é definido como “sistema político”, ora, como “mandonismo” ou como “clientelismo”, possibilita-nos perceber que quando tratado como “sistema político”, o coronelismo é considerado um fenômeno historicamente datado na Primeira República. Quando considerado, porém, como “mandonismo” e/ou “clientelismo”, o coronelismo se apresenta como um conceito muito amplo e indeterminado no tempo, capaz de dar conta das relações de poder em qualquer momento histórico.

Essa compreensão só foi possível, por meio da apropriação de espaços institucionais; de estratégias e técnicas de dominação que geraram múltiplas relações para o seu exercício e da idéia de que o poder está localizado no aparelho de Estado e se reduz à política.

O conceito de coronelismo, as imagens e os enunciados sobre os quais ele se apóia, são, portanto construções de certa visibilidade e dizibilidade do poder que detêm a competência discursiva e a legitimidade para dizer a “verdade” sobre o passado coletivo, por meio de uma pseudo-continuidade entre o(s) passado(s) e o(s) presente(s).

As práticas coronelísticas e a imagem do coronel, evidenciadas pela historiografia, pela ciência política e pela literatura, priorizam uma concepção do poder que se pauta nas táticas de governamentalização do Estado. Localizam-se no espaço de instituições específicas e se baseiam numa concepção maniqueísta que realça caracteres psicológicos do coronel, em relação à sua clientela, desconsiderando as relações de classe e/ou de poder que se exercitam neste sentido.

Os estudiosos da Primeira República construíram o conceito de coronelismo com base na idéia de que o federalismo e o liberalismo implantados no Brasil, durante este período, legitimaram o domínio das oligarquias e o mando dos coronéis, configurando-se como personalização do poder.

As “razões” da Revolução de 1930 são confundidas

com a crítica à “República dos Coronéis”, e esta, com a crítica ao Estado Liberal institucionalizado até então, a idéia de nacionalismo e a construção do Estado Autoritário.

De acordo com a idéia de quebra do pacto oligárquico da Primeira República e de construção da nacionalidade brasileira, o Estado Autoritário, constituído a partir de 1930, deveria respeitar as desigualdades, a fim de consolidar o bem-estar coletivo da sociedade e tratar como políticas, as questões sociais que necessitavam de sua intervenção. Abriu-se então um espaço para as construções e interpretações historiográficas e sociológicas sobre o conceito de coronelismo e a imagem do coronel.

Compreendemos, assim, que foi a partir da legitimação da “Revolução de 1930” como um fato histórico que consolidou a queda das oligarquias, e/ou uma ruptura com o Estado liberal, oligárquico e federativo da Primeira República, que as práticas ditas coronelísticas ganharam estatuto de temática imprescindível no tratamento das relações de poder exercidas no Brasil.

Nestes discursos, legitima-se a liderança do coronel como domínio, em relação aos seus prepostos, e reciprocidade, em relação às demais esferas do poder. A base desta legitimação é a idéia de que o “poder político do coronel” advém da hábil manipulação que ele faz do “poder privado” em relação à falta de autoridade formal do Estado.

O estudo de Leal (1948) sobre o coronelismo, que marca o início da construção acadêmica desse conceito, foi elaborado num momento histórico de crítica ao “Estado Autoritário” instituído a partir da Revolução de 1930.

Conclui-se daí, que, a “Revolução de 1930” foi o marco para se pensar as ditas práticas coronelísticas, porém, só a partir da crise do Estado Novo e da retomada das temáticas do liberalismo e da democracia, tão decantadas na década de 1940, é que a sistematização desse conceito ganhou terreno.

Como já afirmamos anteriormente, acreditamos que a

ênfase dada a estas temáticas naquele momento, exigem uma retomada da análise de determinadas práticas políticas exercitadas na Primeira República, na tentativa de delimitar os seus defeitos e, ao mesmo tempo, recuperar o liberalismo político através de novos parâmetros.

Torna-se, pois, imprescindível a necessidade de diferenciar a “democracia” e o “liberalismo” do “coronelismo”. Neste sentido, podemos afirmar que a invenção do conceito de coronelismo objetivou pensar as mudanças nos momentos de redefinição política, econômica e social, para que a “Nação” brasileira passasse por transformações, sem que houvesse um corte significativo na organização da política que implicasse uma perda de legitimidade do Estado e das elites dominantes.

De acordo com essa compreensão foi produzido um saber que permitiu a visibilidade das relações de poder como sendo relações de dominação, naturalmente dadas. As mudanças que freqüentemente ocorrem no sentido da exclusão social e da integração cultural se apresentam como continuidades sustentadas pelas instituições sociais, por dispositivos de poder e por categorias que se encarregam de modificar seus significados no próprio desenvolvimento das práticas políticas, sociais, econômicas e culturais, tidas como relações institucionais hierárquicas e contínuas.

Um outro ponto importante é que a desestabilização causada pela “modernização”, pela mudança de códigos e valores sociais e culturais que a industrialização e a urbanização das décadas iniciais deste século exigiram, possibilitou que a imagem do coronel, bem como o conceito de coronelismo, fossem construídos e legitimados quando já se apontavam as possibilidades de mudanças na economia, na sociedade e na política brasileira.

Os desdobramentos, tanto do conceito de coronelismo quanto da imagem do coronel, que têm sido feitos por meio de “estudos de caso” e de constantes adjetivações, podem ser considerados como táticas para modificar as práticas políticas que legitimam a dominação do Estado, em associação com as

elites dominantes, sem rupturas profundas. Isto porque o conceito de coronelismo é quase sempre utilizado para reafirmar e perpetuar a função política dos coronéis, sobretudo nos momentos de transição econômica e/ou política.

Tendo surgido como a representação política de uma economia rural de uma sociedade "arcaica", o conceito de coronelismo se transmuda por meio de táticas e estratégias de dominação constantemente reelaboradas, sempre que surgem novos elementos nas relações sócio-culturais e a exigência de mudanças na organização e no exercício da política.

A imagem do coronel, que serviu de base para a elaboração do conceito de coronelismo, foi produzida, a princípio, pela literatura regionalista da década de 1930, num momento de profunda apreensão e desestabilização das práticas políticas, ditas personalistas e patriarcais, exercidas até as três primeiras décadas deste século.

Ao ser objetivada, esta imagem do coronel (assim como as imagens do jagunço, do beato e do cangaceiro), produziu uma visibilidade do poder, com a qual a produção acadêmica posterior não conseguiu romper.

Por uma compreensão evolucionista da história, figuras anacrônicas como as que acabamos de apontar, são elaboradas como decorrência do atraso do Brasil em relação aos países "desenvolvidos", e reelaboradas como o anacronismo de determinadas regiões brasileiras e da necessidade de "modernização" do país. Mas este conceito acaba se positivando, pois, os discursos acadêmicos que teorizam sobre o coronelismo, legitimam, ainda que de forma multifacetada e diversa, uma imagem da sociedade e da política brasileira pautada na criação de fatos que se impõem como a própria realidade e se convertem numa crença.

Assim, por meio de efeitos de substituição, reposição, inversões sistemáticas e deslocamentos, as diferentes emergências que se poderiam demarcar na organização e no exercício da política aparecem como figuras sucessivas de

uma mesma significação.

Há, como vimos, diferentes explicações sobre o compromisso coronelístico. Dentre os autores analisados, Faoro afirma que o coronel é quem tem o poder de organizar o seu mundo, proteger o camponês e articular a sociedade local ao sistema político. Neste caso, o compromisso coronelístico é apresentado como a substituição do Estado pelos coronéis no exercício de funções públicas e sua extinção dar-se-ia na proporção do fortalecimento e expansão do poder central.

Por sua vez, Cavalcanti defende que o “poder do coronel” ser-lhe-ia delegado por um contra-poder que estaria acima dele: o poder estadual que, conseqüentemente, legitimaria o poder federal. Já Queiroz considera que o poder do coronel adviria do seu carisma no seio da parentela e dos eleitores que ele porventura “arrebanhasse”. Neste sentido, o coronelismo seria um conceito “elástico” de vida indefinidamente longa, perpetuando-se, sempre que funcionasse como fonte legitimadora do Estado.

Em todos estes discursos o poder é sempre personalizado e nunca aparece como embate, como composição de forças e/ou de lutas políticas. Quando muito, o que se observa é uma dizibilidade do poder, enquanto compromisso e reciprocidade entre as esferas institucionais da organização política do Estado, entre as quais está o coronel, como encarnação do “poder local”.

Mas, como afirma Foucault, é preciso considerar que, “(...) as relações de poder, e, conseqüentemente, sua análise se estendem além dos limites do Estado. “Em dois sentidos: Em primeiro lugar porque o Estado com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo das relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, parentesco, conhecimento, tecnologia e etc.”¹

Esses textos, que intencionam situar, qualificar e perpetuar o coronelismo e a imagem do coronel, sem considerar os poderes microscópicos que se exercem no cotidiano, encobrem outras possibilidades de ver e dizer as relações de poder, fazendo com que estas sejam entendidas apenas como relações de dominação, e legitimando o conceito como as próprias práticas políticas que ele tenta caracterizar.

Portanto, novos desdobramentos e tipologias têm sido criados para dar conta das transformações culturais e sociais sob a égide deste conceito, que, acreditamos, deve ser encarado como ação política, e não, como simples explicação de uma existência material, ou como explicação de uma realidade objetiva. Exemplo disso é a forma como a imagem do coronel tem sido continuamente reelaborada. Os autores das décadas de 1920 e 1930 descrevem o coronel como uma figura resultante de um modelo tipicamente liberal. Já os autores que trabalham com o conceito de coronelismo, posteriormente, traduzem a figura do coronel como sobrevivência de modos anti-capitalistas de organização do poder.

A identificação do coronelismo como prática política atrasada, que denota o atraso econômico do país e/ou das regiões onde a figura do coronel se perpetua por meio destes discursos, serviu de base para inúmeros estudos de caso sobre o coronelismo, e reforça um projeto de dominação política, no qual os integrantes das elites políticas, desde a Primeira República, aparecem como únicos agentes da história e dos jogos da política.

Com a pretensão de caracterizar as práticas políticas que se exerceram no Brasil, durante a Primeira República ou em qualquer outro momento histórico, criou-se um conceito (o de coronelismo), e uma imagem (a do coronel), a partir dos quais, e somente a partir dos quais, institucionalizar-se-ia uma verdade sobre o "poder" que se pretendia "real": um poder que pode ser apropriado e que se relaciona com a idéia de domínio político, de autoritarismo,

e não de uma permanente relação de forças. Portanto, pudemos perceber que todos os discursos analisados partem da idéia de que o coronelismo e o coronel têm existência objetiva.

A idéia de homogeneidade e a legitimidade das relações coronelísticas é passível, pois, de questionamento, quer para a história política brasileira, quer para as histórias políticas específicas dos "blocos de estados" definidos por Carone para a Primeira República.

Diante do exposto, cabe lembrar que, assim como o conceito de coronelismo foi construído com base em relações sociais, políticas e culturais que não passam de recortes de relações de poder já decadentes, a imagem do coronel foi elaborada do resto de um passado que se quer perpetuar ou criticar, com vistas à defesa de valores distintos. Apesar dessas diferenças, foi se perfilando e se instituindo uma identidade para o coronel, que passou a servir de base para os enunciados construtivos do conceito de coronelismo, mesmo que, para isso, tenha sido preciso uma reelaboração constante dessa objetivação.

O conceito de coronelismo e a imagem do coronel impõem-se como "verdade" exatamente pela repetição das imagens e práticas que agenciam nos mais diversos discursos, e pelos desdobramentos de tipologias que funcionam como referentes nas práticas políticas e artístico-culturais.

Os discursos literários e acadêmicos, assim como a produção artística e cultural, dão vida e longevidade ao coronel. Fazem-no funcionar e fascinar, ainda que como simulacro. Fazem com que as pessoas se apaixonem por uma forma autoritária de exercer o poder. É neste aspecto que a imagem do coronel se impõe culturalmente, e torna-se capaz de operacionalizar uma leitura do poder e de embasar uma construção conceitual.

Procuramos, neste trabalho, problematizar e ressaltar o estatuto de verdade que os discursos instituidores do conceito de coronelismo e da imagem do coronel conseguem

imprimir culturalmente. Refletir não apenas sobre a forma do seu conteúdo, mas também sobre o conteúdo de sua forma. Neste sentido, procuramos elucidar os pontos frágeis e os pontos fortes da rede de poderes que sustentam estes discursos e as práticas nas quais eles se apóiam.

Acreditamos que, enquanto intelectuais, temos uma responsabilidade crucial no que diz respeito à escrita da história e ao seu aspecto político. Devemos participar do jogo cultural e político da sociedade em que vivemos despidos da pretensão de sermos detentores de uma verdade universalizante, absoluta e inquestionável. Por isso, buscamos, analisar e problematizar, as imagens e enunciados do passado interpretadas por meio do conceito de coronelismo e da imagem do coronel, que tanto significam na nossa leitura do presente, e quando não expostas mascaram as fibras microscópicas do poder.

Por fim, podemos afirmar que este trabalho é uma tentativa de percepção da constituição de jogos de poder, e como tal, inacabado, inconclusivo. Sua pretensão é instigar o debate, no desejo de que novas discussões apontem para o perigo das identidades constituídas, e para a dinâmica das relações de poder, revelando as imbricadas teias de sua constituição e naturalização.

NOTAS

¹ Cf. FOUCAULT, Michel, apud. MAIA, Antonio C. Sobre a analítica do poder em Foucault. In. **Tempo Social: Revista Social. USP**, São Paulo, 7 (1-2): p. 83-103, outubro de 1995, p. 88.